

Eric Gustavo Cardin
José Lindomar C. Albuquerque
Organizadores

FRONTEIRAS, DESLOCAMENTOS E SUAS DINÂMICAS SOCIAIS



Coleção
Observatório Etnográfico
Volume 3

EDUFU

FRONTEIRAS, DESLOCAMENTOS E SUAS DINÂMICAS SOCIAIS



Av. João Naves de Ávila, 2121
Campus Santa Mônica - Bloco 1S
Cep 38408-100 | Uberlândia - MG
Tel: (34) 3239-4293

REITOR

Valder Steffen Jr.

VICE-REITOR

Carlos Henrique Martins da Silva

DIRETOR DA EDUFU

Alexandre Guimarães Tadeu de Soares

CONSELHO EDITORIAL

Amon Santos Pinho

Arlindo José de Souza Junior

Carla Nunes Vieira Tavares

Mical de Melo Marcelino

Sertório de Amorim e Silva Neto

Wedisson Oliveira Santos

COLEÇÃO OBSERVATÓRIO ETNOGRÁFICO

CRIAÇÃO E DIREÇÃO

Claudélir Corrêa Clemente

COMITÊ EDITORIAL

Claudélir Corrêa Clemente

(Antropologia UFU)

José Lindomar Coelho Albuquerque

(Sociologia UNIFESP)

José Carlos Gomes da Silva

(Antropologia UNIFESP)

COMITÊ CONSULTIVO

Wivian Weller

(Ciências da Educação UnB)

Maura Pardini Bicudo Veras

(Sociologia PUC/SP)

Rodrigo Ribeiro Barbosa

(Antropologia UNIFESP)

EDITORAÇÃO

Claudélir Corrêa Clemente

APOIO:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

Secretaria da Educação superior – SESu

Diretoria de Desenvolvimento da Rede de IFES – DIFES

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX/UFU

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPP/UFU

Eric Gustavo Cardin
José Lindomar C. Albuquerque
Organizadores

Fronteiras, deslocamentos
e suas dinâmicas sociais

Coleção
Observatório Etnográfico
Volume 3



Copyright 2022 © Edufu

Editora da Universidade Federal de Uberlândia/MG

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total por qualquer meio sem permissão da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F935d Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais [recurso eletrônico]
2022 / Eric Gustavo Cardin, José Lindomar C. Albuquerque organizadores
-- Uberlândia : EDUFU, 2022.
248 p. : il. ; (Coleção Observatório Etnográfico ; v. 3).

ISBN: 978-65-5824-016-7

Livro digital (e-book)

DOI: doi.org/EDUFU/978-65-5824-016-7

Vários autores.

Inclui bibliografia.

1. Ciências sociais 2. Fronteiras. I. Cardin, Eric Gustavo, (Org.). II.
Albuquerque, José Lindomar C., (Org.). III. Título. IV. Série.

CDU: 30

André Carlos Francisco - Bibliotecário - CRB-6/3408

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação editorial	Eduardo Moraes Warpechowski
Revisão	Lúcia Helena Coimbra Amaral
Diagramação e capa	Heber Silveira Coimbra

Sumário

7 Apresentação

Estudar e ensinar nas cidades de fronteira

- 17 Entre pontes e livros: educação superior em Medicina na fronteira Brasil-Paraguai
Maria Aparecida Webber e Regina Coeli Machado e Silva
- 45 A formação permanente de docentes: o projeto Pedagogia de Fronteira como movimento social
Jorgelina Tallei e Márcia Pessini

Fronteiras agrícolas e extrativistas

- 63 Metodologia de pesquisa no estudo de pequenos produtores rurais envolvidos no cultivo de orgânicos e/ou agroecológicos na região de fronteira Brasil-Paraguai
Cintia Fiorotti e Sandra Cristiana Kleinschmitt
- 83 Organização da produção no campo na faixa de fronteira Brasil-Paraguai
Eric Gustavo Cardin e Gabrieli Ribas Moraes
- 109 Fronteiras fluviais: as dinâmicas sociais nos rios internacionais da Tríplice Fronteira (Brasil-Peru-Colômbia)
José Lindomar Albuquerque
- 153 Povos indígenas e os conflitos socioambientais na região transfronteiriça Brasil-Peru
Pedro Rapozo e Rodrigo Reis

Viagens e deslocamentos entre fronteiras

- 177 Relatos de viajantes sobre a ocupação da fronteira entre Argentina e Brasil (1881/1930)
Leandro de Araújo Crestani
- 195 Entre o “Sul” e a “Amazônia”: a branquitude estrangeira numa fronteira colonial
Fábio Magalhães Candotti
- 231 África em movimento no passado e no presente: alguns apontamentos
Claudelir Correa Clemente

Apresentação

O Grupo de Trabalho Fronteiras e Deslocamentos, vinculado à Sociedade Brasileira de Sociologia, ao longo de seus encontros periódicos no Congresso Brasileiro de Sociologia e na Associação Nacional de Pesquisa em Antropologia, Ciência Política e Sociologia – Anpocs, tem a preocupação constante de garantir a articulação dos investigadores participantes por meio de diferentes mecanismos que envolvem pesquisas coletivas, publicações e organizações de eventos. Desta forma, ele se apresenta como um espaço constante de interlocução entre pesquisadores dedicados ao estudo das fronteiras em suas múltiplas possibilidades analíticas, teóricas e metodológicas, valorizando e difundindo os esforços daqueles que se concentram nas fronteiras territoriais em seus aspectos políticos, socioeconômicos, culturais e simbólicos, e também aqueles/as que se dedicam a pensar outras concepções de fronteira para além dos territórios próximos aos limites internacionais.

Em grande medida, o GT vem refletindo sobre as novas configurações sociais decorrentes do trânsito e do controle de pessoas e mercadorias em zonas fronteiriças, sobre as políticas de fronteira nos âmbitos nacionais e transnacionais e sobre a maneira como esses territórios fronteiriços são vivenciados e imaginados pelos mais diferentes agentes. Não suficiente, busca fortalecer a sensibilidade e a criatividade do fazer sociológico e antropológico, elementos essenciais para a apreensão e compreensão da fluidez dos deslocamentos, dos paradoxos, das contradições e assimetrias das fronteiras e de seus diferentes arranjos sociais.

O livro *Fronteiras, deslocamentos e dinâmicas sociais*, publicado pela editora da Universidade Federal de Uberlândia (Edufu), é

mais um esforço no sentido de alcançar os objetivos propostos pelo Grupo de Trabalho, apresentando um conjunto de parcerias de pesquisas, encontros e diálogos frutíferos construídos na última década entre os grupos de investigação Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Fronteiras, Estado e Relações Sociais (Lafrent/Unioeste), Laboratório de Investigação em Migração, Nação e Região de Fronteira (Liminar/Unifesp), Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC), Grupo Ilhargas – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia (Ufam), Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (MEC/Sesu/Ufam) e Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam/UEA).

O livro é composto por diferentes experiências de pesquisa concentradas, principalmente, nas tríplices fronteiras Brasil-Argentina-Paraguai e Brasil-Colômbia-Peru, expressando caminhos, abordagens e análises distintas das regiões fronteiriças. O conteúdo desta coletânea está organizado em três partes, conforme os temas de discussão e as possíveis conexões entre essas duas regiões de fronteira. Assim, buscamos aproximar temas de regiões distintas, com o intuito de facilitar a visualização das aproximações e dos distanciamentos existentes nos estudos apresentados.

A parte I – *Estudar e ensinar nas cidades de fronteira* – é composta por dois capítulos. O primeiro, intitulado “Entre pontes e livros: educação superior em medicina na fronteira Brasil-Paraguai”, de Maria Aparecida Webber e Regina Coeli Machado e Silva, é uma contribuição que compartilha reflexões acerca do fluxo crescente de brasileiros e brasileiras que se deslocam de diferentes estados do país para as cidades fronteiriças paraguaias de Ciudad del Este e Presidente Franco com o objetivo de cursar a graduação em Medicina. Por meio de dados etnográficos e da coleta de materiais de divulgação dos cursos, as autoras buscam contribuir na apreensão cada vez mais plural dos aspectos presentes nas fronteiras, permitindo aproximações com o campo da educação, em especial da educação superior transfronteiriça.

O segundo capítulo, “A formação permanente de docentes: o projeto Pedagogia de Fronteira como movimento social”, de Jorgelina Tallei e Márcia Pessini, é uma reflexão sobre o projeto de formação permanente de docentes da educação fundamental em Foz do Iguaçu, organizado por docentes da Universidade Federal da Integração Latinoamericana (Unila), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* Foz do Iguaçu (Unioeste), do Instituto Federal Tecnológico, *campus* Foz do Iguaçu (IFPR), e por docentes pesquisadoras da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Foz do Iguaçu. Trata-se de um projeto que se iniciou em 2016 e que já desenvolveu várias atividades de formação docente centradas nas discussões de fronteira, interculturalidade e multilinguismo. O objetivo das autoras é pensar as diversas ações desse projeto como um processo de formação de um movimento social em prol de uma educação transfronteiriça e sensível às diferenças e às diversidades culturais presentes no cotidiano escolar da cidade de Foz do Iguaçu.

A parte II – *Fronteiras agrícolas e extrativistas* – é composta por quatro textos. O terceiro capítulo do livro, “Metodologia de pesquisa no estudo de pequenos produtores rurais envolvidos no cultivo de orgânicos e/ou agroecológicos na região de fronteira Brasil-Paraguai”, de Cintia Fiorotti e Sandra Cristiana Kleinschmitt, e o quarto capítulo, “Organização da produção no campo na faixa de fronteira Brasil-Paraguai”, de Eric Gustavo Cardin e Gabrieli Ribas Moraes, são produtos de uma investigação coletiva que vem sendo realizada pelo Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (Lafront). O primeiro texto apresenta o projeto e explora as estratégias de pesquisa que foram utilizadas para o levantamento dos dados utilizados na execução da primeira fase do estudo. As autoras detalham de forma minuciosa o processo de aproximação em relação aos interlocutores e a abordagem metodológica.

O segundo texto articula-se com outras produções derivadas de uma investigação mais ampla. No conjunto dessas obras,

encontram-se os aspectos teóricos da investigação e a análise das relações entre circulação de agroquímicos, organização do campo e fronteiras. Especificamente, a contribuição realizada para este livro explora, por meio da utilização de dados secundários e entrevistas, o impacto na produção rural na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai. Em síntese, as assimetrias entre os países fronteiriços são apropriadas de maneiras distintas entre os pequenos e os grandes produtores, revelando a necessidade do fortalecimento de políticas que garantam melhores condições para a exploração das potencialidades da região estudada.

O quinto capítulo, “Fronteiras fluviais: as dinâmicas sociais nos rios internacionais da tríplice fronteira (Brasil-Peru-Colômbia)”, de José Lindomar C. Albuquerque, foi produzido tendo por base duas pesquisas de campo coletivas realizadas na região entre os anos de 2014 a 2018: “(In)segurança na fronteira amazônica: sobre o que os moradores de Tabatinga falam do perigo e da violência na tríplice fronteira amazônica”, coordenada por Luiz Fábio Paiva (UFC); e “Regimes de Mobilidade espacial na Amazônia urbana”, coordenada por Fábio Magalhães Candotti (Ufam). O texto é um exercício de interpretação de algumas dinâmicas comerciais (legais e ilegais) que ocorrem nos/através dos leitos e portos dos rios internacionais (Solimões e Javari) nessa região transfronteiriça, sobretudo aquelas relacionadas aos negócios do pescado, à extração e transporte da madeira e cocaína de acordo com os movimentos das cheias e vazantes dos rios internacionais.

Já o sexto capítulo, “Povos indígenas e os conflitos socioambientais na região transfronteiriça Brasil-Peru”, de Pedro Rapozo e Rodrigo Reis, discute o processo de longa duração das relações conflituosas entre os grupos indígenas e os diferentes agentes estatais, missionários e econômicos desde o século XVII na região do Vale do Javari. Em um diálogo entre a antropologia e a história, os autores discutem diversas situações de conflitos e violências envolvendo

os grupos indígenas e suas complexas relações interétnicas com as frentes extrativistas de exploração de borracha, madeira e petróleo na região de fronteira desde o final do século XIX ao início do século XXI. O texto descreve e problematiza, de uma maneira articulada, as ações contra os povos indígenas, as políticas indigenistas e os processos de demarcação territorial e as formas de organização e resistência dos povos indígenas nessa região de fronteira internacional entre o Brasil e o Peru.

A Parte III – *Viagens e deslocamentos entre fronteiras* – é composta por três capítulos. O primeiro, “Relatos de viajantes sobre a ocupação da fronteira entre Argentina e Brasil (1881/1930)”, de Leandro de Araújo Crestani, organiza e apresenta fontes históricas para o estudo do processo de ocupação da região da fronteira Brasil-Argentina. O autor traz os relatos de viajantes sobre o processo de ocupação da fronteira de Misiones (Argentina) com o oeste do Paraná (Brasil) no período entre 1881 e 1930. Com isso, busca compreender a fronteira a partir das falas dos sujeitos que a vivenciaram, nesse caso, dos viajantes, que trazem em suas narrativas um inventário da fronteira e um discurso político e intelectual vinculado à época, contribuindo para a formação de um novo olhar sobre esse espaço.

Com esse intuito, o estudo compara os relatos de viajantes como uma fonte documental de narração pessoal, marcados por concepções presentes nos “centros civilizados” de onde parte desses viajantes vêm, viajantes esses que enxergam a fronteira como um território “inóspito”, um “espaço vazio”, e seus habitantes como “incivilizados”, “selvagens” e “atrasados”, necessitando, portanto, de intervenções de colonização. Esses viajantes, muitos deles em expedições governamentais, observaram, analisaram e descreveram os trajetos percorridos, vividos ou até mesmo sofridos pelos caminhos para a fronteira.

O segundo texto, “Entre o ‘Sul’ e a ‘Amazônia’: a branquitude estrangeira numa fronteira colonial”, de Fábio Magalhães Candotti,

corresponde a um exercício ensaístico de compreensão da fronteira como relação social configurada a partir das mobilidades entre o “Sudeste” e a “Amazônia” e das percepções e indagações dos “outros” (“sudestinos” e manauaras) sobre a própria mobilidade e corporeidade do autor do texto, marcadas por diferenças e desigualdades de “raça”, “classe” e “região”. O autor dilui as fronteiras entre “sujeito” e “objeto” de pesquisa e transforma a própria experiência de deslocamento entre o “Sudeste” e a cidade de Manaus (no estado do Amazonas) em um problema de pesquisa e reflexão crítica em torno das posições de poder da “branquitude estrangeira”, da “classe média” e do “Sul” nessa experiência específica entre “dAqui” (Manaus) e “lá” (Sudeste).

O último capítulo da coletânea, “África em movimento no passado e no presente: alguns apontamentos”, de Claudelir Clemente, se dedica a pensar as mobilidades de alguns povos africanos em diferentes contextos históricos e espaciais. Em um diálogo com as concepções críticas de mobilidade e raça de Achile Mbembe, a autora busca compreender formas de mobilidade milenares, coloniais e contemporâneas a partir de um debate sobre as imigrações africanas, realçando a dimensão cultural e simbólica dessas mobilidades. Ela aborda especialmente os deslocamentos internos ao continente africano e os transcontinentais, para os países europeus membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), enfatizando os dirigidos à França.

O livro indica, portanto, caminhos de pesquisas – individuais e coletivas – de diferentes pesquisadores e pesquisadoras que têm se dedicado a compreender as dinâmicas sociais, sobretudo nas fronteiras territoriais do Brasil com os países vizinhos, mas também investigações que buscam abordar outros sentidos de fronteira, como aquelas entre as regiões brasileiras ou as fronteiras sociais, jurídicas, culturais e simbólicas produzidas nos processos de mobilidade transnacional. A coletânea também sinaliza para uma agenda de es-

tudos em torno das possibilidades de pesquisas comparativas entre essas duas regiões de tríplice fronteira na América Latina.

Neste sentido, destaca-se a permanência de um tema consolidado nas ciências humanas e que ainda é presente: os estudos dos processos de ocupação e disputa territorial nessas regiões, observando a expansão da fronteira rural, o contato com os povos originários, os usos dos territórios e os diferentes arranjos sociais oriundos dos encontros e desencontros possíveis. Outro aspecto diz respeito às interações e construções culturais, educacionais e linguísticas nas regiões de fronteira, ações que tendem a ser ampliadas com a melhoria dos processos de integração estrutural, política e econômica.

A ampliação das pesquisas de campo e dos estudos documentais garante simultaneamente o aprofundamento de determinadas temáticas ao mesmo tempo em que abre novas possibilidades. Políticas públicas nas regiões de fronteira, circulação de pessoas e mercadorias, migrações, processos de territorialização e integração, hibridismos e ilegalismos são assuntos explorados e que não se esgotam, fazendo com que o desenvolvimento de estudos comparativos seja cada vez mais importante em uma sociedade cada vez mais relacional.

Destacamos que esta coletânea não seria possível sem o trabalho dos grupos de pesquisa que se dedicam aos estudos fronteiriços e dos pesquisadores, que, muitas vezes, em situações de trabalho não adequadas, insistem em produzir conhecimento e ciência. Por fim, dedicamos o livro a todos os moradores das regiões de fronteira e àqueles que vivem em trânsito entre fronteiras, pois sem a contribuição desses sujeitos esta obra não seria possível.

Eric Gustavo Cardin

José Lindomar Albuquerque

Estudar e ensinar
nas cidades de fronteira

Entre pontes e livros: educação superior em medicina na fronteira Brasil-Paraguai

Maria Aparecida Webber¹

Regina Coeli Machado e Silva²

Da fronteira às universidades de Medicina

O território brasileiro faz fronteira com a maioria dos países da América do Sul, totalizando mais de 16 mil quilômetros

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Atua como servidora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila. É membro do Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade da Unila (Ceeged) e do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais – Lafront. webber.cidamaria@hotmail.com

² Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e pós-doutora em Antropologia pela Universidade Nacional de Brasília – UNB. Professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila. Pesquisadora Produtividade 2 do CNPQ. Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais – Lafront e da Red de investigación etnográfica con ñinos e ñinas – RIENN. coeli.machado@yahoo.com.br

de limites desenhados com outras nações. Cada um desses espaços tem características particulares e compõe um cenário social único. Um deles é composto por três fronteiras, onde se conectam Argentina, Brasil e Paraguai, pelas cidades de Puerto Iguazú, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Esse cenário é geralmente conhecido nas divulgações da mídia pelo grande volume de negócios e pelas altas cifras circulantes entre Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil), mas também objeto de análise das mais diversas áreas acadêmicas, em especial com temas relacionados à economia e ao direito. Dentre eles, destacamos os trabalhos de Albuquerque (2010); Macagno, Montenegro e Béliveau (2011); Silva (2013); Pinheiro-Machado (2009); e Rabossi (2004).

O tema dessas fronteiras, articulado à educação, enfoque deste capítulo, é também um interesse analítico e desafio prático para profissionais da área e objeto de políticas públicas específicas. Aqui, contudo, abordamos um fenômeno da educação pouco habitual, aparentemente distante das relações fronteiriças entre Brasil e Paraguai, mas, de certa forma, propiciado por elas: o fluxo de estudantes vindos de todo o Brasil para estudar Medicina em Ciudad del Este, no Paraguai. Para apresentar esse fluxo, na primeira parte, expomos as motivações dos estudantes do ponto de vista pessoal e familiar; na segunda, as razões que os impelem a sair do Brasil e as possibilidades a eles oferecidas; e na terceira e última parte, o reconhecimento das universidades paraguaias articulado às possibilidades de atuação médica no Brasil.

Uma consideração importante a fazer é que o tema da Educação foi alvo de projetos envolvendo os Estados fronteiriços aqui citados, no âmbito dos acordos e planos regionais do Mercosul. No ano de 2006, o Decreto brasileiro nº 5.803 lançou o Programa Observatório da Educação, que posteriormente passou a ter atrelado o Observatório da Educação na Fronteira, com vistas a tratar da educação nas fronteiras nacionais (Berger, 2015). Na fronteira

entre Brasil e Argentina, o PEIF (Programa Escolas Interculturais de Fronteira) foi instituído em Puerto Iguazú (AR) e Foz do Iguaçu (BR) como continuidade do Programa Escola Bilíngue de Fronteira (PEBF), implementado em 2005, porém extinto como política do Ministério de Educação do Brasil. Cabe ressaltar que o PEBF foi resignificado como Projeto de Extensão da Universidade da Integração Latino Americana – Unila em parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste (Salgado, 2018). Segundo Sousa e Albuquerque (2019, p. 03), “o PEIF insere-se numa política de integração transfronteiriça na área de educação básica”.

Paralelo a esses programas oficiais, contudo, sempre houve relevante presença de diferentes nacionais nas escolas de Foz do Iguaçu, uma vez observada a diversidade da população regional e internacional presente na cidade. Especificamente no fluxo Brasil-Paraguai, observa-se a categoria “brasiguai” nesse cenário plural, e pertinentes considerações podem ser observadas do ponto de vista linguístico e social nas escolas de educação básica locais (Pires Santos, 2004).

Neste capítulo³, tomamos como ponto de partida a ideia de que em relação ao ensino superior a fronteira também favorece possibilidades, especialmente por se tratar de uma fronteira mais aberta, com baixo controle migratório. Muitos estudantes brasileiros que buscam ofertas de graduação nas cidades paraguaias continuam morando no Brasil (em Foz do Iguaçu) e se somam ao caótico trânsito diário da Ponte da Amizade⁴, alguns inclusive sem qualquer documento de *permiso* temporário.

³ As reflexões e dados aqui compartilhados partem do trabalho de campo etnográfico iniciado no ano de 2017, realizado para a defesa da dissertação em Antropologia Social na UFPR (Webber, 2018).

⁴ Ponte sob o rio Paraná que conecta por via terrestre Brasil e Paraguai; marco fundamental na simbolização do Estado naquele território de fronteira.

Considerando seu volume e relevância, o fluxo estudantil transfronteiriço etnografado impacta diretamente na economia, na urbanidade e na composição das cidades fronteiriças envolvidas, bem como representa um importante cenário da educação superior internacional para o Mercosul e a América Latina. Deste modo, o objetivo deste capítulo é aproximar o leitor ao contexto universitário transfronteiriço observado como “um modo de acercamento e apreensão” daquela realidade social (Magnani, 2002, p. 17), para, em seguida, expor alguns dados e números pertinentes ao cenário de expansão da educação superior privada nas cidades paraguaias da fronteira leste.

É interessante mencionar que essa experiência na fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina é também a das autoras, residentes iguaçuenses por décadas, com incontáveis travessias às cidades vizinhas, compartilhando referências e histórias vividas. O exercício antropológico do estranhamento nas diferentes fases políticas, econômicas e sociais do lócus de pesquisa possibilitou a percepção de novos movimentos no ritmo alucinante de um espaço que “assenta-se sobre uma coletânea de elementos ímpares” que é a fronteira (Lecheta; Webber, 2019:49). Em especial neste trabalho, o fluxo fronteiriço observado contextualiza-se entre Brasil e Paraguai, não sendo, portanto, abordadas as relações fronteiriças diretas com a Argentina.

Uma última ressalva importante é que a abertura e a porosidade do contexto fronteiriço local são sensíveis a acontecimentos ímpares e submissas às leis federais de cada nação. Por mais que nos pareça que o Estado se dissipa nos fluxos e arranjos feitos pelos atores locais, eventos podem acentuar drasticamente a delimitação do Estado-nação. Muito recentemente experimentamos o fechamento total das fronteiras por questões sanitárias por vários

meses⁵. O cenário de pandemia devido à Covid-19 desenhou uma outra relação nesse espaço, com um longo período de suspensão de trânsito dos residentes fronteiriços, excetuando-se movimentação de cargas. Muitos estudantes de Medicina retornaram aos seus estados de origem no Brasil, acompanhando as aulas em modalidade virtual, enquanto outros o fazem na fronteira, aguardando os desdobramentos futuros deste cenário tão inesperado.

Sonhos, projetos e motivações

“Não sei o que vai ser da minha vida se eu não for médica”. Ouvindo essa frase, Fabiana, mãe da estudante de medicina Rebecca, contou ter entendido o comprometimento e a seriedade da decisão que a filha tomara desde o início do ensino médio. Com a “decisão irrevogável” de Rebecca pela Medicina, Fabiana reorientou o *projeto familiar* de forma que comportasse atender a filha (Webber, 2018). A família de Rebecca – uma estudante do 1º ano de Medicina da UPE Franco – compreendia como um *projeto familiar* (Velho, 1994) o sonho da filha, materializado graças ao cenário econômico favorável ofertado pelo Paraguai na época. Moravam o casal e os dois filhos, com a expectativa da chegada da futura cunhada de Rebecca para somar à família em terras paraguaias.

Conhecendo minimamente as possibilidades de vida e trabalho no Paraguai, pois o irmão já estudava Medicina lá e morava em Ciudad del Este, Fabiana inicialmente mudou-se sozinha para o país, começou a cozinhar e a vender pães, bolos e salgados para a comunidade local, especialmente para os estudantes brasileiros que “sentiam falta do sabor de casa”. Logo levou também Rebecca, para que se matriculasse e comesse a estudar. Na sequência vie-

⁵ Em razão das medidas sanitárias impostas pela pandemia global provocada pelo SARS-CoV-2, o fluxo entre os países foi interrompido e as fronteiras fechadas de 18 de março a 15 de outubro de 2020.

ram o marido e o filho. A inserção da família no ramo alimentício ficou mais robusta, e eles iniciaram a produção e o fornecimento de marmitas para os estudantes da área. As entregas frequentemente resultavam em outras formas de apoio a esses estudantes:

Às vezes ao entregar uma marmita a gente percebe que a pessoa não está bem. Daí deixo meu telefone pra ela. Se estiver de pijama, com cara de desânimo, pedindo comida assim por vários dias seguidos, a gente já sabe. Geralmente uma conversa, ou um convite pra vir aqui em casa, umas palavras de apoio. Tem gente muito nova que não está preparada para sair de casa e ir logo morar em outro país, fazendo medicina, é muita coisa, muita pressão (Fabiana, fala reconstituída das anotações do Diário de Campo, jun. 2017. Webber, 2018, p. 65)

Por terem trabalhado anteriormente com aconselhamento de jovens dependentes químicos e suas famílias no interior do Paraná, disseram estar acostumados a essas abordagens. Entendiam como fator decisivo para o bem-estar físico e mental a existência de uma rede de apoio forte, preferencialmente da família e de amigos. No caso dos estudantes de Medicina, o sonho de ser médico era visto, pois, como algo compartilhado, que surgia da vontade individual, mas inscrevia-se em uma rede de apoio que compartilhava dessa meta como algo valoroso, e eles se incluíam nessa rede.

As motivações para o estudo de Medicina eram pontos naturalmente ressaltados nas conversas com os estudantes. A grande maioria invocava “o sonho” como combustível, justificando que desde muito pequenos já sabiam que queriam ser médicos. A viabilidade de um curso de graduação acessível dava força e tamanho a esse sonho. Enalteciavam muito o caráter humano e a diferença que representava na vida das pessoas ser um bom profissional. Quando

questionados quanto ao fato de todo bom profissional fazer diferença na vida das pessoas, diziam que quando se tratava da Medicina esse alcance estaria em outro patamar.

O que talvez estivessem compartilhando fosse a questão do poder sobre a vida e a morte que é atribuído ao médico nas sociedades ocidentais modernas. Sendo a morte um tabu, delegamos a outrem a responsabilidade de pensar e lidar com ela, abstando-nos da incumbência de refletirmos acerca da finitude da existência.

Diversos interlocutores da pesquisa tinham prévia formação superior em cursos da área da saúde, como Enfermagem, e contaram que a escolha de pausar sua vida profissional estabelecida significava “poder fazer melhor”. Sentiam como muito frustrante a rotina de trabalho em que o paciente precisava de determinada medicação ou procedimento durante um internamento, por exemplo, e a ausência de atenção do médico responsável, que gerava mal-estar e piora no quadro de saúde do indivíduo. Esse era o caso de Samuel, enfermeiro na cidade de Foz do Iguaçu, com mais de doze anos de experiência na área hospitalar. Ele pediu demissão do trabalho regular em que estava há mais de cinco anos e contou que, com o apoio da esposa, decidiu encarar a Medicina como um investimento na vida familiar:

Cansei de ficar correndo atrás de médico para pedir que trocasse a prescrição porque aquele remédio não estava sendo bem tolerado pelo paciente. Tem muito médico bom, excelente, mas tem muitos que não estão nem aí. Até esquecem do que é cada caso, a gente que tem que ficar lembrando e avaliando; mas não temos autonomia para nada. A decisão é sempre do médico (Webber, 2018, p. 66).

A dimensão econômica associada à profissão também é certamente uma das motivações elencadas por esses estudantes. Considerada uma carreira de status, a medicina oferece um retor-

no financeiro geralmente satisfatório com o nível de formação do profissional (o que não ocorre em todas as profissões, independentemente do investimento feito na formação do indivíduo). Para vários estudantes com os quais conversamos na Universidad Privada del Este (UPE), e segundo dito por eles “para suas famílias”, sair formado médico era uma garantia de sucesso no mercado de trabalho futuro – “não tem erro”. Sobre o estudo no exterior, contudo, incidem outras etapas burocráticas para exercício profissional no Brasil, questão essa que será tratada logo à frente. Porém, mesmo sendo esse processo considerado mais longo (da formação inicial), é visto como um investimento. Se é um investimento, logo temos a expectativa de um retorno, que pode ser realizado em termos subjetivos ou em cifras monetárias.

O status que a medicina ocupa no imaginário social é também um dos constituintes desse sonho. Medicina – e também Direito – foi um dos primeiros cursos a ser criado no Brasil, e ajudou a construir e disseminar ideias científicas ligadas à raça e à miscigenação – principalmente a partir do séc. XIX, quando a Lei do Ventre Livre e a posterior Abolição da Escravidão desenharam um momento singular de relação paradoxal entre liberalismo e racismo no país, como trata Schwarcz (2012). Os “homens”⁶ da ciência, do saber, e que tinham as palavras e as ideias para pensar o futuro daquela jovem nação, estavam restritos a uma elite branca, com reflexos que perduram até hoje na ocupação das vagas das instituições públicas de ensino. O que leva esses estudantes a atravessar a fronteira é também reflexo de um sistema educacional discriminatório, onde a Medicina e o Direito ocupam um status diferenciado, de grande prestígio social, que continua vinculado a uma concepção de elite sem espaço para negros, indígenas e pobres.

⁶ Em sua maioria cientistas e pesquisadores do gênero masculino mesmo, pois o espaço de participação das mulheres na ciência era ínfimo, havendo ainda maior resistência e preconceito do que há hoje.

Em uma oportunidade de conversa com Nati, funcionária da parte de promoção da UPE, a diferença do devir médico no Paraguai e no Brasil apresentou-se como uma questão. Para ela, a percepção quanto ao lugar que o profissional da saúde ocupa é diferente nos dois países:

El status de Brasil y Paraguay para los que quieren ser médicos es diferente. Acá todos los profesionales con nivel educacional alto son bien respetados. Ser doctor es una profesión más, no es un estatus. A mi me parece que mucha gente está por acá por presión de sus papás, algunos chicos que hablé incluso me dijeron que ni estudiar por ahora querían. En Paraguay se gana plata con la Medicina también, pero no es un estatus como en Brasil. Los médicos de acá son muy simples, eso los estudiantes lo admiran. Esa es la visión que la Universidad quiere mostrar (Nati, fala reconstituída das anotações do Caderno de Campo, abr. 2017. Webber, 2018).

A busca por alternativas ao estudo da graduação em Medicina nos países vizinhos, como é o caso aqui, tem como um importante motivador a baixa possibilidade de ingresso no Brasil, ainda que considerando anos de preparação pré-vestibular ou recurso financeiro disponível para pagamento das altas mensalidades praticadas pelas Instituições de Ensino superior – IES particulares, como evidenciaremos na próxima parte.

Medicina no Paraguay? *Sí, se puede*

Os números registrados no Censo da Educação Superior elucidam a grande demanda de estudantes existente e ajudam a compreender o tamanho desse fenômeno. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Inep), no ano de 2018, o Brasil dispunha de 234 IES com oferta de cursos de Medicina, sendo 91 públicas e 143 privadas. Já em relação às vagas disponibilizadas por essas instituições, é bastante representativa a diferença entre a oferta e a procura nos cursos de graduação em Medicina, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 1 – Vagas ofertadas/inscrições a cada ano em cursos de Medicina – Brasil

Seleção para vagas novas					
Vagas oferecidas			Candidatos inscritos		
Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
27.857	10.493	17.364	1.059.652	652.043	407.609

Fonte: Webber (2018, p. 69).

Para esses mais de 1 milhão de candidatos inscritos anualmente em processos seletivos de ingresso para a carreira de Medicina, o número de 27.857 vagas oferecidas é ínfimo e longe da real necessidade, gerando uma relação de mais de 38 candidatos por vaga. Diante da dificuldade de lograr êxito no ingresso no curso de Medicina no Brasil, novas possibilidades são consideradas, por exemplo, a escolha de outro curso ou de outro lugar que possibilite esse ingresso.

A busca pelo estudo de Medicina em outros países latino-americanos não é um fenômeno recente, tampouco exclusivo do Paraguai. Registra-se há décadas um fluxo brasileiro em direção à Argentina, à Cuba e à Bolívia com o objetivo de cursar essa graduação – seja em universidades públicas ou privadas – e depois retornar ao Brasil, com o plano de se submeter aos procedimentos avaliativos de revalidação do diploma e poder, de fato e de direito, exercer a profissão com a autorização do Conselho Regional de Medicina (CRM) do estado correspondente.

O destino é popularizado entre os estudantes durante um período, para depois somar outras opções, não sendo, entretanto, descartado. Ângela⁷, uma estudante do 1º ano da UPE-Franco, contou que sua primeira tentativa de estudar Medicina no exterior havia sido em Buenos Aires – AR, porém o alto custo de vida e a dificuldade de adaptação a levaram a desistir e, seis meses depois, a mudar para o Paraguai. Ângela disse ter se sentido excluída nas atividades da faculdade e relatou que, apesar de haver presença brasileira em seu círculo de estudo/social, havia mais argentinos e eles tratavam os brasileiros de uma forma que a estudante considerou arrogante.

Seja por questões financeiras ou de adaptação cultural, muitos outros estudantes relataram ter iniciado os estudos na Argentina ou na Bolívia, e depois de um curto período, geralmente não mais do que um ano, terem tomado conhecimento das possibilidades de estudo no Paraguai, inclusive com boa aceitação de equivalência das disciplinas já cursadas, decidindo por reiniciar ou transferir o curso para aquele país.

A oferta de cursos superiores no Paraguai tem crescido desde o início dos anos 2000, e nos últimos cinco anos pôde-se observar a especial ascensão de vagas para a carreira de Medicina (Webber, 2018). As abordagens de marketing dessas instituições de ensino, em sua maioria privadas, revelam que o público-alvo principal não são os estudantes paraguaios, mas sim brasileiros e brasileiras interessados em cursar uma graduação a baixo custo⁸ e sem o restrito limite de vagas das IES no Brasil. As propagandas são apresentadas em português (ou pelo menos de forma bilíngue: português-espa-

⁷ Todos os nomes foram alterados a fim de manter o sigilo sobre os dados dos interlocutores.

⁸ Os preços de mensalidade praticados pela UPE-Franco em 2017 giravam em torno de mil reais, e eram considerados altos pelos estudantes em relação às outras IES locais, porém *infinitamente mais baratos* do que os praticados pelas faculdades privadas do Brasil, com valor médio de R\$ 6.200,00 (Webber, 2018).

nhol), e os materiais de divulgação são veiculados em redes virtuais que tenham grande presença brasileira (grupos específicos de Facebook, chamadas para grupos de WhatsApp, blogs e vlogs de estudantes ou aspirantes a estudantes de Medicina no exterior).

Além disso, há uma rede de apoio profissional para que a oferta desses cursos chegue ao público-alvo, com agentes universitários que falam português e disponibilizam assessoramento para brasileiros (muitos dos agentes inclusive são brasileiros ou brasileiros), atuando como profissionais liberais ou como funcionários de empresas que fornecem apoio na recepção e tramitação processual desses estudantes. A figura abaixo demonstra um exemplo de propaganda direcionada por meio de abordagem publicitária compartilhada nas redes sociais.

Figura 1 – Propaganda “Medicina além das Fronteiras”

SEU FUTURO COMEÇA AGORA!
Matrículas abertas na UPE sede Presidente Franco.
Tenha **SEGURANÇA** ao realizar sua matrícula e todo ingresso ao novo País.
QUEM SOMOS?
Idealizada por 2 irmãos também estudantes a empresa Medicina Além da Fronteira é legalizada junto ao Governo Paraguayo e foi criada para quem busca segurança e qualidade nos serviços prestados!
O QUE FAZEMOS?
➔ Matrículas nas principais universidades de Ciudad del Este;
➔ Assessoria Nivel Brasil (organização de toda documentação necessária para o intercâmbio educacional);
➔ Regularização de documentos (Imigracao e Doc Universitária);
➔ Assessoria imobiliária;
➔ Translado Foz do Iguaçu e Ciudad del Este
➔ City tour (conheça as universidades e a cidade);
➔ Livros acadêmicos de 1 a 6 ano de Medicina;

GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS!

Nosso lema é a segurança e qualidade! Todos nossos alunos possuem garantia na prestação dos serviços contratados.

Realizamos contrato e informe de todos os procedimentos realizados.

SOLICITE ATENDIMENTO VIA WHATSAPP

- ✦ +55 14 99731.4297 (Mah)
- ✦ +595 994542424 (Eliss)
- ✦ +99 9159.5018 (James)

REALIZE SEU SONHO DE CURSAR
MEDICINA
VAGAS 2019 ABERTAS

UPE
NIVEL BRASIL

SEDE DE PRESIDENTE FRANCO
MEDICINA
ALÉM DA FRONTEIRA

WhatsApp (14) 99731.4297

med.almdafronteira@gmail.com
med.almdafronteira @med.almdafronteira
+55 14 99731.4297

UPE

Fonte: Webber (2018, p. 96).

É pertinente ressaltar que o aumento da oferta de vagas em cursos superiores no Paraguai, expressivamente os de Medicina,

por meio de instituições de ensino privadas é um fenômeno observado não somente na região da grande Ciudad del Este, mas também na fronteira de Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR), como demonstram Silveira, Kukiél e Oliveira (2019), assim como na capital Asunción, e ainda em outras cidades do Paraguai.

Apesar do fluxo priorizado na etnografia realizada tratar da oferta dos cursos de graduação em Medicina, a expansão da educação superior privada no Paraguai possui também outras nuances. Nota-se uma grande procura de brasileiros para cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados em instituições privadas de ensino paraguaias (mestrado e doutorado), sobretudo na área de Educação. Um dado muito representativo do crescimento desse movimento é o aumento dos pedidos de revalidação de títulos de pós-graduação realizada no Paraguai, fornecido por meio de relatório⁹ periódico publicado na Plataforma Carolina Bori. A última versão disponibilizada (BRASIL, 2020a) traz 318 registros de pedidos finalizados de revalidação com diplomas oriundos de instituições de ensino paraguaias, dentre eles 285 de pós-graduação – a maioria mestrado e doutorado em Educação. Dentre os registros, há somente 20 solicitações para diplomas de graduação em Medicina (dessas, 19 indeferidas), uma vez que o canal das solicitações dessa natureza se dá pelo REVALIDA¹⁰. A falta de detalhes no documento fornecido pela plataforma gera imprecisão nos números totais de solicitações e decisões sobre o tema, porém, ainda assim, tais números podem ser entendidos como indicativos da representatividade desses pedidos.

Inicialmente, foram identificadas 22 unidades de ensino superior com ofertas do curso de graduação em Medicina no Paraguai,

⁹ Relatório de processos de revalidação finalizados.

¹⁰ Tanto a já citada plataforma Carolina Bori quanto o REVALIDA são parte de uma estrutura burocrática de gestão do retorno desses médicos que será melhor abordada mais adiante no texto.

observando-se a distribuição das sedes sobretudo nas cidades já citadas, que fazem fronteira com o Brasil, ou na capital, Asunción.

Tabela 2 – Universidades com curso de Medicina e local das sedes – Paraguai¹¹

	Nome da IES – Privadas	CDE/PF(1)	PJC (2)	Asunción	Outras cidades (PY)(3)
1	UASS – Universidad Autónoma San Sebastian		X		
2	UC – Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción			x	x
3	UCP – Universidad Central del Paraguay		X		
4	UMAX – Universidad Maria Auxiliadora			x	
5	UMS – Universidad Maria Serrana	X		x	
6	UNIDA – Universidad de Integración de las Américas			x	
7	UNINTER – Universidad Internacional Tres Fronteras	X			
8	UNINORTE – Universidad del Norte		X	x	x
9	UPACÍFICO – Universidad del Pacifico		X	x	
10	UPAP – Universidad Politécnica y Artística del Paraguay	X	X		
11	UPE – Universidad Privada del Este	x/x		x	x
12	US – Universidad Sudamericana		X		x

Fonte: Webber (2018, p. 72).

¹¹ 1 – Ciudad del Este – CDE; Presidente Franco – PF. / 2 – Pedro Juan Caballero – PJ. / 3 – Salto del Guairá, San Lorenzo.

Na grande Ciudad del Este, localizada no Departamento de Alto Paraná – microrregião que considera também as cidades de Presidente Franco, Los Cedrales, Minga Guazú e Hernandarias, foram identificadas seis universidades oferecendo o curso de Medicina, sendo uma pública e cinco privadas. A Universidad Nacional del Este (Facultad de Ciencias de la Salud, 2020) – UNE, universidade pública com sede no Km 16, em Minga Guazú, iniciou as atividades da Facultad de Ciencias de la Salud em 15 de julho de 1998, sendo a unidade acadêmica mais jovem da UNE. Além de Medicina, oferece também o curso de Enfermagem e oferta uma pequena porcentagem das vagas para brasileiros, em atendimento a acordos bilaterais BR-PY.

Localizada próxima à aduana brasileira, a Universidad Internacional Tres Fronteras, sede Ciudad del Este – UNINTER, foi criada em 2003, ofertando os cursos de Direito, Administração de Empresas e Engenharia Eletrônica. Atualmente, possui 23 sedes em todo o território paraguaio, inclusive na capital, Asunción, ofertando 31 diferentes cursos de graduação dentro das cinco faculdades (Facultad de Ciencias y Tecnologia; Facultad de las Ciencias de la Salud; Facultad de Ciencias Agrícolas y Ganaderas; Facultad de Ciencias Sociales y Humanidades; Facultad de Ciencias Empresariales). Possuem em funcionamento também três programas de mestrado e três de doutorado.

Um pouco afastadas da zona de comércio, à esquerda da principal avenida do centro de Ciudad del Este (Av. San Blás), estão a Universidad Politécnica y Artística del Paraguay, sede Ciudad del Este – UPAP, e a Universidad María Serrana. A UPAP (2020) foi oficialmente criada em 1996, oriunda do Estudio Superior de Artes Plásticas y Aplicadas (ESAP), de 1972, comportando hoje mais de 60 sedes pelo território paraguaio. A Universidad María Serrana foi criada em 2008 com sede em Asunción e possui uma filial em Ciudad del Este desde 2015.

A Universidad Privada del Este, sede Presidente Franco – “UPE Franco”, foi a primeira universidade privada estabelecida no interior do Paraguai, tendo começado como Instituto Internacional de Enseñanza Superior – IIES no ano de 1992, ofertando o curso de Administração de Empresas e Análise de Sistemas. No material impresso disponibilizado pela universidade consta a imagem institucional transmitida a seus estudantes e à comunidade (Webber, 2018, p. 41):

Somos una universidad integradora, multicultural y solidaria con un fuerte componente de cooperación y voluntariado en el contexto de la extensión universitaria. Nos enorgullece formar profesionales con inteligencia ética y dignidad, desempeñándose como personas comprometidas al servicio de su Comunidad y conscientes de la protección al medio ambiente colaboran con el progreso de la Región (Material cedido UPE – Caderno do aluno).

Além da sede em Presidente Franco, a UPE possui uma unidade em Ciudad del Este, a Universidad Privada del Este – “UPE CDE”, e ainda outras quatro nas cidades de Minga Guazú, Santa Rita, Asunción, e Fernando de la Mora. Tales, um importante interlocutor que trabalhava naquela IES, contou que seu fundador teria sido o Prof. Abogado Capitán Sr. Juan Bautista Gonzales Flores (Cultura..., 2020), reitor à época da pesquisa de campo, e que ele havia sofrido muito enquanto era militar com a perseguição de Alfredo Stroessner durante o regime ditatorial no Paraguai. O lema adotado pela UPE – Sabiduría es Libertad – seria então uma referência a esse passado de seu fundador; que, como compartilhou Tales, “quis sempre juntar a ideia de educação e liberdade”.

Em 2018 e 2019, novas universidades se instalaram na região: A Universidad Central del Paraguay – UCP, com duas unida-

des – Sede 1 CDE; Sede 2 KM 18 (entre CDE e Minga Guazú); e a UNIDA – Universidad de la Integración de las Américas (Webber; Silva, 2019).

Com as recentes IES, somam-se oito universidades localizadas na região da fronteira leste paraguaia com curso de graduação em Medicina, aumentando ainda mais a oportunidade de estudo. O total de vagas é flexível, pois as turmas são expandidas à medida que o número de matriculados aumenta, considerando a capacidade de instalação e o corpo docente de cada instituição. Os estudantes relatam a abertura de mais de 20 turmas de primeiro ano no mesmo semestre, “1º Ano de A a Z”, conforme informou um estudante da UNINTER, com 80 a 100 estudantes matriculados por turma.

Os números totais de estudantes brasileiros que estão matriculados regularmente em cursos de Medicina nas IES paraguaias são imprecisos. Não há registro oficial publicado pelo Departamento de Migraciones – ainda que sob demanda formal – nem divulgação das universidades quanto ao número de estudantes matriculados, sejam brasileiros ou não. Os dados levantados até o primeiro semestre de 2017 indicavam quase 8 mil brasileiros à época, matriculados nas cinco IES privadas então existentes. Em 2019, sites midiáticos informavam o registro de mais de 20 mil brasileiros¹² estudando nessa região fronteiriça de Ciudad del Este.

A incerteza quantitativa referente a esse fluxo é fruto, em parte, do escasso controle migratório dessa fronteira, o que possibilita a presença de estudantes “ilegais” (sem o devido registro de *permiso de estudiante*). Verifica-se, portanto, uma grande flexibilidade presente nesse contexto educacional privado internacional, resultando em dados, oficiais ou não, suscetíveis a alterações. Grandes entradas de estudantes no início de cada período letivo

¹² Como se pode ver em: <https://www.radioculturafoz.com.br/2019/11/16/com-cerca-de-20-mil-estudantes-brasileiros-ciudad-del-este-pode-se-transformar-em-cidade-universitaria/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

são seguidas por baixas em razão de desistências ou transferências entre instituições ou países, gerando um volumoso, porém instável, número de estudantes a cada semestre. O que a experiência de campo tornou inegável foi a relevância desse fluxo, em um crescente deslocamento de milhares de brasileiros oriundos de diferentes estados do Brasil com o objetivo de cursar Medicina, parte morando em Foz do Iguaçu e cruzando a ponte diariamente para estudar naquelas cidades, parte morando no Paraguai.

Acreditações e revalidações

A grande oferta de vagas é possibilitada pelo processo de expansão das IES no Paraguai, que são, nesse contexto, majoritariamente privadas. Como é comum a outras práticas de mercado, empresários enxergam o fenômeno como uma oportunidade de negócio, abrindo novas IES não necessariamente comprometidas educacionalmente – as quais são tratadas pela imprensa paraguaia como as *truchi* universidades, ou universidades de garagem. Para o controle da qualidade e da segurança aos estudantes quanto às ofertas de educação, assim como no Brasil, há um aparato de instâncias e caminhos que regulam a educação superior paraguaia, tanto pública quanto privada. Especialmente no âmbito privado, a regulação funciona como um filtro e auxilia, ou deveria auxiliar, os estudantes a fazerem escolhas de estudo seguras, que garantam a emissão de diplomas reconhecidos após concluído o curso.

Dentre as estruturas envolvidas, o Ministério de Educación y Ciencias del Paraguay – MEC PY acompanha a educação nacional em todas as suas esferas, inclusive os cursos superiores, possuindo instâncias institucionais que apoiam e regulam a atividade desse setor de educação formal.

Em 2013, o Paraguai criou também o CONES – Consejo Nacional de Educación Superior, por meio da Lei 4995/2013, com o

objetivo de gerir políticas que garantam uma educação superior de qualidade para todos os cidadãos. Segundo informações do site oficial, o CONES é uma instituição pública reconhecida por sua gestão como balizadora da educação superior paraguaia. Sua função, além de reconhecimento de títulos estrangeiros, é de acompanhamento e regulação das ofertas de cursos superiores.

A agência responsável pelo processo da Acreditação no Paraguai é a ANEAES – Agência Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior¹³, criada pela Lei 2.072, de 13 de fevereiro de 2003/PY, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura Paraguai, com sede física na capital, Asunción. Há uma avaliação “interna”, chamada de “Modelo Nacional”, à qual a IES pode se submeter, além do “Modelo ARCUSUR”, anteriormente existente. Na página oficial da agência podem ser gerados relatórios por carreira para a verificação de quais IES possuem o selo de *Acreditación*, chancela oficial que atesta a competência e lisura da Instituição de Ensino.

A certificação como instituição “acreditada”, promulgada pela ANEAES, além de garantir um selo de qualidade de educação superior paraguaia, teria o papel de auxiliar nos processos de revalidação de diploma nos países integrantes do Mercosul, por meio de diretrizes estabelecidas no Mercosul Educativo¹⁴.

Em 2017, não só a UPE-Franco, mas todas as universidades que ofertavam o curso de Medicina na região, levavam como bandeira a “*Acreditación*”, inclusive com o termo disposto em faixas pelos corredores das IES e em materiais de divulgação e promoção das universidades.

¹³ Em português, Agência Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (Tradução minha).

¹⁴ Em novembro de 2019, o Brasil solicitou sua retirada do Setor Educacional do Mercosul alegando falta de eficiência na melhoria de índices da educação regional.

O Arcosul (ou ARCOSUR, em espanhol) é o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Caráter Universitário do Mercosul, uma instância regulatória que facilitaria os trâmites concernentes à mobilidade estudantil e à validação de documentos acadêmicos, entre outras agendas dos países membros do Mercosul.

Apesar do discurso, a obtenção do selo de *Acreditación* pressupõe o preenchimento de muitos requisitos materiais e acadêmicos, sendo poucas as IES que obtêm a certificação, seja em nível nacional (pela ANEAES) ou regional, pelo sistema Arcosul.

Considerando os dados das buscas efetuadas sobre selos de *Acreditación* no Modelo Nacional para Medicina de 2017/2018, sete IES foram listadas como certificadas, porém nenhuma localizada na região da Tríplice Fronteira. Considerando o Modelo ARCOSUR, não houve nenhuma IES listada com *Acreditación* vigente (Webber, 2018:84).

Uma consulta atualizada às plataformas da ANEAES (2020) mostra 15 instituições de ensino *acreditadas* para a *carrera de Medicina* no Modelo Nacional, sendo uma IES de caráter privado, localizada em Ciudad del Este. Já no modelo ARCOSUR, somente três instituições foram listadas, todas de caráter público.

As engrenagens de todo esse processo de formação têm ainda outros elementos importantes quando pensamos no retorno desses estudantes (posteriormente graduados em Medicina) ao Brasil, e nos problemas do exercício da profissão de médico aqui. Assim como ocorre com formados em outras graduações e pós-graduações, o título acadêmico obtido no exterior precisa passar por um processo de validação pelas IES brasileiras.

Como comenta Sprandel, no tocante às leis migratórias, os textos legais são marcados por “circunstâncias e subjetividades” (2015:146), sendo muito característicos também os textos que compõem o mosaico de concepções e regras na revalidação dos diplomas estrangeiros. A revalidação de diplomas obtidos no exte-

rior consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LBD (Brasil, 1996). Em seu artigo 48, ela trata dos diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras, considerando que deverão ser revalidados por universidade pública que tenha curso equivalente, “respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação”.

No caso de Medicina, mesmo havendo uma demanda muito expressiva com determinados países, não há nenhum protocolo originado por acordo específico, apesar do tema estar presente em iniciativas de cooperação bilaterais. Como estratégia de padronização nas tramitações desses processos de revalidação e atendimento às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), o governo brasileiro criou, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira – REVALIDA no ano de 2011.

Trata-se de um rigoroso processo avaliativo, dividido em duas etapas eliminatórias – prova escrita e avaliação de habilidades clínicas, fundamentado na demonstração de conhecimentos, habilidades e competências necessárias ao exercício da Medicina (REVALIDA/INEP, 2018).

A adesão das universidades ao programa é opcional e, segundo informações do site oficial, 45 IES passaram a optar por esse modelo em 2016, dentre elas 30 universidades federais, oito estaduais, além de fundações e outras. Além do REVALIDA, no ano de 2016, o MEC-BR criou uma plataforma para facilitar a tramitação dos pedidos de revalidação ou reconhecimento, o Portal Carolina Bori. O site oficial (BRASIL, 2020b) contextualiza que tal iniciativa visa atender a Meta 12 (estratégia 12.12) e a Meta 14 (estratégias 14.9, 14.10 e 14.13) do Plano Nacional de Educação (PNE), que,

respectivamente, incentiva programas de mobilidade estudantil em âmbito nacional e internacional e estimula o intercâmbio internacional na pesquisa (Webber, 2018).

A escolha do tipo de oferta feita – editais e/ou chamadas específicas – dependerá das deliberações da IES brasileira que oferta o processo. Cada instituição de ensino precisa, além do atendimento às regras nacionais, definir parâmetros e procedimentos internos que orientem todo o processo.

Faz-se importante ressaltar que a importância do REVALIDA vai além de suas atribuições legais. Os estudantes trazem costumadamente em suas falas as possibilidades pós-título, sendo eles que pela primeira vez abordaram o tema e o trouxeram para dentro da pesquisa nas conversas etnografadas na lanchonete *Estelita*, localizada bem em frente ao prédio da UPE – cidade de Presidente Franco, onde aconteciam as aulas do curso de Medicina. Na percepção desses estudantes, o REVALIDA era um processo mais justo de regulação, já que o acesso às universidades públicas brasileiras se dá por meio do Enem e de vestibulares regionais. Em vez de concorrerem com outros candidatos, preferiam concorrer consigo mesmos por meio dos processos de revalidação do título.

Neste sentido, revalidar o diploma após concluir o curso no exterior está atrelado a uma noção de justiça e aparece como um ponto primordial de justificativa daqueles que optam por essa escolha. Segundo os estudantes, o REVALIDA seria um processo de concorrência do estudante com ele mesmo, já que não há um número limite de aprovações. A inexistência de vestibular para a entrada nos cursos de graduação em Medicina das faculdades paraguaias parece evitar a frustração da não entrada no curso e, ainda que fosse de conhecimento geral a existência da necessidade posterior de revalidação, esse tipo de ingresso funciona como um motivador para que os estudantes e suas famílias encampem o projeto de ser médico (Webber, 2018).

O tema da revalidação do diploma é ainda de interesse das universidades paraguaias, que acompanham os critérios de avaliação estipulados pelos órgãos oficiais brasileiros no processo de revalidação e adotam matrizes de referência curricular similares às das IES brasileiras. Deste modo, criam uma base curricular mais próxima à praticada no Brasil, vislumbrando essa diretriz como uma potencialidade que amplie a captação de estudantes e posteriormente facilite a revalidação dos diplomas de seus formados (Webber, 2018).

Sendo geralmente de periodicidade anual, a última aplicação do REVALIDA aconteceu no ano de 2017, quando 7.380 médicos se submeteram à prova (INEP, 2020) e somente 393 foram aprovados. O Inep informa que a edição daquele ano resultou em muitos ajustamentos e liminares, suspendendo a regularidade do processo e atrasando o cronograma habitual. Um novo processo foi aberto no ano de 2020, com provas previstas para o mês de dezembro, e contou com mais de 16,5 mil inscritos (Portal G1, 2020).

Segundo o Portal do MEC, o REVALIDA teve ao todo sete edições até 2017, com um total de 24.327 inscrições, sendo que a maioria dos participantes era de nacionalidade brasileira, cerca de 60%. As informações também colocaram a Bolívia como o país que “lidera a quantidade de tentativas de revalidação de diploma”.

Outra possibilidade de retorno e atuação no Brasil, ainda que sem o título revalidado, bastante comentada pelos estudantes no trabalho de campo junto à UPE-Franco, alicerçava-se no Programa Mais Médicos. O programa, também tratado por PMM Brasil, foi instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Segundo informações do site oficial à época, o programa

é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de

levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais (Webber, 2018).

Uma das ações previstas pelo programa era a expansão da oferta de vagas para o curso de graduação em Medicina. Segundo relatório disponibilizado no site do PMM, houve um aumento de 5.300 vagas em dois anos (dados de 2015/2016), considerando as ofertas de instituições públicas e privadas. Com o objetivo de “solucionar definitivamente o problema da insuficiência de médicos no Brasil”, o crescimento das vagas para estudantes tem como pretensão alterar a proporção de médicos de 1,8 por mil habitantes para 2,7 profissionais por mil habitantes em 2026 – índice equiparado ao do Reino Unido (Webber, 2018). Uma das metas era fortalecer a criação de novas vagas em instituições no interior do país, a fim de atender a carência de formação médica nessas regiões e de criar laços para a ocupação das vagas de trabalho em Medicina também para aquelas áreas. Entretanto, desde 2016 o programa vem sofrendo modificações, o que resultou em alterações substanciais no seu formato e aplicabilidade quanto à avaliação dos estudantes em 2017.

Ainda um outro caminho profissional parece ganhar cada vez mais interessados: a permanência para atuação profissional no Paraguai, mediante especialização também realizada naquele país. Segundo recentes relatos de colegas da Unila¹⁵, que acessam o atendimento médico de algumas especialidades em Ciudad del Este (PY), tem aumentado o número de clínicas de saúde onde o corpo

¹⁵ Universidade Federal da Integração Latino-Americana, sediada em Foz do Iguaçu.

de profissionais é formado majoritariamente por brasileiros graduados no Paraguai. Outros ainda permanecem na universidade em que se graduaram, atuando como docentes para as novas turmas que se formam a cada semestre.

Considerações finais

O recente fluxo de brasileiros e brasileiras que buscam no Paraguai as oportunidades não encontradas no Brasil para realizarem seus projetos pessoais e familiares é um fenômeno crescente e que movimenta diversos setores das sociedades de ambos os países. No que se refere à expansão da educação superior paraguaia, sobretudo na formação privada em Medicina nas cidades fronteiriças da grande Ciudad del Este, muitas são as nuances passíveis de apreensão nos estudos das Ciências Sociais.

Como tratado no texto, milhares de pessoas encontram dificuldades no acesso aos cursos de graduação em Medicina no Brasil devido ao número limitado de vagas, ao alto custo de manutenção do curso e aos valores de mensalidade exorbitantes praticados pelas instituições de ensino privadas brasileiras. Como apresentado, uma saída que vem se apresentando é a possibilidade de realizar a graduação em outros países latino-americanos, com menor custo de vida e processos de ingresso diferenciados. Argentina e Bolívia já se desenham como destinos consolidados nessa migração estudantil, e, nos últimos anos, o Paraguai tem também crescido no ranking de interesse desses estudantes.

Se o ingresso é “fácil”, o processo de formação e, posteriormente, os trâmites necessários ao retorno desses brasileiros e brasileiras para a atuação como médicos no Brasil é bastante complexo, permeado por muitas tensões no atendimento às exigências das estruturas de ambos os países.

As fronteiras representam um papel fundamental na construção desse processo de expansão da educação superior privada no contexto latino-americano, ora fortalecendo a presença do Estado, ora sublimando-a. Para além da materialidade dos *cruces de frontera* diários, as ações do Estado brasileiro na regulação da educação formal superior carregam consigo também elementos simbólicos de barreira/segregação ou de passagem para novas possibilidades.

Os estudantes, atores principais desse processo, trazem-nos reflexões por meio de suas experiências, carregadas de sonhos e esperanças, construindo uma realidade transfronteiriça que se regenera diante dos eventuais percalços da tessitura do cotidiano.

No contexto estudado, têm ocorrido mudanças políticas recentes e certamente muitas outras ainda precisarão ser captadas no cenário pós-pandemia causado pela Covid-19. A emergência dessa crise sanitária sem precedentes na história recente da humanidade afeta diretamente o contexto fronteiriço para além do tema da formação médica, também quanto à capacidade de respostas nacionais/locais, quanto à qualidade e à estrutura da saúde nos países. O fechamento temporário das fronteiras poderá alterar significativamente as relações entre nações (próximas e distantes), certamente com desdobramentos que afetarão também o cenário educacional superior transfronteiriço.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasileiros na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

ANEAES – Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior. Disponível em: <http://www.aneaes.gov.py/v2/carreras-acreditadas>. Acesso em: 30 maio 2020.

BERGER, Isis Ribeiro. Experiências e ações de política linguística no âmbito do Observatório da Educação na Fronteira. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138-163, 2015. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/465/pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Plataforma Carolina Bori. Disponível em: <http://plataformacarolinabori.mec.gov.br/consulta-publica/processo/consultar-por-ies-estrangeira>. Acesso em: 28 maio 2020a.

BRASIL. Portal Carolina Bori. Disponível em: <http://carolinabori.mec.gov.br/?pagina=inicial>. Acesso em: 16 mar. 2020b.

BRASIL. Revalida. Disponível em: <http://revalida.inep.gov.br/revalida/inscricao/>. Acesso em: 30 maio 2020c.

CULTURA RÁDIO AM E WEBTV. Com cerca de 20 mil estudantes brasileiros, Ciudad del Este pode se transformar em cidade universitária. Disponível em: <https://www.radioculturafoz.com.br/2019/11/16/com-cerca-de-20-mil-estudantes-brasileiros-ciudad-del-este-pode-se-transformar-em-cidade-universitaria/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

Facultad de Ciencias de la Salud. Universidad Nacional Del Este. Disponível em: <http://www.facisaune.edu.py/v2/index.php/es/la-institucion/historia>. Acesso em: 11 maio 2020.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/revalida/historico>. Acesso em: 30 maio 2020.

LECHETA, Michelle; WEBBER, Maria A. Assimetrias nacionais Brasil-Paraguai: reflexões sobre a percepção do outro na Tríplice Fronteira. In: CLAUDIA, M. S. L. Muniz; JESSICA, A. Soares (Orgs.). *O mundo da fronteira: reflexões a partir da fronteira trinacional Brasil, Paraguai e Argentina*. Curitiba: CRV, 2019.

MACAGNO, Lorenzo; MONTENEGRO, Silvia; BÉLIVEAU, Verónica Gimenez (Orgs.). *A tríplice fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 49, n. 17, p. 11-29, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KKxt4zRfvVWbk>

[bgsfQD7ytJ/?format=pdf&lang=pt](#). Acesso em: 20 maio 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in china: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. 2009. 332 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16895/000707088.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 maio 2020.

PIRES SANTOS, M. E. *O cenário multilíngue/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social*. 2004. 253 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaEspanhola/Teses/Santos.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

Portal G1. Revalida 2020 tem mais de 16,5 mil inscritos. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/10/28/revalida-2020-tem-mais-de-165-mil-inscritos.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2020.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. 2004. 334 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133968/mod_resource/content/1/Rabossi.Nas%20ruas%20de%20Ciudad%20del%20Este.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

SALGADO, Daniela da Silva. *Saberes docentes sobre alfabetização em contexto de variedades linguísticas de português/espanhol*. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado). *Programa de Pós-Graduação em Ensino*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3690/5/Daniela_Fonseca_Siva_Salgado_2018.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Regina Coeli Machado. Vidas, nações e Estados se fazendo nas Fronteiras entre Brasil, Paraguai, Argentina. *Revista Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 15, n. 2, p. 10-32, 2013. <https://doi.org/10.48075/ri.v15i2.9358>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/9358/6956>. Acesso em: 20 maio 2020.

SILVEIRA, Claudia V.; KUKIEL, Éder D. G.; OLIVEIRA, Érica S. Dinâmica fronteiriça dos estudantes de medicina da cidade de Pedro Juan Caballero (PY) e Ponta Porã (BR). *Anais XIII Encontro Nacional ANPEGE*, Natal, 2019.

SOUSA, Flávia Alves; ALBUQUERQUE, José Lindomar. Nação e integração nas escolas de fronteira: a mobilidade docente e a aprendizagem das línguas nacionais entre o Brasil e a Argentina. *Revista Etnográfica*, Portugal, v. 23, n. 3, p. 627-648, out. 2019. <https://doi.org/10.4000/etnografica.7313>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/7313>. Acesso em: 20 maio 2020.

SPRANDEL, Marcia Anita. Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana (REMHU)*, v. XXIII, n. 45, 2015.

UPAP – Universidad Politécnica y Artística del Paraguay. Disponível em: <http://upap.edu.py/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1994.

WEBBER, Maria Aparecida. *Estudantes brasileiros de Medicina em Presidente Franco (PY): motivações e tensões de um fluxo universitário transfronteiriço*. 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58251/R%20-%20D%20-%20MARIA%20APARECIDA%20WEBBER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 maio 2020.

WEBBER, Maria Aparecida; SILVA, Regina Coeli Machado. Trânsitos da tríplice fronteira: a busca pelo estudo da medicina nas cidades fronteiriças. *Anais XIII Reunião de Antropologia do Mercosul*, 2019.

A formação permanente de docentes: o projeto pedagogia de fronteira como movimento social

Marcia Palharini Pessini¹

Jorgelina Ivana Tallei²

Cidade de todas as águas

De acordo com o documento de consolidação dos planos de desenvolvimento e integração na área de fronteira do ano de 2017:

A Faixa de Fronteira do Paraná é constituída por 139 municípios (cerca de 2.371.846 pessoas segundo o Censo

¹ Docente de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Paraná – *campus* Foz do Iguaçu (IFPR). E-mail: marcia.pessini@ifpr.edu.br

² Docente de espanhol do Ciclo Comum de Estudos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). E-mail: jorgelina.tallei@unila.edu.br

Demográfico de 2010), dos quais 18 estão situados na linha de fronteira (507.963 pessoas) e 3 são considerados cidades-gêmeas (concentrando cerca de 296.487 pessoas). Esse conjunto de municípios representa aproximadamente 35% do total de municípios paranaenses e 23% da população total do estado. Dos municípios pertencentes à faixa de fronteira, somente 4 deles possuem população acima de 100 mil habitantes (Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Umuarama). Outros 19 municípios têm entre 20 mil a 100 mil habitantes, ou seja, a grande maioria dos municípios possui população inferior a 20 mil habitantes. As cidades-gêmeas existentes na Faixa de Fronteira são as seguintes: Foz do Iguaçu-PR/Ciudad Del Este – Paraguai/Puerto Iguazu – Argentina; Guaíra-PR/Mundo Novo-MS/Salto Del Guairá – Paraguai; e Barracão-PR/Dionísio Cerqueira-SC/Bernardo de Irigoyen – Argentina (Brasil, 2017, p. 193).

Em 1970, no Brasil, pelo Decreto-Lei 6.634, e muito antes, em 1944, na Argentina, pelo Decreto-Lei 15.385/1944, foi criada a categoria Zona de Fronteira, na tentativa de controlar o espaço fronteiriço, como aponta Linares (2017); de nacionalizar o território como gesto para territorializar; e de ocupar para demarcar a língua, os símbolos, as moedas e a terra.

Neste capítulo, apresentamos uma experiência no espaço geográfico da chamada Tríplice Fronteira, configurada territorialmente por três cidades: Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai). A primeira, composta por dois vocábulos, indica, etimologicamente, “passagem estreita” e, também, “água grande”, significado do vocábulo Iguaçu, pertencente à língua guarani, cujo nome indica a cartografia guarani. Já Puerto Iguazú, a cidade irmã, tem um nome ligado à sua história: um importante porto do norte da Argentina, localizado no estado

de Misiones. Por fim, temos a cidade paraguaia Ciudad del Este, do outro lado da ponte, localizada a leste do Alto Paraná, no Paraguai, que já teve três nomes: Flor de Lis; Ciudad Puerto Presidente Stroessner, em referência ao ditador Alfredo Stroessner; e Ciudad del Este. Também é conhecida como Ciudad Jardin por sua variada vegetação e considerada um centro comercial, um ponto de encontro, com muitas línguas e culturas. É a segunda cidade mais importante do Paraguai. Três cidades. Três países.

A Tríplice Fronteira é um dos quinze *trifinios* da América Latina e o único conhecido por seu topônimo administrativo: Triple Frontera (Agullo, 2017). Para nomear o *trifinio*, usamos a metáfora das redes no que se refere à figura do que se junta e se separa entre rios, entre culturas, entre o comércio, entre o cotidiano, entre moedas. Um espaço transfronteiriço híbrido (Bhabha, 2014) como metáfora da rede, o qual questionamos, pois também pode indicar um fim, uma chegada, um conjunto de laços que se (entre)misturam ou (des)unem.

A cidade de Foz de Iguaçu, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, tem uma área total de 617,71 km e está localizada no que hoje é definido como Alto Paraná. Além disso, registra cerca de 80 etnias, entre elas: chineses, japoneses, paraguaios, argentinos, alemães, italianos e a segunda maior comunidade sírio-libanesa do Brasil, uma configuração multicultural e multilíngue que imprime diversas dinâmicas na cidade e na região.

Nesse contexto, originou-se o projeto de extensão denominado *Pedagogia da Fronteira*, conformado por docentes de universidades públicas da cidade de Foz de Iguaçu e das escolas municipais da cidade.

A fronteira: a educação como movimento social

O trabalho do projeto Pedagogia de Fronteira é formado por pesquisadoras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* Foz do Iguaçu (Unioeste); do Instituto Federal Tecnológico, *campus* Foz do Iguaçu (IFPR); e ainda por docentes pesquisadoras da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e das escolas da rede fundamental da cidade de Foz do Iguaçu, tendo como objetivo principal um programa de formação docente de caráter permanente, com uma perspectiva intercultural e multilíngue. O grupo de pesquisadoras começou a desenvolver o trabalho após o fim do Programa de Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), que teve um impacto muito importante na região. O PEIF foi desenvolvido no âmbito do Setor Educacional do Mercosul (Mercado Comum do Sul) e se estabeleceu como política regional, mais especificamente entre as cidades gêmeas de um lado e outro da fronteira com o Brasil. Segundo Lorenzetti e Torquato (2016), inicialmente, as escolas participantes estavam localizadas nas cidades de Dionísio Cerqueira-SC e Bernardo de Irigoyen-Misiones (AR), e Uruguaiana-RS e Paso de Los Libres-Corrientes (AR), estendendo-se no ano seguinte a mais escolas da fronteira com a Argentina. A princípio, estava voltado para o bilinguismo, mas posteriormente compreendeu-se que o programa deveria atuar como ação integradora das fronteiras e, portanto, deveria trabalhar tendo por base uma perspectiva intercultural.

No ano seguinte, 2006, o PEIF ganhou status multilateral, tendo sido incorporado ao plano de ação do Setor Educativo do Mercosul (SEM) e, a partir de 2009, somaram-se a ele escolas do Uruguai, do Paraguai e da Venezuela. As principais ações do programa foram desenvolvidas no chamado Arco Sul da faixa de fronteira – denominação utilizada pelo governo federal para referir-se à faixa de fronteira dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do

Rio Grande do Sul. Até o ano de 2010, as escolas contavam com assessoramento governamental, que se dava através do trabalho desenvolvido pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (Ipol), que ofertava formação continuada para os professores e orientava o *cruce*³. A partir de 2011, o encaminhamento foi outro – universidades próximas às regiões de fronteira foram convidadas a assumirem tais ações no programa.

O ano de 2012 foi marcado positivamente com a inclusão do PEIF no Programa Mais Educação – uma atitude que vinha como resposta ao acordo firmado entre os países-membros do Mercosul como tentativa de institucionalizar o programa, transformando-o em uma política nacional e não apenas em um programa de um governo. Já o ano de 2013 foi o momento em que se deu uma aproximação com as secretarias de educação municipais e a busca por parcerias com os países fronteiriços. Com a mudança no cenário político nacional no ano de 2015, o Brasil perdeu o orçamento destinado ao PEIF, e, conseqüentemente, outras ações desenvolvidas no programa. No ano de 2019, o Brasil retirou-se do Setor Educacional do Mercosul, deixando de ser protagonista em processos institucionais tão importantes como um programa como o PEIF, salientando, assim, a visão do atual governo em relação a esse setor.

Ao longo do seu desenvolvimento, o programa passou por inconstâncias. No Brasil, a falta de institucionalização como programa de estado, de importância fundamental nas fronteiras, acabou por gerar a falta do financiamento necessário para o seu bom desenvolvimento. A formação docente prevista como um dos eixos do PEIF também dependia do apoio dos governos municipais e do Estado. As Secretarias Municipais de Educação dos municípios de fronteira foram aos poucos tornando-se responsáveis por tais fi-

³ Denominava-se *cruce* ao intercâmbio de docentes entre as cidades gêmeas.

nanciamentos e, em alguns casos, não conseguiram oferecer o suporte necessário, gerando a descontinuidade das principais ações.

A partir das ações do PEIF foram se sucedendo iniciativas nas universidades de diversos grupos de docentes que, como forma de resistência, desenvolveram trabalhos buscando ofertar um programa de formação docente intercultural e multilíngue somando esforços para dar continuidade às ações antes desenvolvidas pelo PEIF dentro de um horizonte do possível.

Foi nessa perspectiva que surgiu o grupo e o projeto chamado Pedagogia de Fronteira como um movimento social organizado, uma vez que buscava, ao mesmo tempo, construir representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas e ainda projetar em seus participantes sentimentos de pertencimento social através do desenvolvimento de sua identidade como grupo e como sujeitos pertencentes ao cenário fronteiriço que também os constitui. Tal feito só foi possível porque a fronteira assistiu ao movimento das suas principais instituições de Educação – universidades públicas (e aqui se inclui o Instituto Federal do Paraná-IFPR), a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e docentes da rede pública municipal –, que se uniram em torno de um mesmo objetivo. Como forma de respaldar a afirmação desse trabalho enquanto movimento social, pautamo-nos no conceito Goldar (2008, p, 70):

entendemos por movimiento social aquellas conformaciones que, con distintos grados de consolidación y con alguna permanencia en el tiempo, se estructuran en torno a intereses comunes y a un fuerte componente identitario; que emergen en la sociedad con alguna capacidad de colocar temas, demandas, propuestas, etc. que no son tenidas en cuenta por el orden social vigente. En ese sentido son fuertemente disruptivos y encarnan la posibilidad de desarrollar procesos de transformación social.

Nesse sentido, acreditamos que a interação dos membros do grupo em contato com instituições educacionais das escolas de Foz do Iguaçu caracteriza o trabalho que vem sendo desenvolvido como um movimento social, visto que representa uma força social organizada para o fortalecimento de atividades que são fontes geradoras de processos e inovações socioculturais e que respondem a necessidades também sociais. Considerando a premissa básica a respeito dos movimentos sociais indicada por Gohn (2011, p. 334), quando afirma que elas “são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”, é que iniciamos a organização do trabalho de formação docente permanente e diversas ações a fim de impactar no ensino fundamental no município de Foz do Iguaçu para, de certa forma, dar continuidade ao trabalho proposto inicialmente pelo PEIF.

Acreditamos que esse aspecto corrobora a validação da organização do nosso grupo enquanto movimento social, uma vez que necessariamente o trabalho desenvolvido será inovador, já que precisa de adaptações para a nova realidade colocada, configurando-se, ao mesmo tempo, como uma matriz geradora de saberes. Essa matriz terá, entre outras coisas, o objetivo de ofertar um programa de formação docente permanente pautado na perspectiva da educação intercultural e multilíngue na fronteira, desenvolvendo estratégias para trabalhar com a diversidade cultural e linguística encontrada nas salas de aula das escolas municipais de Foz do Iguaçu. O trabalho do grupo tem como objetivo principal a formação docente e é pautado em uma educação linguística com foco na implementação das línguas adicionais, especialmente o espanhol, e uma análise sociolinguística de todas as escolas da rede municipal. Pretendemos, no futuro, ampliar a pesquisa para as escolas de Ciudad del Este e Puerto Iguazú, e assim constituir uma política educativa de fronteira desde o ensino infantil até o ensino médio, fortalecendo a integração regional, local e nacional.

As dimensões do projeto Pedagogia de Fronteira

O projeto Pedagogia de Fronteira se organiza em três dimensões: educação linguística, formação docente de caráter permanente e elaboração de materiais didáticos levando em consideração o contexto trinacional e a articulação política e social para a efetiva implementação do espanhol nas escolas municipais da cidade. Os impactos das dimensões do projeto se podem agrupar da seguinte forma:

Tabela 1 – Dimensões do projeto

Impactos no território	Impactos na escola	Impacto social
Integração universidade e escola	Implementação das línguas adicionais (espanhol e inglês) no ensino fundamental da rede municipal	Formação crítica e cidadania intercultural e para a/de fronteira

Fonte: Elaboração própria.

De forma específica, cada dimensão do projeto se resume: a) à formação dos docentes em educação linguística numa perspectiva intercultural; b) à organização do currículo para a implementação de línguas adicionais no ensino fundamental – séries iniciais; e c) à produção de materiais didáticos pensados para a reflexão sobre o contexto trinacional. Em todas as ações de formação são trabalhados conceitos-chaves para a cidade e a fronteira, como multilinguismo e interculturalidade, considerando-se esse contexto. Os momentos de formação docente são organizados de forma que a discussão parta de temas essenciais para se refletir sobre a educação na fronteira, tratando de temas como interculturalidade, identidade, língua, território e cultura. O foco principal nesse processo é a busca pela sensibilização em torno das peculiaridades que formam a escola inserida em um contexto fronteiriço e o reconhecimento do docente como sujeito transformador desse território.

No seu eixo formativo, o projeto trabalha com uma metodologia de ação participativa (IAP) baseada no conceito do sociólogo colombiano Fals Borda (2009). De acordo com essa metodologia, o trabalho de maneira colaborativa é fundamental para a transformação do território. A formação se concebe como um ato político de características ativas em que as docentes participam indicando as temáticas de reflexão ofertadas; participam das análises sociolinguísticas realizadas nas escolas; debatem e constroem em conjunto uma política linguística e educativa para a fronteira. Fals Borda (Borda, 2009, p. 256) afirma que, quando o grupo se empodera, de fato, nos seus saberes, na procura de uma transformação social e educativa, podemos falar de seres sentipensantes, ou seja, na consciência de saber equilibrar a razão e as emoções:

El problema de la relación entre el pensar y el ser – la sensación y lo físico – se resuelve por la observación de lo material que es externo a nosotros e independiente de nuestra conciencia; y lo material incluye no sólo lo constatable de la naturaleza sino también las condiciones fundamentales, primarias de la existencia humana.

O conceito sentipensante é fundamental para estruturar o projeto na sua dimensão formativa e social. O eixo formativo também trabalha em sintonia com a implementação das línguas adicionais (espanhol e inglês) no município. No ano de 2019, a formação se estruturou desde a fundamentação da educação linguística. As temáticas desenvolvidas foram as seguintes:

Tabela 2 – Temáticas da formação permanente de 2019

Temas
Metodologias de ensino de línguas para crianças: o brincar como direito dos(as) estudantes
Língua(gem) e cidadania: aspectos sociodiscursivos do ensino de línguas adicionais para crianças
Acolhimento de alunos(as) imigrantes: abordagem afetiva no ensino de línguas para crianças
Multilinguismo na escola e na sociedade: desafios e propostas de ações político-educacionais
Línguas adicionais em contexto de região de fronteira
Recursos educacionais abertos e produção de materiais nas aulas de línguas adicionais de LE
Elaboração de material didático para o ensino de línguas estrangeiras

Fonte: Elaboração própria.

Ainda no ano de 2019, foram colocados em prática dois projetos-piloto de ensino de espanhol e de inglês em duas escolas de ensino fundamental de Foz do Iguaçu: na Escola Municipal Arnaldo Isidoro de Lima, localizada no bairro da Vila C, foram ofertadas aulas de espanhol; já na Escola Municipal Írio Manganeli, no bairro do Morumbi, as crianças tiveram acesso, semanalmente, às aulas de inglês. O objetivo principal desse projeto-piloto era ofertar formação linguística sob uma perspectiva intercultural.

A escolha dessas escolas foi determinada a partir de uma análise demolinguística⁴ também realizada nesse ano. As análises

⁴ Segundo o Protocolo de Acolhimento de Estudantes Imigrantes na Rede Municipal de Ensino elaborado pelo grupo, a demolinguística, ou demografia linguística, tem como finalidade mensurar a magnitude dos grupos linguísticos em territórios e momentos determinados. Essa subdisciplina da sociolinguística oferece, de um ponto de vista macrossociológico, uma visão ampla e representativa do volume e da distribuição territorial das diferentes línguas ou variedades numa sociedade, permitindo diversas análises (sincrônicas ou diacrônicas) de acordo com os objetivos e o alcance das pesquisas. Levando em consideração que a perspectiva demolinguística situa-se na interseção entre língua e sociedade, os projetos multidisciplinares são muito frequentes. Nesse sentido, as pesquisas

demolinguísticas são fundamentais para o projeto, pois permitem planejar ações específicas para cada escola. De acordo com a análise demolinguística realizada pela SMED, no ano de 2017, eram 372 alunos internacionais matriculados nas escolas municipais, principalmente paraguaios e argentinos, uma realidade diversa que requer formação docente que parta de uma reflexão para o acolhimento didático-pedagógico nessas condições, uma necessidade social que espera a proposição de atividades para tal contexto. Nesse ano, os dados foram atualizados em novo estudo realizado pelo grupo de pesquisa da Unila, e que coordena o trabalho de Pedagogia de Fronteira, demonstrando que eram mais de 400 (quatrocentos) estudantes internacionais matriculados nas séries de 1º a 5º do ensino fundamental da rede, principalmente paraguaios e argentinos; representando quase 2% (dois) das matrículas totais⁵.

capazes de combinar referenciais teórico-metodológicos e técnicas mistas (qualitativas e quantitativas) são consideradas imprescindíveis nos contextos de diversidade linguística e mobilidade populacional, como nos casos das regiões de fronteira. No entanto, os trabalhos de campo requeridos para a geração e o processamento de dados demolinguísticos estão fortemente condicionados pela ação dos órgãos administrativos oficiais, já que estes são as principais instâncias com capacidade para subsidiar pesquisas de grande envergadura. Cabe ressaltar ainda que os resultados obtidos através do cruzamento de variáveis sociolinguísticas e demográficas (delimitações territoriais, idade, origem geográfica, nível de escolarização etc.), além de permitir a divulgação de informações relevantes a respeito do grau de aquisição e dos usos das diferentes línguas presentes na comunidade, possibilita, do ponto de vista da gestão educativa, avaliar, aprimorar e propor políticas linguísticas que garantam o direito à educação, criando condições efetivas de acesso, permanência e sucesso escolar (Grupo de Pesquisa: Linguagem, Política e Cidadania, 2020, p. 10).

⁵ Os dados podem ser encontrados no documento orientador e protocolo de acolhimento elaborado pelo grupo (UNILA, 2020).

O projeto também tem desempenhado um papel importante com impacto político na luta pela (re)implantação das línguas, especialmente o espanhol, nas escolas municipais, trabalhando em consonância com a luta de diversos movimentos, como o Fica Espanhol e as Associações de Docentes de Espanhol em cada Estado.

No caso especial da cidade de Foz do Iguaçu, o idioma espanhol já fazia parte do currículo das escolas municipais na década de 1990. Entretanto, diversas questões políticas e governamentais determinaram sua retirada do currículo. O grupo tem empenhado esforços no sentido de sensibilizar a comunidade escolar para a importância desse passo e buscado força política nas autoridades do município. Nessa frente de luta e articulação política, foram realizadas reuniões com diferentes grupos ligados ao governo municipal, reuniões na Câmara de Vereadores com a comunidade e recentemente diversos vereadores eleitos assinaram carta de compromisso para que seja discutida a efetiva implementação das línguas no município. O prefeito eleito da cidade, em nota, comprometeu-se a implementar o espanhol e o inglês nas escolas (PSD, 2020; Portal da Cidade..., 2020).

É importante destacar que a rede municipal já conta com um quadro de docentes efetivas formadas em Letras: Português Espanhol/Letras: Português Inglês. Essa configuração permite que um planejamento conjunto de implementação de línguas possa ser avaliado em conjunto, levando-se em consideração as características de cada escola.

Considerações finais

Pensamos que é preciso buscar novas práticas para a construção de uma nova realidade social que tenha como objetivo rechaçar as velhas formas de fazer política, e, a partir de uma postura inversa, buscar alternativas democráticas que construam possibilidades concretas para o futuro. Como um movimento social, o objetivo é trabalhar para transformar as escolas de Foz do Iguaçu em relação às suas identidades: escolas fronteiriças. Acreditamos que, no que se refere à educação de fronteira, o grupo Pedagogia da Fronteira tem mostrado que é possível e necessário se pensar em espaços próprios para a produção de conhecimento e de pedagogias próprias (Arroyo, 2012).

O movimento aqui apresentado intenta ser o grito que representa a voz daqueles que buscam ocupar os espaços de direito na comunidade escolar; daqueles que devem ter garantido o direito de falar sua língua e de manifestar sua cultura sem sofrer nenhum tipo de preconceito e/ou exclusão, especialmente no que se refere a contextos educacionais. Nossa luta é para sensibilizar e esclarecer que usar diferentes línguas em diferentes contextos é um direito de qualquer cidadão e não um benefício – concedido por uns e alcançado por outros. Alinhamo-nos também a Goldar (2008, p. 70) quando, ao falar sobre as práticas educativas, explica que

En esa perspectiva sin duda, nos hallamos educadores/as populares que intentamos que nuestras prácticas educativas confluyen en vertientes emancipatorias y sean capaces de lograr avanzar efectivamente en las transformaciones que permitan lograr sociedades más justas y humanas.

Os movimentos sociais são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática ao tentarem possibilitar

a inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos. Gohn (2011, p. 336), utilizando-se de considerações do sociólogo francês Touraine, afirma que “os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade”. Nessa perspectiva, acreditamos que temos alcançado, como grupo, o pulsar da fronteira – resistimos à derrocada da formação docente em uma perspectiva intercultural, própria para uma educação na fronteira (já que o PEIF foi interrompido), e construímos novas formas de garantir tal formação unindo forças, canalizando energias antes dispersas em ações de cunho individual, desenvolvendo práticas propositivas, buscando construir ações coletivas de resistência à exclusão e de luta pela inclusão social.

Dessa forma, pensar a fronteira e uma política educativa para a região se ancora em três pilares: formação docente de caráter permanente, intercultural e plurilíngue; análise demolinguística permanente em todas as escolas e em todos os níveis; e constituição de um acolhimento linguístico e cultural como parte de uma política migratória, de fronteira, para o município e para a região, trabalhando temáticas históricas e sociais fundamentais para nos pensarmos como latino-americanos, caribenhos e fronteiriços.

Defendemos também o título de movimento social com base no que fala Gohn (2011, p. 336), ao afirmar que “os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. Gohn (2011, p. 338) também assevera que “a experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrenta”. Foi justamente nesse sentido, diante da adversidade causada pelo fim do PEIF, que o grupo redimensionou as ações que seriam realizadas a partir da sua criação, uma vez que, sem dispor do compromisso orçamentário que o programa dispunha, seria impossível dar prosseguimento a ele de forma integral. É importante ressaltar que nossa hipótese se sustenta no fato de pensar os movimentos sociais como uma ação orgânica

e organizada de caráter político-social, que deve buscar as redes de articulações na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural. As ações do projeto se articulam, assim, sempre buscando articulação política no município – reuniões com vereadores, prefeito e equipe da SMED foram imprescindíveis para que parte das ações do projeto fossem viabilizadas.

Referências

AGULLO, Juan. Una revisión geopolítica de la triple frontera de Paraná. In: ACOSTA, Willy Soto (Eds.). *Repensar las fronteras, la integración regional y el territorio*. Costa Rica: Ed. Heredia, CLACSO, IDESPO, Universidad Nacional de Costa Rica, 2017.

ARROYO, Miguel González. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. *Consolidação dos planos de desenvolvimento e integração nas faixas de fronteira*. Brasília, 2017.

FALS BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Bogotá: Clacso/Siglo del Hombre Editores, 2009.

GOHN, María da Glória. Movimentos sociais e lutas pela educação no Brasil: experiências e desafios na atualidade. *Conferência de Encerramento XI Anped Sul*. 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Palestra-de-Encerramento-Maria-da-Gloria-Gohn.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

GOHN, María da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Rev. Bras. Educ.*, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJkXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2020.

GOLDAR, María Rosa. Los movimientos sociales hoy y los desafíos a la Educación Popular. Apuntes para una reflexión al interior de CEAAL. In: *La Piragua, Revista Latinoamericana de Educación y Política*, n. 28. Panamá: CEAAL, 2008.

LINARES, María Dolores. *Fronteras en tensión: Argentina y Paraguay frente al desafío de la integración regional*. Santa Rosa: EDULPA, 2017.

LORENZETTI, Alejandro; TORQUATO, Cloris Porto. O Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) como política linguística. *Revista Matraca*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 38, jan./jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.12957/matraca.2016.20785>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/20785/18156>. Acesso em: 13 dez. 2020.

PORTAL DA CIDADE FOZ DO IGUAÇU. Ensino bilíngue nas escolas municipais é uma das propostas de Chico Brasileiro. 8 out. 2020. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/ensino-bilingue-nas-escolas-municipais-e-uma-das-propostas-de-chico-brasileiro-1757>. Acesso em: 13 dez. 2020.

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Chico Brasileiro quer ensino bilíngue em Foz do Iguaçu. 13 out. 2020. Disponível em: <https://psd.org.br/noticia/chico-brasileiro-quer-ensino-bilingue-em-foz-do-iguacu/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Documento orientador e protocolo de acolhimento de estudantes imigrantes na rede municipal de ensino. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5879;jsessionid=663C3A7327CA3D56F060DD48B8EE21EE>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Fronteiras agrícolas e extrativistas

Metodologia de pesquisa no estudo dos pequenos produtores rurais envolvidos no cultivo de orgânicos e/ou agroecológicos na região de fronteira Brasil-Paraguai

Cíntia Fiorotti¹

Sandra Cristiana Kleinschmitt²

Neste texto, apresentamos a trajetória de pesquisa e a metodologia utilizadas no estudo sobre a organização e manutenção das associações dos pequenos produtores rurais envolvidos no cultivo de orgânicos e/ou agroecológicos na região de fronteira Brasil-Paraguai. O estudo foi realizado coletivamente por pesquisadores vinculados ao Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais

¹ Graduação e mestrado pela Unioeste. Doutorado em história pela UFU. Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais – Lafront. Esta pesquisa também foi desenvolvida em conjunto com o pós-doutorado em História pela Unioeste, sendo parte dos seus resultados apresentados no artigo final.

² Graduação em Ciências Sociais, mestrado em Ciências Sociais e em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Unioeste. Pós-graduada em Segurança Pública, Cidadania e Direitos pela mesma universidade. Doutora em Sociologia pela UFRGS. Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais – Lafront.

– Lafront no ano de 2018 e 2019³, sediado no *campus* da Unioeste/ Toledo-PR/BR e pertencente ao grupo de pesquisa Fronteira, Estado e Relações Sociais, cadastrado no CNPq. Ele é parte do projeto de pesquisa interdisciplinar intitulado: “Relações de poder e os sujeitos consumidores de agrotóxicos na faixa de fronteira do Brasil”.

Em linhas gerais, o projeto visa identificar as organizações sociais e instituições que atuam na promoção da agricultura orgânica e/ou agroecológica na faixa de fronteira do Paraná⁴; mapear os produtores e as características produtivas; levantar as percepções de risco dos agrotóxicos; e compreender as percepções e práticas dos pequenos produtores rurais envolvidos na agricultura orgânica e ou agroecológica nas cidades de Entre Rios, Pato Bragado, Toledo e Foz do Iguaçu, todas localizadas no oeste do Paraná.

³ As atividades executadas no laboratório giram em torno da elaboração e execução de projetos de pesquisa, ensino e extensão, da avaliação de políticas públicas, do acompanhamento de diferentes problemáticas das regiões de fronteira, da organização de obras científicas, da publicação de resultados de pesquisas e da promoção e participação em eventos científicos. Os projetos são desenvolvidos de forma individual e coletiva, mantendo um grupo de estudos permanente, alimentando o Observatório das Fronteiras Brasileiras (com reportagens, artigos e demais publicações sobre a temática) e publicando um informativo de notícias sobre fronteiras. Assim, atuamos em três linhas de pesquisa: “Identidades, meio ambiente e representações sociais em regiões de fronteira”; “Políticas públicas, associativismo e participação política em regiões de fronteira”; e “Trabalho, práticas sociais, ilegalismos e controle em regiões de fronteira”. Participaram, neste projeto, os pesquisadores: Gabriel Antônio Camarão, Jandir Pereira Pais, Eric Gustavo Cardin, Max André de Araújo Ferreira, Maria Tereza Pereira da Silva, Adilson Alberton, Oberty Coronel, Gustavo Biasoli, Silvio Antônio Colognese; Sandra Kleinschmitt; Cíntia Fiorotti Lima; Deyse Baumgratz; e Kelly Cardoso.

⁴ Entre as várias características que aproximam e diferenciam a produção orgânica da agroecológica, uma das diferenças que nos chamou atenção foi a produção agroecológica ter um foco maior em evitar a dependência de homeopáticos e fitoterápicos, buscando o controle ambiental por meio do equilíbrio natural das espécies.

Por se tratar de um projeto coletivo, envolvendo pesquisadores de diferentes áreas, seu desenvolvimento contou com a contribuição e os olhares particulares dos diferentes sujeitos. Muitos trouxeram experiências de suas trajetórias acadêmicas e pessoais, tendo aqueles que já eram egressos da área rural, além de profissionais formados em História, Sociologia, Antropologia, Direito e Contabilidade, que trouxeram contribuições específicas para o trabalho.

Os processos de modernização e de racionalização da sociedade têm sido alvo de estudos constantes nas Ciências Sociais e Humanas. Neste sentido, partiu-se do pressuposto de que os agrotóxicos são produtos resultantes da modernização e dos avanços tecnológicos na agricultura. Como produtos tecnológicos, a sua difusão é acompanhada por debates acalorados sobre os riscos do seu consumo, particularmente no que se refere à saúde da população e à contaminação do meio ambiente.

O campo do consumo de agrotóxicos abriga relações de poder que conduziram à construção de um sujeito básico, que é o *sujeito consumidor de agrotóxicos*. Trata-se de um sujeito cujas especificidades precisam ser determinadas, mas que inclui, em nível empírico, desde o aplicador de agrotóxicos ao consumidor de alimento e água contaminados com resíduos desses produtos, além da comunidade envolvente que fica exposta ao ar e ao ambiente contaminados (Colognese; Cardin, 2018).

Os agrotóxicos resultam desse processo abrangente de modernização social e de racionalização que independe das fronteiras ou das iniciativas políticas de governos. Por outro lado, o campo do consumo de agrotóxicos por meio de práticas divisoras conduz à divisão desse sujeito básico e ao surgimento de lutas de resistência ao consumo de agrotóxicos. O processo de modernização é marcado pelo avanço da especialização e da divisão do trabalho. Ao longo do desenvolvimento das tecnologias adotadas no campo, observam-se diferentes formas de apropriação e resistência em re-

lação a elas, alimentando a existência de um campo composto por amplo e diversificado conjunto de agentes. Com base nesse suporte, elencamos três grupos para embasar as discussões e comparações: os produtores convencionais, os produtores orgânicos (resistência) e os consumidores (Colognese; Cardin, 2018).

A trajetória da pesquisa empírica realizada para estudar os grupos de resistência ao uso dos agrotóxicos envolveu alguns passos: 1º) identificação das organizações sociais e instituições que atuam na promoção da agricultura orgânica e mapeamento das características produtivas na faixa de fronteira do Paraná; 2º) participação nas reuniões das associações, encontros com certificadoras de alimentos orgânicos, reuniões com membros das instituições que prestam assistência aos produtores para apresentação da proposta do projeto de pesquisa, além da escuta dessas instituições para se estabelecer o contato com os pequenos produtores rurais de orgânicos ou agroecológicos. Em meio à participação nessas reuniões, buscou-se a compreensão e o entendimento do funcionamento das associações de produtores orgânicos, o processo de certificação e as ações voltadas para o incentivo à permanência do trabalhador rural no campo; 3º) organização de um banco de dados com informações sobre a produção e a localização dos produtores de orgânicos na região oeste do Paraná na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai; 4º) seleção de alguns pequenos produtores rurais de orgânicos e/ou agroecológicos com os quais já se havia estabelecido contato, sendo realizadas as visitas às propriedades juntamente com as entrevistas com as famílias. Os entrevistados indicaram outros produtores orgânicos e agroecológicos que foram incluídos na pesquisa. Também ocorreram entrevistas com técnicos agrícolas e outras organizações sociais que prestam assistência a esses produtores, como a Emater.

O início da pesquisa contou com a contribuição de um projeto de extensão idealizado pelo professor Rosalvo Schulz, em que

a Associação dos Produtores Orgânicos de Toledo – Proorto realizava feiras dentro do *campus* de Toledo da Unioeste. Esse projeto, para além de contribuir com a comercialização dos alimentos produzidos pelos seus associados, também visava proporcionar à comunidade o consumo de alimentação saudável e reflexões sobre tal consumo. Também houve a contribuição de outros projetos desenvolvidos pela Unioeste nos demais *campi*. Entre eles, o projeto de certificação organizado pelo curso de Agronomia do *campus* de Marechal Cândido Rondon, tendo a fazenda experimental na cidade de Entre Rios do Oeste-PR.

A presença da Unioeste através de projetos de extensão desenvolvidos com os pequenos produtores rurais orgânicos e agroecológicos contribuiu para a confiança em nosso trabalho como pesquisadores, proporcionando uma boa receptividade. Em 2018, o primeiro contato foi realizado na feira com o presidente da Proorto, Carlinhos Fornari, que convidou os integrantes do Lafront para participarem das reuniões da associação. A Proorto estava estruturada com presidente, secretária, tesoureiro, conselho fiscal, conselho ético e sócios, devidamente registrada, possibilitando a comercialização com órgãos públicos e a busca por recursos e assessoramento à produção orgânica. O cronograma da associação era de reuniões mensais, realizadas todas as primeiras segundas-feiras do mês durante a tarde em diferentes propriedades rurais. A cada mês, um dos produtores ficava responsável por recepcionar os demais integrantes do grupo em sua propriedade, o que ocorria em forma de rodízio.

A participação nas reuniões da Proorto possibilitou que apresentássemos o grupo de pesquisa e o projeto, além de ter garantido a realização de experiências etnográficas, de forma que nos aproximamos dos modos de viver dos produtores, das dificuldades e dos problemas recorrentes vivenciados por eles. Ao ouvirmos esses produtores tivemos a oportunidade de compreender algumas

necessidades deles e, como um grupo de pesquisa, pudemos apoiá-los. Uma das grandes queixas era a dificuldade de visibilidade dos produtores orgânicos na sociedade e, consequentemente, a comercialização de seus cultivos agrícolas e artesanais.

Com o intuito de auxiliá-los na melhoria do escoamento da produção, desenvolvemos um primeiro projeto-piloto denominado “Mapeamento e constituição de redes de produtores agroecológicos na faixa de fronteira do Paraná”. Com esse projeto, buscávamos atender o nosso interesse de identificar os produtores de orgânicos e/ou agroecológicos para estabelecermos contato e agendar uma ida às casas deles, e, ao mesmo tempo, atendíamos a uma das necessidades apontadas pelos produtores de orgânicos, facilitando a localização geográfica e a identificação da produção por meio digital⁵.

A ideia do mapeamento foi muito além de mapear, oferecendo algum retorno e contribuição aos produtores para fortalecer o vínculo entre a universidade e a sociedade por meio da fomentação e da consolidação de uma rede de produtores agroecológicos e orgânicos, com a elaboração de um mapeamento espacial on-line na faixa de fronteira do Paraná. Entendemos que só pedir ajuda, dados e contribuições, sem dar uma contrapartida, não poderia ser o caminho para um projeto de pesquisa que pretende ser longo e duradouro, desejando, de alguma forma, garantir uma intervenção social.

Outra iniciativa decorrente da aproximação e do estudo com produtores orgânicos foi proporcionar o minicurso intitulado “Administração e Contabilidade Rural para Produtores Agroecológicos”, desenvolvido pelo Lafront em parceria com os professores Max André de Araújo Ferreira (Universidade Federal de Roraima) e Bruno Rogério Silva Cavalcante (Instituto Federal do Amapá), formados em Contabilidade e Administração, respectiva-

⁵ O resultado deste projeto está disponível na App Store, apenas para celulares Android (<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.app.gpu2333613.gpu0a2dd88cc25d95e3274ae5ca39345244>).

mente. O curso foi realizado em dois encontros presenciais, sendo mantido acompanhamento posterior. Entre os temas trabalhados, destacaram-se: Planejamento Estratégico e Financeiro; Identidade Geográfica; Certificação Participativa; Noções de Fluxo de Caixa e Capital de Giro.

Em meio a isso, começamos a estabelecer contato com outras associações, com as certificadoras de produtos orgânicos e com instituições de apoio técnico aos pequenos agricultores. Houve a participação em reuniões de associações dos produtores de orgânicos e/ou agroecológicos nas cidades da região de estudo; participação em reuniões de certificadoras, como a Rede de Agroecologia Ecovida; diálogo com centros de assistência ao pequeno produtor rural, como o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – Capa, entre outras ações que resultaram num contato inicial e num pré-cadastro desses produtores. Os técnicos e engenheiros agrícolas do Capa e da Biolabore nos receberam, apoiaram a iniciativa e permitiram que os acompanhássemos em algumas visitas às propriedades.

As frequências a essas reuniões permitiram aos pesquisadores envolvidos compreender as diferenças entre os objetivos e os fins das certificadoras; os critérios para certificação; as queixas dos produtores orgânicos sobre as dificuldades de atender as exigências; a exclusão vivida por alguns dos produtores agroecológicos; as disputas em torno do mercado; os conflitos entre as percepções sobre a vida e o trabalho no campo; as dificuldades e conquistas com a permanência das famílias com o trabalho no campo; as diferenças entre conversão e transição da produção do uso de agrotóxicos para a produção de orgânicos com ou sem uso de homeopatas etc.

Os termos “transição” e “conversão” relacionam-se à abrangência ou ao impacto das mudanças da forma de produção com uso de agroquímicos para a produção sem o uso deles. No primeiro caso, a adoção da perspectiva da “transição” está vinculada ao período e aos procedimentos técnicos necessários para “desintoxicar”

a terra e o ambiente onde o plantio orgânico ocorrerá. Em outras palavras, trata-se de um procedimento que se encontra fora dos sujeitos agricultores, diferentemente do segundo termo, em que o procedimento da transição é acompanhado de mudanças na forma de ver e viver o mundo. Assim, a conversão não se refere apenas a uma transformação do ambiente externo, mas do próprio agricultor, principalmente naquilo que se refere à sua relação com a natureza e com as suas práticas de consumo.

Entre as dificuldades de atender aos critérios para a certificação da produção orgânica e para a manutenção da produção agroecológica, encontra-se a exigência das “barreiras vegetadas” e/ou “cercas vivas”, que são necessárias para evitar a contaminação vinda das áreas externas ao cultivo orgânico. Os danos a essas “barreiras vegetadas”, responsáveis pela diminuição do impacto do uso de agrotóxicos pelas propriedades vizinhas, permitem aos produtores orgânicos e/ou agroecológicos visualizar diretamente os efeitos dos “venenos na natureza”. Em grande medida, os conflitos entre produtores orgânicos e convencionais em torno da preservação dessas “fronteiras verdes” são constantes, correspondendo a um problema concreto na organização do espaço rural na região estudada (Fiorotti, 2019).

Com o projeto de extensão “Mapeamento e constituição de redes de produtores agroecológicos na faixa de fronteira do Paraná”, desenvolvido pelos professores Sandra Kleinschmitt, Eric Gustavo Cardin, Gustavo Biasoli e Cíntia Fiorotti, com o apoio dos estudantes Gabriel Antônio Camarão, Karine Dalla Costa, Giovane da Silva Lozano, Alan Júnior dos Santos, Maria Tereza Pereira da Silva, Deise Baumgratz, Kelly Cardoso e Oberty Coronel, levantamos dados cadastrais dos produtores de orgânicos vinculados a algumas associações em municípios na região oeste do Paraná. Entre eles, Toledo, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Foz do Iguaçu. O recorte espacial foi se desenhando conforme conseguíamos agen-

dar e participar das reuniões das associações e realizar contatos e entrevistas com os produtores orgânicos.

Para a coleta das informações necessárias para o mapeamento digital das propriedades orgânicas e/ou agroecológicas, e também para a identificação dos produtores e dos tipos de cultivos agrícolas, foi elaborado um formulário que possibilitasse separar os associados certificados como produtores orgânicos, os associados como produtores não certificados e os produtores agroecológicos. Abaixo segue o modelo do formulário:

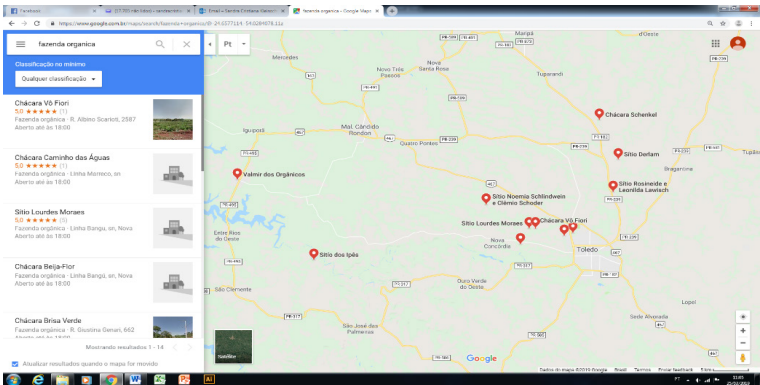
Formulário 1

Nome: XXXXXX (Chácara Beija-Flor)
Endereço: Linha Bangu, sn, Nova Concórdia do Oeste, Toledo/PR
Contato: (XX) XXXXX-XXXX
E-mail: xxxxxxxx@gmail.com
Área de produção: 3,5 hectares
Produção: suco, vinho, uva, amora, mandioca, milho verde, inhame, açafrão e pimenta – todos certificados (frango, ovelha, porco e ovos – sem certificação)
Canais de comercialização: Feira do Centro, Primato Supermercado e na propriedade
Certificado desde 2002
Fotos tiradas pelo proprietário

Fonte: elaborado pelas autoras.

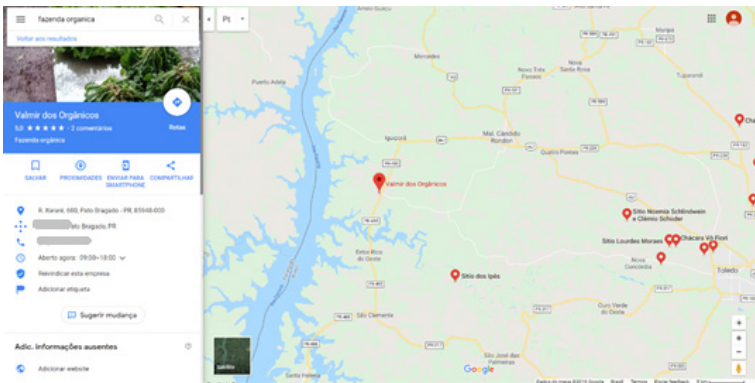
Os primeiros cadastros realizados foram abastecendo a rede no Google Maps. Para ilustrar, apresentamos informações já inseridas no Google Maps com um dos produtores associados à Proorto, um produtor da Associação dos Produtores Orgânicos de Pato Bragado (Apop) e um produtor de Entre Rios do Oeste.

Imagem 1 – Mapeamento inicial: localizações das “fazendas orgânicas”.



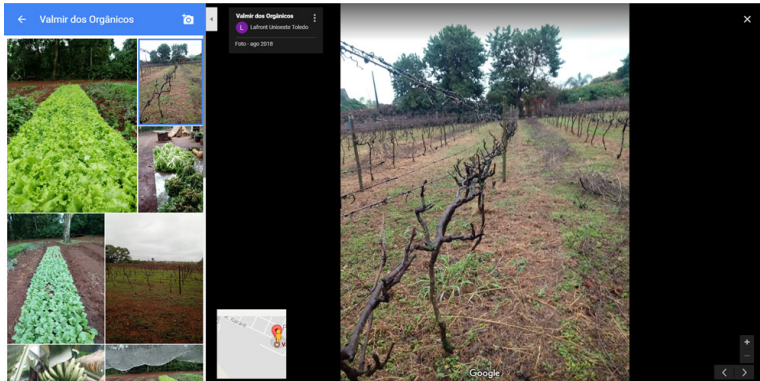
Fonte: Google Maps.

Imagem 2 – Mapeamento inicial: descrição da “fazenda orgânica”.



Fonte: Google Maps.

Imagem 3 – Mapeamento inicial: fotos e descrição da “fazenda orgânica”.



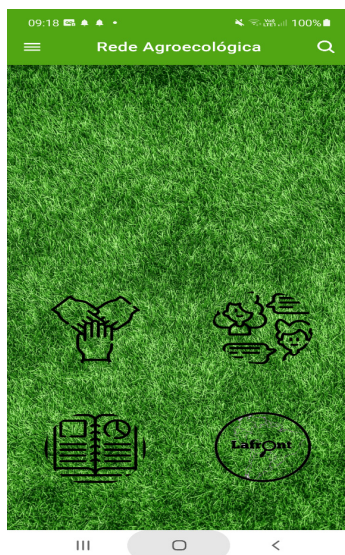
Fonte: Google Maps.

Embora a inserção dessas informações na internet seja uma prática inicialmente simples, ela foi fundamental para a continuidade da execução do projeto-piloto original, pois o principal intuito era garantir que o usuário do aplicativo pudesse encontrar o produtor da mercadoria desejada que estivesse mais próximo e lhe oferecesse a melhor rota para chegar até a propriedade para adquirir o produto. Além disso, a “Rede Agroecológica” também oferece um mural para a troca de informações entre produtores e consumidores, além de uma biblioteca com alguns textos direcionados à produção orgânica e agroecológica.

Paralelo ao desenvolvimento do aplicativo, foi desenvolvido o projeto “Diálogos” (que atualmente é denominado “Seminários de formação”), organizado pelo Lafront e coordenado pelo professor Eric Gustavo Cardin. Em grande medida, o projeto correspondeu à criação de um espaço de diálogo com membros da comunidade que podiam auxiliar e fornecer informações para as pesquisas em desenvolvimento pelos participantes do laboratório. Para esta pesquisa, especificamente, foram realizados encontros/entrevistas com os técnicos e engenheiros agrícolas, pesquisadores na área

de estudo, presidentes e funcionários de instituições de apoio ao pequeno produtor rural. Todas as atividades foram gravadas com vídeo ou áudio.

Imagem 4 – Print do aplicativo para smartphone (tela inicial)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

As entrevistas com esses sujeitos foram agendadas e realizadas num espaço da universidade com a participação de diversos pesquisadores. Os convidados apresentavam seus trabalhos ou pesquisas, para posteriormente os participantes da conversa realizarem algumas perguntas relacionadas ao projeto. Além disso, houve entrevistas realizadas no espaço de trabalho desses profissionais. Em grande medida, o objetivo era compreender quais as ações e políticas públicas voltadas para agricultura e as formas de identificação dos usos de agrotóxicos contrabandeados na região oeste do Paraná.

Em conjunto, foi desenvolvido um projeto de ensino, “Oficinas de metodologia para pesquisa”, coordenado pela professora Sandra Kleinschmitt. Este contou com oficinas ministradas pelos professores Fernando de Gonçalves, Anderson Hilgert, Cintia Fiorotti Lima, Gustavo Biasoli Alves e Eric Gustavo Cardin. Entre elas, destacam-se: “Introdução ao uso de fontes primárias nas Ciências Sociais”; “Construindo fontes orais”; “Memória e pesquisa social”; “O uso dos jornais como fontes de pesquisa”; “Fotografias como fontes de pesquisa”; “Transcrição e análise inicial de entrevista com o Software Sonal”. Esse projeto teve como objetivo proporcionar a formação dos estudantes do curso de graduação e dos estudantes participantes do Lafront sobre as metodologias de pesquisa e análise. Além disso, visou contribuir com o diálogo entre os pesquisadores envolvidos para estabelecer alguns critérios e um alinhamento metodológico para o levantamento das fontes para o projeto.

Formulário 2

ORIENTAÇÕES PARA APLICAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO
Identificação dos produtores: os primeiros contatos para identificar os produtores será via institucional, por exemplo: Proorto, Capa etc. Posteriormente, o critério será a indicação entre os próprios produtores. Total de questionários e entrevistas: aplicar ao universo de produtores agroecológicos, iniciando pelo município de Toledo, até atingir o universo de produtores localizados na faixa de fronteira do Paraná. Parar aplicação quando houver o saturation das informações pesquisadas. Procedimento: • Identificar os produtores • Estabelecer contato pessoalmente com os produtores e agendar as visitas • Obter autorização dos produtores para a aplicação da pesquisa, o uso de dados e as imagens • Aplicar os questionários e fazer as entrevistas nas residências/propriedades • Fotografar as propriedades, os produtores e os produtos • Elaborar diários de campo para cada inserção no campo • Tabular os dados possíveis resultantes dos questionários • Transcrever as entrevistas respeitando a narrativa dos entrevistados

Fonte: elaborada pelas autoras.

Desses encontros, resultou um documento orientador para os pesquisadores iniciarem o trabalho empírico:

As entrevistas foram realizadas com idas às propriedades rurais, onde passávamos ao menos uma manhã ou uma tarde inteira conhecendo como eles se organizavam no campo, caminhando pelas áreas de cultivo e compartilhando momentos de interação com um bom café, chá, chimarrão e outros quitutes ofertados pelas famílias entrevistadas. As entrevistas iniciavam sendo gravadas em varandas ou salas e posteriormente continuavam, mas sem o registro de áudio. Em sua maioria, contavam com a presença de mais de uma pessoa da família, às vezes chegando a ter seis pessoas reunidas, fazendo com que a quebra da rotina dos trabalhadores para nos receberem se configurasse como um momento diferenciado nas propriedades.

Houve a elaboração coletiva de um roteiro prévio para as entrevistas, com base em alguns eixos temáticos a serem abordados, onde se destacavam: as trajetórias de vida; o processo de conversão e/ou transição da produção convencional para a orgânica e ou/ agroecológica; o viver e trabalhar no campo; os conflitos na tentativa de contenção dos agrotóxicos vindos das propriedades vizinhas; o ato de comer bem e viver bem. Porém, mesmo tendo os eixos temáticos, não os seguimos de maneira precisa. Houve momentos em que os entrevistados trouxeram outras questões, problemas diferentes daqueles pensados inicialmente e expressos no roteiro das entrevistas (Fiorotti, 2019).

Isso nos permitiu rever algumas percepções e leituras que possuíamos sobre a realidade social experimentada por esses sujeitos antes de iniciarmos a observação na pesquisa de campo e a realização das entrevistas. Essa vivência nos possibilitou refletir e reelaborar novos problemas e hipóteses levantadas inicialmente no projeto, valorizando as vozes dos sujeitos sociais pesquisados. Em algumas situações, por exemplo, os entrevistados chamaram aten-

ção para as dificuldades de manutenção das barreiras vegetadas para assegurar a produção e certificação dos orgânicos; de contratar mão de obra com conhecimentos voltados para a manutenção frequente exigida pela produção orgânica/agroecológica; e para a presença determinante da mulher no processo de conversão/transição para os cultivos orgânicos e/ou agroecológicos.

Para além disso, tínhamos interesse de permitir, ao longo da entrevista, a emergência das interpretações dos sujeitos e de analisar elementos subjetivos possibilitados pelo uso das fontes orais. Sobre isso, podemos lembrar que,

Ao relatar suas experiências, os sujeitos pesquisados interpretam e expressam os valores, sentimentos, concepções, relações sociais e padrões pertencentes ao seu próprio universo, o que interfere no processo de seleção do que é considerado importante a ser ressaltado naquele momento, e o que não deve ser mencionado. As entrevistas se constituem como um momento em que os sujeitos sociais exercem o direito de rememorar, refletir, interpretar, reelaborar e se expressar sobre suas experiências” (Fiorotti; Leite; Silva, 202, p. 3).

Formulário 3

PESQUISA LAFRONT ETAPA 1 – GRUPO DE RESISTÊNCIA AO AGROTÓXICO/PRODUTORES ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	
Entrevistador(a):	Entrevistado(a):
TRAJETÓRIA DE VIDA	
Conte-nos um pouco da sua trajetória até o momento: • Nasceu em qual cidade? Se em outra cidade, conte-nos sobre os motivos da sua vinda para cá. • Fale sobre a sua formação educacional. • Desde quando faz parte desta associação? Participa de mais alguma? • O que o motivou a participar dessa associação?	
MOTIVAÇÕES	
• Em que ano começou a atividade agroecológica? • (Há) Área cultivada) orgânica e não orgânica (certificada)? • O que te motivou a iniciar a produção agroecológica? • Quem teve a ideia da produção agroecológica? • Como a família se posicionou sobre o assunto? • A produção agroecológica é a única (ou principal) fonte de renda da família? (Identificar outra(s) fontes de renda(s) da família, caso exista(m)). • Você se sente satisfeito em relação à renda proveniente da agroecologia? • Quais são os produtos cultivados? • Onde vende os produtos (pontos de venda)? • Qual atividade teve/tem maior importância financeira no processo de transição para a produção agroecológica? • Quando a família optou pela produção agroecológica, que fatores influenciaram na decisão (saúde, meio ambiente, agrotóxicos, maior preço, assistência técnica)? • Qual é a maior dificuldade enfrentada na sua atividade? • Quais são as técnicas/formas usadas para o manejo da produção? • Que órgão procurou para receber auxílio técnico e legal/burocrático?	
PERCEPÇÕES SOBRE RISCO	
• O que é comer bem para você? • O que é viver bem para você? • Quais são os riscos/consequências que você considera que o uso e o consumo de agrotóxicos causam (ao meio ambiente, às lavouras, à saúde dos aplicadores, aos consumidores dos produtos)? • Na região existe a aplicação de agrotóxicos considerados legais e ilegais pela legislação brasileira. Você já ouviu falar sobre produtores que usam produtos ilegais? • Qual a sua opinião sobre os riscos que os agrotóxicos ilegais causam (ao meio ambiente, às lavouras, à saúde dos aplicadores, aos consumidores dos produtos)? • Apesar de a sua produção ser agroecológica, como o uso do agrotóxico afeta/atinge a sua produção? • Que tipo de ações você percebe dos produtores convencionais contra a sua propriedade? • Como você imagina o futuro diante do uso constante e iminente de agrotóxicos?	
RECORTE GERACIONAL, GÊNERO, ETNIA, RELIGIÃO	
• Vocês possuem alguma religião? • Entre a família, há alguma divisão das tarefas entre homens e mulheres. Quais? • Seus filhos têm interesse de permanecer no campo com a produção orgânica?	

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em outras palavras, o roteiro para as entrevistas serviu apenas como um documento orientador. Enquanto a entrevista era realizada, um dos pesquisadores se responsabilizava por ir anotando algumas informações mais técnicas, como o tamanho da propriedade, tipos de cultivos, naturalidade, faixa etária, entre outras informações. Ao final da entrevista gravada, antes de irmos conhecer a propriedade, esse mesmo pesquisador destacava as informações que ficavam pendentes. Em algumas situações, as informações foram buscadas em uma nova visita à propriedade, em um novo encontro com o entrevistado ou pelo contato por telefone. O Formulário 4 corresponde ao modelo utilizado durante as entrevistas.

De modo geral, até o momento foram realizadas vinte entrevistas gravadas com produtores de orgânicos e/ou agroecológicos nas cidades de Toledo, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Guaíra e Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná, localizadas na fronteira com o leste do Paraguai. Além das entrevistas com os produtores orgânicos, foram feitas mais cinco não gravadas, com maior informalidade, com produtores rurais que utilizam agroquímicos na produção agrícola do lado brasileiro.

Essas últimas entrevistas, mais informais e sem o pesquisador levar consigo um roteiro e um gravador digital, tiveram como intuito saber sobre a aquisição e o uso de agrotóxicos importados irregularmente do Paraguai. As entrevistas foram numeradas e registradas posteriormente em caderno de anotações, não sendo realizada a identificação dos agricultores, mas anotada a faixa etária, o sexo e a trajetória ocupacional de cada um. Outras informações pertinentes aos motivos que os levavam ao uso de agrotóxicos contrabandeados, as dificuldades enfrentadas para a permanência com o trabalho no campo e os modos de vida foram descritos para uma futura análise qualitativa e para a utilização no âmbito desta pesquisa.

Considerações finais

A descrição sobre o trajeto traçado para a realização da pesquisa sobre os pequenos produtores rurais envolvidos no cultivo de orgânicos e/ou agroecológicos na região de fronteira Brasil-Paraguai visou apontar algumas das escolhas e metodologias adotadas ao longo do estudo. Ao realizarmos uma atividade de pesquisa interdisciplinar se exige sensibilidade para ouvir uns aos outros e respeito às especificidades dos campos de conhecimento. Esse ponto pode ser destacado como um diferencial porque permitiu maiores trocas entre os saberes mobilizados.

Outro aspecto observado quanto à experiência de pesquisa em grupo foram as contribuições feitas pelos pesquisadores que já possuíam experiência de vivência e de trabalho no campo. Eles conseguiram estabelecer o diálogo com os entrevistados revelando maior afinidade com os desdobramentos dos temas trazidos pelos sujeitos ouvidos e uma maior compreensão destes. Nesses casos, os pesquisadores se viam e se percebiam em vivências comuns aos sujeitos pesquisados, revelando percepções que ora se aproximavam, ora se distanciavam das leituras e interpretações dos pequenos produtores rurais.

Contudo, isso não foi um aspecto considerado como negativo ao estudo ou que tenha criado tensões prejudiciais à pesquisa. Pelo contrário, mesmo como cientistas, a subjetividade trazida por eles no momento das entrevistas e das observações no campo possibilitou levantar questionamentos que não foram imaginados ao longo da elaboração do roteiro prévio de entrevistas. A experiência e a sensibilidade dos pesquisadores para com os sujeitos entrevistados contribuíram para que as fontes orais levantadas trouxessem importantes elementos subjetivos sobre as experiências de vida e trabalho.

A realização das entrevistas, por meio do diálogo e da troca de experiências com os interlocutores, dependeu da sensibilidade

para nos atermos às especificidades trazidas em cada momento da pesquisa de campo. Ao adentrarmos em alguns assuntos contribuímos, mesmo sem intenção, para despertar algumas lembranças dolorosas em nossos interlocutores, que precisaram ter seus silêncios respeitados. Em outros momentos, eles manifestaram em suas falas as tensões vivenciadas em experiências anteriores de trabalho ou em meio à família, para argumentar sobre as condições de vida experimentadas no presente.

As indagações feitas pelos pesquisadores após o início das entrevistas precisavam partir primeiro do ato de ouvir aquilo que os sujeitos falavam, para então pensar como seria dada continuidade e profundidade às leituras e interpretações trazidas por eles por meio da intervenção do pesquisador. Em grande medida, as entrevistas foram realizadas de maneira coletiva, tanto com a presença de mais pesquisadores como da família dos produtores, fomentando outros desafios. Houve momentos em que os familiares contribuíam com os assuntos, assim como interromperam, algumas vezes, o raciocínio iniciado por um deles. Contudo, isso nos fez refletir que, de alguma maneira, o processo de elaboração dessas fontes orais contou com diferentes visões sobre o assunto e o momento vivenciado. Essas interrupções também colocavam em evidência a tentativa de legitimidade da fala de uns sobre os outros. Esse momento parece ter sido vivenciado por alguns como um espaço para dialogar sobre assuntos que, muitas vezes, não vinham sendo tratados pela família.

A realização da pesquisa de campo nas casas e no espaço de trabalho dos sujeitos entrevistados possibilitou um aprendizado compartilhado entre os envolvidos. As longas caminhadas eram verdadeiras aulas sobre um modo de vida onde o trabalho não estava descolado da vida do sujeito estudado. Muitos elementos subjetivos estavam expressos naquilo que conseguíamos observar como pesquisadores. Como consequência, a fotografia, pensada inicial-

mente somente como um registro do trabalho, poderá ser utilizada também como uma fonte de pesquisa a ser analisada e discutida durante este estudo.

Referências

COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. Relações de poder e os sujeitos consumidores de agrotóxicos na faixa de fronteira do Brasil. *Revista Tempo da Ciência*, Toledo, v. 25, n. 50, p. 11-24, jul./dez. 2018. <https://doi.org/10.48075/rtc.v25i50.21187>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/21187/13499>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FIOROTTI, Cíntia. Pequenos produtores rurais e usos de agrotóxicos na Região De Fronteira Brasil-Paraguai. *19º. Congresso Brasileiro de Sociologia. Em que sociedades vivemos? A sociologia brasileira diante de novos desafios nacionais e globais contemporâneos*. UFSC: Florianópolis, 2019.

FIOROTTI, Cíntia; LEITE, Valéria de Jesus; SILVA, Rosane Marçal. Experiências de pesquisa com fontes orais na história social: caminhos e possibilidades. *Revista Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 243-258, ago./dez. 2020. <https://doi.org/10.51880/ho.v23i2.1081>. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1081/pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Sílvio. Fronteiras da ilegalidade: a importação e o uso de agrotóxicos ilegais na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Revista Geopantanal*, Corumbá, v. 15, n. 28, p. 61-77, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9291/8085>. Acesso em: 18 nov. 2020.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. Apêndice da 2. ed. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana; FAISTING, André Luiz. Trabalho de campo em regiões de fronteira: um relato a partir da experiência na “Pesquisa sobre Segurança Pública nos Municípios de Fronteira” – Ministério da Justiça/ENAFRON. *Revista Tempo da Ciência*, Toledo, v. 25, n. 50, p. 25-35, jul./dez. 2018. <https://doi.org/10.48075/rtc.v25i50.21188>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/21188/13500>. Acesso em: 18 nov. 2020.

Organização da produção no campo na faixa de fronteira Brasil-Paraguai

*Eric Gustavo Cardin*¹

*Gabrieli Ribas de Moraes*²

A faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai³, mais especificamente aquela demarcada no interior do estado do Paraná/Brasil, destaca-se nacionalmente por sua produção agrária e pela criação e abate de animais de corte, principalmente aves e suínos. Nesse contexto, a paisagem visualizada é marcada por cidades ma-

¹ Doutor em Sociologia e pós-doutor em Antropologia Social. Professor do Programa de Pós-Graduação em “Sociedade, Cultura e Fronteiras” da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Membro do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (Lafrent). Contato: eric.cardin@unioeste.br

² Bacharel em Direito. Professora do município de Foz do Iguaçu/PR. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em “Sociedade, Cultura e Fronteiras” da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e membro do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão “Fronteiras, Estado e Relações Sociais” (Lafrent). Contato: gabrieli.morais@unioeste.br

³ A faixa de fronteira corresponde a uma faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, ao longo dos 15,9 mil km de fronteira com os países vizinhos. Internamente, ela compreende 588 municípios, sendo 432 totalmente dentro da faixa e 156 apenas parcialmente. De maneira mais específica, a fronteira do Brasil com o Paraguai tem uma extensão de 1.365,4 km, dos quais apenas 239 km se encontram no estado do Paraná.

joritariamente pequenas e por algumas de médio porte, separadas por hectares e mais hectares de soja e milho. Visão monótona, rompidada quase que exclusivamente pela presença de várias agroindústrias e frigoríficos pertencentes à Copagril, à Copacol, à BrFood, à Lar, à Primato, entre outras.

Nas localidades onde se observa a existência de um relevo mais acidentado, é comum a presença de um maior número de pequenas propriedades e de uma cultura agrícola mais diversificada, com destaque para a criação de peixes e aves, direcionada à demanda apresentada pelas cooperativas, responsáveis pelo processamento da carne antes de ela chegar ao mercado consumidor. Em toda a região estudada, verifica-se uma alta dependência econômica dos municípios em relação à produção rural, tendo com única exceção Foz do Iguaçu/BR, onde se destaca a centralidade do setor turístico e do comércio fronteiriço.

Mapa 1 – Recorte espacial da pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores por meio da utilização do Qgis.

Diante de um cenário caracterizado simultaneamente pela ruralidade e pela divisa com o Paraguai, a pesquisa realizada objetivou analisar a existência (ou não) da aderência das dinâmicas da fronteira com a organização da produção rural na região estudada, dando uma maior atenção para os efeitos na pequena propriedade. Para tanto, neste capítulo adotaremos a definição de agricultura familiar apresentada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa do Brasil. Segundo o Mapa, a agricultura familiar

é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, oleícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças.

Na agricultura familiar a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2020).

Durante a realização do estudo, utilizamos fontes bibliográficas, entrevistas com pequenos agricultores, além de dados da Secretária da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab). Fundamentalmente, a análise dos dados recolhidos possuiu

um caráter qualitativo, dedutivo-indutivo, que se expressa na própria redação e organização do texto. Em um primeiro momento, por meio de análise das informações da Seab, do mapeamento da produção agrícola e do diálogo com outras pesquisas realizadas sobre o assunto, refletimos sobre a relação da fronteira com a cultura predominante na região, a soja, e, indiretamente, o milho.

Em um segundo momento, a atenção encontrou-se direcionada para a relação das dinâmicas da fronteira com a produção das demais culturas, tendo como foco o impacto que a associação entre fronteira e produção de soja (milho) provoca na agricultura familiar. Posteriormente, problematizamos as estratégias existentes para garantir sua manutenção e existência em um momento em que as grandes propriedades fundadas na monocultura exportadora são responsáveis por parte significativa do PIB do Brasil. Por fim, com caráter de conclusão, tecemos algumas sínteses a respeito da discussão realizada.

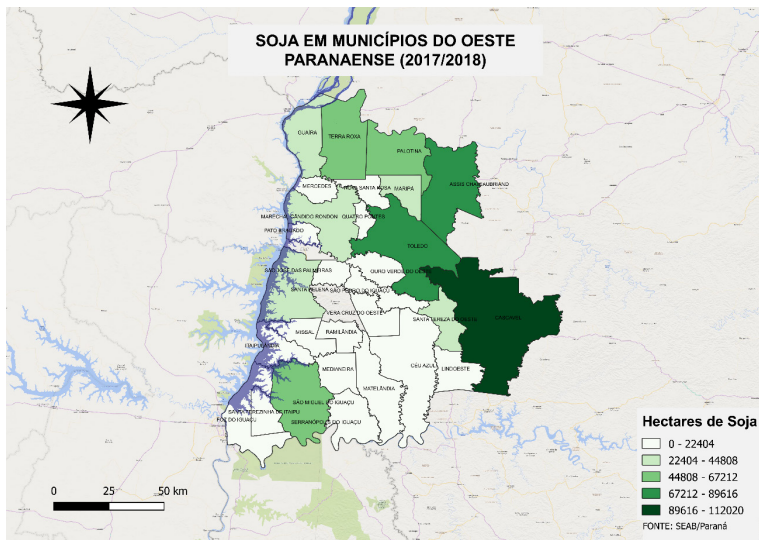
A fronteira Brasil/Paraguai e a produção de soja

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Brasil é o maior produtor de soja do mundo, tendo produzido 124,845 milhões de toneladas na safra 2019/2020, o que representa quase 55% da produção mundial. Os Estados Unidos são o segundo maior produtor, com 96,676 milhões de toneladas no mesmo período. No Brasil, o estado do Paraná é o segundo maior produtor do país, com 21,598 milhões de toneladas na safra 2019/2020, ficando atrás somente do estado do Mato Grosso, com 35,885 milhões de toneladas no mesmo período (Embrapa, s./d.).

Levando em consideração as diferenças existentes entre os 399 municípios do Paraná, o desenvolvimento regional e as políticas públicas do estado são pensadas por meio do reconhecimento da existência de 39 microrregiões, sendo cada uma possuidora de

suas respectivas particularidades. Nesse contexto, os dados públicos disponibilizados pelo governo estadual tendem a ser apresentados através dessa forma de regionalização e não pela utilização da divisão geográfica habitual. Cada uma das microrregiões adota o nome de sua principal aglomeração urbana como referência, assim, no oeste, temos a presença das microrregiões de Foz de Iguaçu, Toledo e Cascavel. Mesmo tendo uma produção de soja significativa, juntas foram responsáveis pela produção de 21,3% da safra obtida no Paraná no ano de 2016, número que não supera aqueles alcançados nas microrregiões de Ponta Grossa e Campo Mourão.

Mapa 2 – Produção de soja em hectares em municípios do oeste paranaense (2017/2018)



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados disponibilizados pela Seab/Paraná.

Embora não seja a principal produtora do Paraná, não é um equívoco afirmar que parte significativa da história recente da região estudada encontra-se intimamente vinculada com a produ-

ção de soja e de outros grãos. O processo de ocupação territorial incentivado pelo governo federal na primeira metade do século XX foi caracterizado pela implantação de uma organização fundiária baseada em pequenas propriedades por parte das empresas colonizadoras responsáveis. Assim, a partir da década de 1960, ocorreu um rápido processo de inserção de novas tecnologias no campo, modificando significativamente a forma de produzir e, consequentemente, a própria organização fundiária (Fauro; Toniol; Serra, 2016).

Com a expansão da produção de grãos na região e o uso intensivo de colheitadeiras e pacotes agroquímicos, iniciou-se um processo de concentração fundiária e a formação de grandes propriedades monocultoras. A possibilidade de manutenção da pequena propriedade foi se tornando cada vez mais restrita, estando na maioria das vezes relacionada à criação de vínculos com as cooperativas para garantir o fornecimento de produtos *in natura* e ao arrendamento das terras para grandes proprietários. Algumas das consequências desse movimento foram o esvaziamento demográfico no campo, o surgimento de pequenos centros urbanos e a migração para outras localidades.

Especificamente, na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, esse momento histórico ganhou outras variáveis. Como destacamos em outro momento,

A partir da década de 1950, também ocorreram incentivos à produção rural pelo governo paraguaio com o objetivo de criar e fortalecer uma agricultura de exportação nesta faixa de fronteira. Neste período, muitos brasileiros foram atraídos pelos incentivos e pelos baixos preços e a qualidade das terras, transpondo a fronteira internacional do Brasil com o Paraguai. Este fenômeno migratório foi se tornando mais representativo com o passar dos anos devido à expansão da fronteira agrícola brasileira motivada pela Revolução Verde

na década de 1960 e pelo processo de desterritorialização dos agricultores atingidos pela formação do lago da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional na década de 1970. Estes três momentos, de maneira conjunta, vão garantir a formação de um espaço agrícola com forte tendência de homogeneização, deslocando o eixo principal das relações de fronteira com o Brasil da porção argentina para a fronteira paraguaia (Fiorotti; Cardin; Colognese, 2020, p. 72).

Neste contexto, a fronteira se relaciona no mínimo com quatro aspectos relativos à organização fundiária no oeste paranaense e, mais especificamente, com a produção de grãos: 1º) a existência do limite internacional com o Paraguai possibilitou a dispersão e a reterritorialização de muitos agricultores brasileiros que foram desapropriados durante a formação do lago de Itaipu; 2º) as assimetrias econômicas e as políticas de ocupação territorial brasileira e paraguaia implementadas na região possibilitaram que muitos produtores brasileiros de soja transpusessem seus investimentos e adquirissem terras no Paraguai; 3º) a proximidade geográfica entre os dois países permitiu que um mesmo proprietário obtivesse terras nos dois países simultaneamente, facilitando a compra de agroquímicos e a redistribuição da produção entre as propriedades no intuito de explorar as alterações cambiais e fiscais; 4º) por fim, a venda e a distribuição de agroquímicos no Paraguai ocorre com menor restrição para produtores que possuem propriedades no Brasil.

O trabalho de pesquisa de Albuquerque (2009) permite entendermos o processo de inserção dos brasileiros no território paraguaio. Em síntese, o autor identifica três momentos de maior fluxo. O primeiro movimento significativo ocorreu entre 1950 e 1960, derivado, principalmente, das políticas de ocupação territorial desenvolvidas pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR) do Paraguai, atualmente Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra (Indert). Nesse

momento, o intuito era possibilitar que os migrantes brasileiros se fixassem na faixa de fronteira com o Brasil, e, a partir da prática de cultivo que possuíam, modernizar a produção no campo do país.

Esse processo, conhecido como “marcha al este”, obteve sucesso ao se beneficiar dos desdobramentos da “marcha para o oeste” ocorrida no Brasil alguns anos antes. O deslocamento de pequenos agricultores dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em direção ao oeste brasileiro, e, especificamente, ao oeste do Paraná, teve a finalidade de ocupar o território e de garantir a soberania nacional. Contudo, muitos trabalhadores que se encontravam em processo migratório conseguiram suas terras somente após superarem o rio Paraná, penetrando em terras paraguaias. Os vínculos existentes entre os agricultores migrantes e aqueles que conseguiram se estabelecer na faixa de fronteira do lado brasileiro fomentou o surgimento de redes sociais transnacionais.

O deslocamento de milhares de trabalhadores para a construção da hidrelétrica de Itaipu e a indenização de vários camponeses que viviam no lugar do futuro lago de Itaipu também contribuíram para aumentar o fluxo migratório para o Paraguai na década de 1970 e 1980. Calcula-se que só para a construção da usina foram necessários cerca de 40 mil trabalhadores. Para a formação do lago de Itaipu, 42 mil pessoas tiveram de se transferir, sendo 38 mil dentre elas pequenos produtores rurais. Durante esse processo de desapropriação de terras e construção da usina, muitas famílias dos trabalhadores da Itaipu e dos proprietários indenizados se dirigiram para as terras férteis do Paraguai (Albuquerque, 2009, p. 142).

Entretanto, é preciso destacar que muitos trabalhadores e trabalhadoras que migraram durante os anos de 1950 e 1970 não con-

seguiram permanecer no campo e, algumas vezes, nem no Paraguai. Durante a década de 1980, constata-se o regresso de muitos migrantes para o Brasil, o que deu origem ao termo “brasiguai”, enquanto alguns outros se mantiveram no território paraguaio ocupados em outros setores da economia. A mecanização do campo e a adoção de diferentes tecnologias no intuito de garantir o aumento da produção, semelhante ao que ocorreu no Brasil, gradativamente foi possibilitando a concentração das terras e da própria economia nas mãos de poucos grupos sociais, a maioria de migrantes brasileiros.

A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, ampliam-se os processos de mecanização e de concentração da propriedade da terra nessa faixa de fronteira. Uma família de agricultores podia aumentar o plantio sem necessitar contratar mais mão-de-obra. Nesse contexto, aumentam as compras de terra aos camponeses paraguaios e aos pequenos produtores brasileiros. A pequena produção diversificada e de subsistência (milho, mandioca etc.) passa a ser substituída pelo plantio de soja. Nesse processo, começam os deslocamentos de camponeses paraguaios e brasileiros para outras frentes agrícolas no interior do Paraguai e para as periferias das cidades de fronteira (Albuquerque, 2009, p. 143).

Objetivamente, a existência da fronteira internacional auxiliou no processo de reterritorialização de uma massa significativa de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil e, devido a isso, contribuiu com o surgimento de redes sociais transnacionais, marcadas, fundamentalmente, por multiterritorialidades. Como destaca Haesbaert (2011), não existe ser social desligado de um território, pois este faz parte da própria formação do sujeito. Com isso, o autor chama atenção para o fato de que qualquer desterritorialização sempre é associada de imediato a um processo simultâneo de re-

territorialização, criando situações em que os mesmos sujeitos possuem diferentes territorialidades, tornando-se multiterritoriais.

Os migrantes que se deslocaram de seus estados de origem em direção ao Paraguai não abandonaram o sentimento de pertencimento regional, mas, durante o percurso, construíram novas relações pessoais e espaciais, agregando a suas identidades outras palavras, outras culturas, tecendo redes que não são obstruídas pelos limites jurídicos. As águas do rio Paraná, que para alguns correspondem ao marco natural que expressa o limite entre Brasil e Paraguai, para outros significam o elemento que garante a conexão com aqueles que ficaram (Fiorotti; Cardin, 2016).

Porém, a fronteira não possui impacto apenas no aspecto demográfico e social, mas também interfere diretamente em táticas adotadas por agricultores que buscam se aproveitar da situação geográfica, política e fiscal para conseguirem benefícios econômicos. Fiorotti (2015), por exemplo, observa as articulações feitas por proprietários rurais para produzir (legal e/ou ilegalmente) e transportar de forma ilegal a colheita ou parte dela para o Paraguai, para, finalmente, legalizar o retorno da produção ao Brasil para ser reexportada. Aproveitando-se do regime aduaneiro especial de *drawback*⁴, a manobra simula que o produtor está importando grãos para exportá-los posteriormente, escondendo o fato de que a mercadoria importada já pertencia ao próprio importador.

⁴ O regime aduaneiro especial de drawback foi instituído pelo Decreto Lei nº 37, de 21/11/66. Esse regime é dividido em várias subcategorias que se alteram conforme as disputas de interesse no processo de acumulação capitalista. Grosso modo, consiste no incentivo para a compra de produtos, desde matérias-primas até insumos, a serem importados, industrializados ou não no Brasil, e reexportados num prazo mínimo de, aproximadamente, 6 a 12 meses, visando competir no mercado internacional ou mesmo repor alguma matéria-prima para abastecer o mercado nacional. O insumo agrícola, é um exemplo; alguns deles puderam ser importados para baratear a produção agrícola e torná-la mais competitiva (Receita Federal, s./d.).

Por fim, outro aspecto significativo refere-se ao impacto do mercado paraguaio de agroquímicos na produção agrícola brasileira.

O intenso consumo de agrotóxicos, no desenvolvimento de uma agropecuária moderna, e seus altos custos no Brasil tornam atrativos os roubos de carga e o contrabando em regiões de fronteira, potencializados pelos baixos custos relativos e pelas facilidades para a sua aquisição, especialmente no Paraguai, aliados à fragilidade da fiscalização em território brasileiro. Em audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal em 23 de novembro de 2016, foi indicado que, de 7% em 2005, os agrotóxicos contrabandeados passaram a representar 20% do total comercializado no país em 2016 (Colognese; Cardin, 2018).

Os apontamentos feitos trazem para o debate um aspecto pouco abordado sobre a relação das fronteiras com a produção agrícola brasileira. Historicamente, essa relação foi explorada dentro das ciências humanas e sociais durante a análise do processo de expansão da fronteira agrícola e do contato estabelecido entre os trabalhadores responsáveis pela derrubada das matas e pela preparação do solo para o plantio com os povos indígenas, posseiros e quilombolas. Um exemplo de estudo dentro dessa perspectiva pode ser encontrado no trabalho de Martins (1997). As observações realizadas até o presente momento demonstram que as fronteiras não são apenas resultantes de movimentos humanos, mas uma variável que interfere diretamente na própria organização social daqueles que se movimentam.

A fixação dos grandes produtores de grãos em parte significativa da faixa de fronteira do Brasil não é uma coincidência. É o resultado do movimento histórico da expansão da fronteira agrária,

da interiorização da exploração capitalista e, por fim, do uso instrumental das assimetrias oriundas do encontro de estados nacionais distintos. Como veremos, o efeito plasmado nas relações fronteiriças não se restringe apenas aos empresários do agronegócio, incidindo também nos modos de viver e de trabalhar dos pequenos proprietários, principalmente daqueles que resistem e buscam a manutenção no campo por meio do desenvolvimento da pluriatividade.

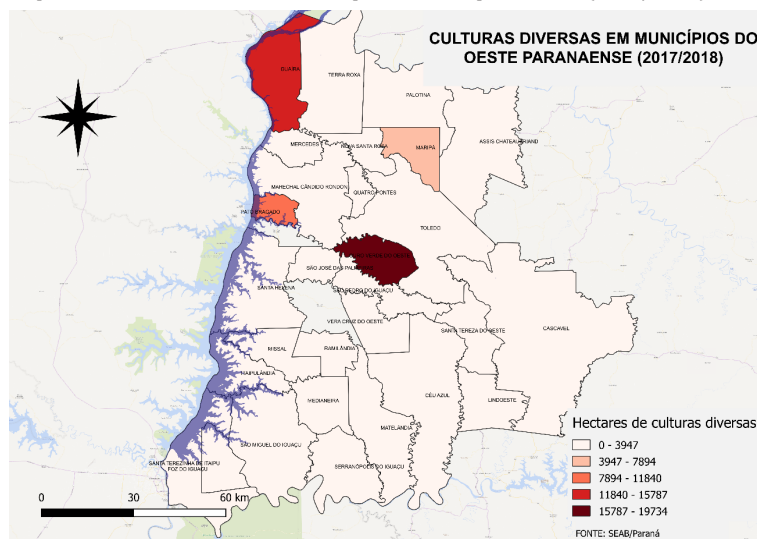
Fronteira, agricultura familiar e outras culturas agrícolas

Comparando a quantidade de terra ocupada com o plantio de soja (e milho) e com aquela destinada a outras culturas agrícolas, é possível visualizar uma diferença desproporcional. Os municípios que possuem a maior quantidade de terra direcionada à pluriatividade não ocupam os hectares de soja existentes nas localidades onde se encontram as menores produções do grão. Em outras palavras, o plantio de outras culturas na região estudada é pífio quando comparado com os hectares destinados às lavouras de soja e milho. Temos uma relação inversamente proporcional. Na safra de 2008/2009, a cada 3,68 hectares de soja plantada, perdíamos o mesmo número de terras destinadas a outras culturas. Essa proporção se ampliou ainda mais nos últimos anos. Na safra 2017/2018, a relação foi de 4,9 hectares.

Esses números, somados às discussões realizadas no tópico anterior, permitem-nos afirmar que investir no plantio de soja na região da fronteira Brasil/Paraguai é lucrativo. Como observamos, o limite internacional entre os países corresponde a um elemento que garante aditivos nas estratégias desenvolvidas pelos empresários do agronegócio, aditivos esses que se somam ao conjunto de políticas públicas destinadas especificamente a esse setor da eco-

nomia. Por outro lado, o pequeno produtor rural, o agricultor familiar, possui um conjunto de dificuldades para garantir sua manutenção no campo. Se a relação entre os hectares de soja e outras culturas é inversamente proporcional, a relação entre o investimento público em cada tipo de plantio também o é.

Mapa 3 – Culturas diversas em municípios do oeste paranaense (2017/2018)



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados disponibilizados pela Seab/Paraná.

Durante os anos de 2018 e 2019, os membros do Lafront realizaram 20 entrevistas com agricultores familiares distribuídos na área pesquisada. Em síntese, os pesquisadores envolvidos se deslocavam até as pequenas propriedades que já haviam sido conectadas previamente e inseridas na pesquisa, realizavam observações das formas de cultivo durante o dia e, posteriormente, realizavam uma entrevista aberta, estruturada em três eixos: trajetória de vida, transição/conversão para a produção orgânica e, por fim, conflitos e resistências com os produtores convencionais. Todas as entrevistas fo-

ram gravadas, transcritas e encontram-se disponíveis no laboratório.

Neste momento, interessa-nos destacar três aspectos constatados: 1) as dificuldades encontradas na produção orgânica e/ou agroecológica; 2) o acompanhamento técnico e o incentivo público; e 3) a relação dos produtores e produtoras com o Paraguai. Quanto ao primeiro aspecto, destacam-se, por sua vez, as queixas em relação à falta de maquinário adequado para o uso nas pequenas propriedades direcionadas à pluriatividade e à produção orgânica e a falta de mão de obra especializada para as demandas específicas desse tipo de cultura. No manejo das propriedades não é aceita a utilização de veneno, nem mesmo contra a vegetação ou contra insetos que possam atrapalhar o plantio. O controle precisa ser feito manualmente na busca de um equilíbrio natural entre as diferentes formas de vida.

Os agricultores e agricultoras entrevistados se queixam do pouco auxílio técnico por extensionistas das instituições públicas de acompanhamento rural e das políticas de financiamento rural. De certa forma, a atuação das municipalidades abrange duas políticas restritas, que são a compra de parte dos alimentos produzidos para serem inseridos na merenda escolar e o apoio na organização e na participação nelas. Em grande medida, os parceiros dos agricultores familiares, “aqueles que correm junto”, são as universidades públicas e algumas organizações da sociedade civil, como o Capa, a Ecovida e a Biolabor.

Embora não haja muitos exemplos entre os agricultores entrevistados, em alguns casos, os produtores conseguem estabelecer vínculos comerciais com empresas, mas isso é bem restrito. Entre os interlocutores entrevistados, destacam-se a venda de leite para empresas de pasteurização por parte dos produtores Vilson e Beatriz e a produção de guaco para uma grande empresa de fármaco por parte de Rosineide, todos membros da Associação dos Agricultores Orgânicos e Familiares de Toledo/PR (Proorto). Os demais são dependentes de outras formas de escoamento da produção, que podem estar relacionadas ao serviço público ou não.

O terceiro aspecto diz respeito à relação dos agricultores familiares com a fronteira, mais especificamente com o país vizinho, o Paraguai. Assim como no caso de muitos empresários do agronegócio, parte significativa dos agricultores familiares entrevistados possui suas trajetórias de vida associadas à expansão da fronteira agrícola e à inserção no território paraguaio. Muitos migraram para o Paraguai na infância, acompanhando os pais agricultores, e retornaram para o Brasil no intuito de garantir o acesso à educação, à previdência e à saúde, principalmente.

Entretanto, as redes sociais transnacionais dos agricultores familiares derivadas dos processos migratórios não oferecem as mesmas vantagens que as encontradas pelos grandes produtores. Primeiramente, os agricultores familiares não se beneficiam do deslocamento da produção entre os países no intuito de obter algum benefício ou vantagem econômica. Por fim, eles também não possuem ganhos com a disponibilidade de insumos e agroquímicos com preços convidativos no mercado paraguaio, simplesmente por não utilizarem tais mercadorias em suas lavouras.

Ao contrário, é comum nas narrativas recolhidas a sinalização de que uma das razões determinantes para os agricultores familiares buscarem uma transição da produção com “veneno” para uma produção “mais saudável” está relacionada às experiências de intoxicação. Nesse contexto, a fronteira com o Paraguai surge como “pólvora” em um problema incandescente, o uso extensivo de agroquímicos nas grandes propriedades destinadas ao cultivo de grãos na região. Na opinião dos interlocutores, o acesso ao “veneno” de forma facilitada no país vizinho faz com que o uso seja mais intenso e de difícil controle, atrapalhando as iniciativas de fiscalização pelas autoridades e contaminando a produção de agricultores que não adotam esse uso.

Figura 1 – Aérea da propriedade de Leonilda e Rosineide



Fonte: Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/S%C3%ADtio+Rosineide+e+Leonilda+Lawisch/@-24.6464921,-53.7056291,170m/data=!3m1!1e3!4m8!1m2!2m1!1sfazenda+org%C3%A2nica!3m4!1s0x94f3bd607dfed26d:0xb4edc529520e4810!8m2!3d-24.6467311!4d-53.7059322>

A Figura 1 retrata uma pequena propriedade agroecológica no município de Toledo/PR. Nela, é possível observar nitidamente a presença da barreira vegetativa, que possui a finalidade de proteger a área demarcada da contaminação externa. No entorno do desenho geométrico exposto, encontram-se as grandes propriedades produtoras de grãos por meio da adoção de pacotes agroquímicos. Assim, a imagem permite vislumbrar um pouco das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no embate direto com os empresários do agronegócio, cotidianamente abastecidos com os “venenos” vindos do Paraguai.

É preciso destacar que Rosineide e Leonilda não dependem diretamente da renda obtida no trabalho no campo. A pequena propriedade retratada foi adquirida em 2010, como resultado de um negócio estabelecido com a indústria de fármacos Prati-Donaduzzi, que vem fomentando o desenvolvimento de um grande parque tecnológico na região, o Biopark. Na ocasião, Leonilda e seu marido venderam uma grande área de terra com valor acima do mercado para a implantação do projeto. Com o dinheiro recebido,

os agricultores puderam ampliar as terras e o seu uso. Na nova propriedade, reservaram um pequeno pedaço para a produção orgânica (o desenho geométrico da Foto 1) e uma outra quantidade para arrendarem, garantindo a renda da família independentemente da produção obtida na pequena propriedade.

A situação de Rosineide e Leonilda é excepcional quando se compara com a dos outros agricultores familiares entrevistados. Além delas, Carlinhos e Lourdes, ambos associados da Proorto, também possuem na produção orgânica uma renda complementar. Todos os demais interlocutores dependem diretamente do trabalho no campo e sofrem com as dificuldades que emergem quando se trata de pequenas produções, ou seja, a falta de equipamentos adequados, de mão de obra e de uma infraestrutura logística que garanta a venda de toda a produção.

A venda do excedente é o objetivo final dos agricultores. Para tanto, predominam duas formas tradicionais de negociação: a participação nas feiras de produtores e o serviço de *delivery*, cada vez mais comum na região. Entretanto, elas não correspondem às formas mais rentáveis e não garantem o escoamento de toda a produção. Carlinhos e Vilson, que produzem uvas e leite, respectivamente, vendem suas mercadorias certificadas para empresas que as disponibilizam posteriormente como produtos convencionais. Por fim, existe também a possibilidade de vinculação da produção com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e com os circuitos de turismo rural.

A agricultura familiar possui algumas políticas de desenvolvimento criadas no âmbito federal, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que, a partir de sua implementação, no ano de 1996, viabilizou a concessão de créditos aos agricultores familiares; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado no ano de 2003, que regulamentava a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, bem como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae),

instituído no ano de 2009, que regulamenta o atendimento da alimentação escolar e incentiva a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.

O Pnae é um programa tutelado pelo Ministério da Educação, amparado pela Lei nº 11.947, de junho de 2009, e pela Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE), órgão que o gerencia. É um programa que vigora no Brasil desde o ano de 1954, sendo estabelecido esse nome durante a década de 1990, quando substituiu o chamado Programa de Merenda Escolar. Ele tem como objetivo ofertar alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Para tanto, observa que “a educação alimentar e nutricional consiste em uma variedade de estratégias educativas, implementadas em distintos níveis, tendo como objetivo ajudar as pessoas a conquistar melhorias sustentáveis nas suas práticas alimentares” (FAO, 2017, p. 22).

O programa funciona por meio do repasse de recursos do governo federal aos estados, municípios e escolas federais, contemplando os duzentos dias letivos e todos os alunos matriculados em cada unidade de ensino. No município de Foz do Iguaçu/PR, o total de produtos adquiridos pelo município da Agricultura Familiar com os recursos do FNDE foi de 44,4%, ou seja, quase 50% a mais do que o preconizado pela lei no ano de 2018 (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, 2018). Esse dado demonstra o interesse e a disponibilidade da educação municipal em fomentar uma alimentação de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino. A partir dos dados obtidos, é possível observar que a agricultura familiar possui um papel relevante no município, pois há uma participação efetiva dos produtores familiares por intermédio da Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (Coafaso) no fornecimento de produtos para a alimentação escolar municipal.

A organização dos agricultores em cooperativas e associações é fundamental para garantir a participação nesses programas, já que os processos de compra realizados pelas instituições públicas são direcionados a elas. O resultado disso é a existência de organizações na maioria dos municípios da faixa de fronteira com o Paraguai, como, por exemplo, a Associação de Produtores Orgânicos de Entre Rios (Apoer), a Associação dos Produtores Orgânicos de Pato Bragado (Apop) e as já referidas Coafaso e Proorto. Em Toledo/PR, observa-se que a municipalidade é responsável pela aquisição de parte significativa dos alimentos produzidos por Cleidi, Vanderlise e Eduardo, sendo a outra parte vendida diretamente nas residências dos consumidores.

No caso específico de Foz do Iguaçu/PR, principal cidade localizada na faixa de fronteira, observa-se que sua economia difere significativamente da dos outros municípios da região. Enquanto o setor agrícola é o principal motor da economia na região estudada, Foz do Iguaçu tem sua base econômica alicerçada no comércio, no setor de serviços e no turismo. Essas atividades, especialmente o turismo, estão diretamente relacionadas com a circulação de pessoas e capitais, promovendo o crescimento e o desenvolvimento da região. Segundo Cury (2010, p. 165), “a oferta turística de Foz do Iguaçu é relevante para o turismo nacional e internacional: 65% da economia local dependem do turismo”.

Embora o setor agrícola não tenha muito destaque, é preciso salientar que, no caso de Foz do Iguaçu/PR, destaca-se o prevalemento da produção agrícola familiar. Ela contribui de diferentes formas para a economia e o desenvolvimento rural, seja na manutenção da população nesses espaços, no desenvolvimento econômico local, na preservação do patrimônio cultural e ambiental, na garantia da soberania e da segurança alimentar, na redução da utilização de agroquímicos ou, por fim, no fortalecimento do turismo rural (Schneider, 2016).

Embora existam políticas públicas que favoreçam a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, esses produtores buscam alternativas para incrementar a renda familiar. Em uma região onde a fronteira é determinante na circulação de pessoas e mercadorias, seja por meio do comércio internacional, seja pela binacionalidade de seus principais atrativos (Hidrelétrica de Itaipu e Cataratas do Iguaçu), a inserção da agricultura familiar no circuito turístico local, além de agregar na renda do pequeno produtor, torna-se uma estratégia de ampliação das estadas dos turistas e da democratização do setor na fronteira Brasil-Paraguai.

Segundo Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural desenvolvidas pelo Ministério do Turismo (2004, p. 11), entende-se como turismo rural “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”. Observa-se que a definição se baseia na relação entre território, economia e recursos naturais. Assim, para analisar e incentivar a atividade, é necessário observar a existência de três elementos básicos: a) a inserção do atrativo em ambiente rural; b) a finalidade da atividade; e c) a existência do interesse em conhecer a cultura local e consumir bens produzidos pela agricultura familiar (Gonçalves, 2016).

O turismo rural encontra nas normativas do Estado alguns caminhos para o fortalecimento do setor. Nesse sentido, além da política pública que contribui para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, há também programas vinculados ao Ministério da Agricultura e do Turismo que buscam promovê-la no interior dos circuitos turísticos. Dessa forma, as duas políticas contribuem de maneira conjunta na comercialização da produção, no incremento da renda familiar e na valorização da cultura e do homem do campo (Canal Rural, 2020). A perspectiva de atuação

conjunta dos ministérios permitiu que a agricultura familiar fosse compreendida como uma

atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que realizam as atividades econômicas peculiares da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar o seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, oferecendo produtos e serviços de qualidade, bem como proporcionando bem-estar aos envolvidos (Pedron; Klein, 2004, p. 96).

Em síntese, tais programas são fundamentais para corrigir o descompasso existente entre as diferentes formas de produzir e viver no campo. Em um contexto em que o limite internacional incide de maneira diferenciada nos vários setores econômicos, tornam-se necessárias políticas que ampliem a possibilidade de exploração da particularidade geográfica da região. Enquanto os empresários do agronegócio, os comerciantes, a rede hoteleira e o setor de serviços se beneficiam diretamente das assimetrias que marcam a fronteira, a agricultura familiar encontra dificuldades oriundas da grande circulação de agroquímicos na região promovida pelas diferenças de preços entre o Brasil e o Paraguai.

Considerações finais

O objetivo do estudo realizado foi investigar a influência do limite internacional Brasil/Paraguai na organização da produção no campo nas cidades paranaenses localizadas na faixa de fronteira. Por meio de análise de dados da Seab/Paraná, do estudo bibliográfico e de entrevistas qualitativas, buscou-se identificar como as assimetrias que fundam a fronteira agem na forma de produzir dos trabalhadores agrícolas da região estudada. Para tanto, separamos

os trabalhadores de acordo com o tipo de produção em que estão inseridos. Em um primeiro momento, a atenção foi dirigida aos produtores de soja e milho, ou seja, os empresários e trabalhadores que atuam para o agronegócio.

Posteriormente, analisamos os trabalhadores relacionados com a pluriatividade e com a produção nas pequenas propriedades, principalmente aqueles vinculados à agricultura familiar. Em ambos os casos, buscou-se a sinalização dos possíveis pontos de influência da fronteira com a organização da produção, ocasião em que foram observadas distinções em relação à apropriação do contexto fronteiriço por parte dos produtores dos dois grupos observados. No intuito de facilitar a visualização de algumas das conclusões obtidas, elaboramos um quadro explicativo.

Quadro 1 – Síntese

PRODUTOR	PROPRIEDADE	APROPRIAÇÃO DA FRONTEIRA	INFLUÊNCIA DA FRONTEIRA
Empresários e trabalhadores do agro-negócio	Grandes propriedades e propriedades arrendadas de terceiros utilizadas para a produção de grãos direcionada às cooperativas agrícolas e ao mercado externo. A produção tende a estar vinculada aos pacotes agroquímicos e ao uso de tecnologias específicas para garantir o melhor custo-benefício da exploração do solo	1. Reterritorialização de agricultores desapropriados durante a “Revolução Verde” e construção da barragem da hidrelétrica de Itaipu 2. Aquisição de terras com valores abaixo daqueles cobrados no Brasil 3. Exploração das redes transnacionais na compra de agrotóxicos e na venda da produção 4. Possibilidade de simular o <i>drawback</i> 5. Possibilidade de aquisição de agroquímicos proibidos no Brasil ou com preços mais atrativos	1. Durante o uso das assimetrias jurídicas e fiscais existentes entre os países limítrofes, os produtores realizam ilegalismos ao transitarem e utilizarem a fronteira entre o legal e o ilegal. Contudo, é preciso explicitar que o fato de as fronteiras criarem condições para a realização de ilegalismos não chega a ser um problema para a maioria dos produtores
Trabalhadores da agricultura familiar	Pequenas propriedades utilizadas para o desenvolvimento de pluriatividades com o objetivo de subsistência e comercialização do excedente. Em grande medida, tais trabalhadores utilizam práticas de cultivo tradicionais, adotando pouco maquinário e buscando uma produção mais equilibrada com o ecossistema em que está inserida	1. Reterritorialização de agricultores desapropriados durante a “Revolução Verde” e construção da barragem da hidrelétrica de Itaipu 2. Aquisição de terras com valores abaixo daqueles cobrados no Brasil	1. Fortalece o agro-negócio, alimentando a disputa de posições na organização do espaço no campo e no imaginário social a respeito da definição do que é um alimento de verdade 2. Amplia a possibilidade de aquisição de agroquímicos por parte dos grandes produtores, dificultando o isolamento das pequenas propriedades em relação à contaminação externa

Fonte: elaborado pelos autores.

Diante dos elementos constatados, explicita-se que a fronteira incide no campo de forma distinta, pois, enquanto os grandes proprietários conseguem otimizar os lucros explorando as assimetrias, os trabalhadores vinculados à agricultura familiar visualizam a fronteira como uma variável geradora de inconvenientes. Soma-se a isso o fato de existir políticas de apoio à produção que também

são assimétricas quando comparadas aos tipos de atividades desenvolvidas no campo. Nesse contexto, destaca-se o fato de existir caminhos para garantir que a agricultura familiar também possa explorar o contexto geográfico e econômico do seu entorno no intuito de ampliar a renda e a qualidade de vida de seus produtores.

Ao reconhecermos a importância do setor turístico na fronteira do Brasil com o Paraguai, torna-se salutar a exploração de algumas possibilidades apresentadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ampliando a aquisição de sua produção para a merenda escolar e também incentivando a inserção das propriedades nos circuitos de turismo rural. Dessa forma, tornam-se possíveis mudanças nas formas de apropriação da fronteira pela agricultura familiar, democratizando o setor turístico ao mesmo tempo em que este se beneficia das possibilidades oferecidas pela exploração de outros atrativos existentes na região.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, p. 137-166, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000100006>. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/5019/S0104-71832009000100006.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CANAL RURAL. *Ministérios se unem para promover agricultura familiar no turismo rural*. 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/parceria-ministerios-agricultura-familiar-turismo-rural/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo. Relações de poder e os sujeitos consumidores de agrotóxicos na faixa de fronteira do Brasil. *Revista Tempo da Ciência*, Toledo, v. 25, n. 50, p. 11-24, jul./dez. 2018. <https://doi.org/10.48075/rtc.v25i50.21187>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/21187/13499>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CURY, Mauro José Ferreira. *Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)*. 2010. 324 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24222/tese-territorialidadestransfronteiriçasdoiguassu-mauro-joseferreiracury07-07-2010.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 dez. 2020.

EMBRAPA. *Embrapa soja*. S./d. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FAO. *Manual de Educação Alimentar e Nutricional através da horta escolar*. São Tomé, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7519o.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FAURO, Janice Costa da Silva; TONIOL, Fernanda Perdigão da Fonseca; SERRA, Elpídio. Técnicas agrícolas, preservação e impactos ambientais na região oeste do Paraná. *Revista Ra'e Ga*, Curitiba, v. 36, p. 302-321, abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v36i0.43667>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/43667/28009>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FIOROTTI, Cíntia. *História de trabalhadores e do trabalho na Fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015)*. 2015. 287 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal e Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2015. <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2015.141>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16331/1/Historia-TrabalhadoresTrabalho.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo. Migrações paraguaias na faixa de fronteira do Brasil: identidades, circularidades e redes transnacionais. *Século XXI: Revista de Relações Internacionais*, Fortaleza, v. 7, p. 53-71, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revciensio/article/view/32327/95559>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio. Fronteiras da ilegalidade: a importação e o uso de agrotóxicos ilegais na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Revista GeoPantanal*, Corumbá, n. 28, p. 61-77, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9291/8085>. Acesso em: 11 dez. 2020.

GONÇALVES, Anna Laurytha Carlos. Turismo Rural: uma abordagem conceitual. *Anais do XIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/edicao_anterior.php. Acesso em 11 de dezembro de 2020.

HAESBAERT, Rogério. *El mito de la desterritorialización: del fin de los territorios a la multiterritorialidade*. Siglo XXI: Cidade do México, 2011.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. *Agricultura familiar*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 11 dez. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Drawback*. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/regimes-e-controles-especiais/regimes-aduaneiros-especiais/drawback>. Acessado em 11 de dezembro de 2020. Acesso em: 11 dez. 2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural*. Brasil, 2004. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Developmento_Turismo_Rural.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020.

PEDRON, Flávia de Araújo; KLEIN, Ângela Luciane. Políticas públicas para a atividade de turismo rural: estudo da utilização dos recursos do PRONAF. *Extensão Rural*, Santa Maria, ano XI, p. 91-104, jan./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5586/3312>. Acesso em: 11 dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU/PR. *Síntese da Prestação de Contas da Alimentação Escolar*. Foz do Iguaçu, 2018.

RECEITA FEDERAL. O regime especial de drawback, s./d. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/regimes-e-controles-especiais/regimes-aduaneiros-especiais/drawback>. Acesso em: 11 dez. 2020.

SCHNEIDER, Sérgio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016. <https://doi.org/10.17058/redes.v21i3.8390>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8390/pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

Fronteiras fluviais: as dinâmicas sociais nos rios internacionais da tríplice fronteira (Brasil – Peru – Colômbia)

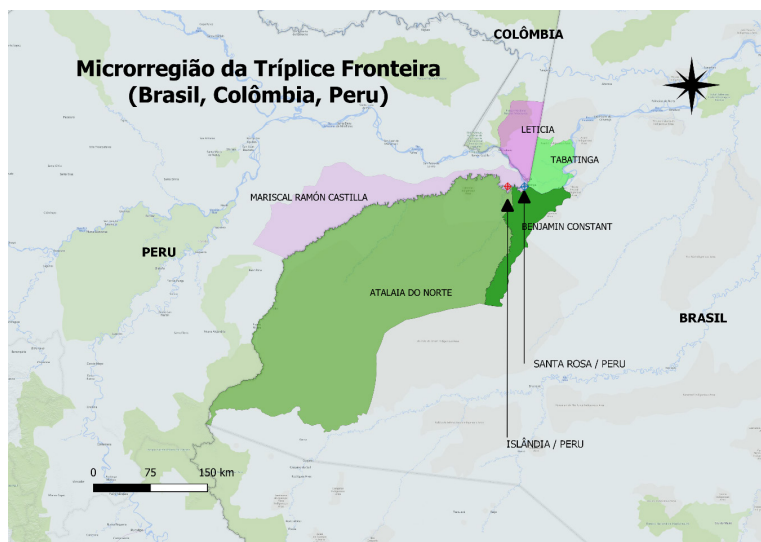
José Lindomar C. Albuquerque¹

Introdução

Nas margens dos rios Solimões e Javari situam-se alguns núcleos urbanos com diversas dinâmicas e fluxos interligados, formando a região de tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia: as cidades conurbadas de Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil); os pequenos núcleos urbanos nas ilhas de Santa Rosa e Islândia (Peru); e as cidades de Benjamin Constant e Atalaia do Norte, no lado brasileiro. A rede de relações nesse complexo circuito de mobilidades transfronteiriças se estrutura particularmente através do transporte fluvial em barcos e canoas de diversos tamanhos e velocidades, que sobem e descem a correnteza do rio Solimões e do Javari e que embarcam/desembarcam nos improvisados portos locais.

¹ Professor de Sociologia do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador do Laboratório de Investigação em Migração, Nação e Região de Fronteira (Liminar). E-mail: jose.lindomar@unifesp.br

Mapa 1 – Microrregião da Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru)



Fonte: Elaborado por Cardin (2021), originalmente para este capítulo.

A maior concentração urbana se encontra nas cidades de Letícia e Tabatinga, com uma população conjunta de mais de 100 mil habitantes (Brasil, 2010; Colômbia, 2015). Os menores aglomerados urbanos se encontram do lado peruano, no “centro poblado” da ilha de Santa Rosa, em frente às cidades de Letícia e Tabatinga, com cerca de 1.000 habitantes, e na sede do distrito de Yavarí, Islândia, com 2.200 habitantes (Peru, 2007). Vizinha a Islândia, na mesma margem do rio Javari, visualizamos a cidade brasileira de Benjamin Constant, com cerca de 36 mil habitantes (Brasil, 2010). Há 30 km desse núcleo urbano, nesse caso específico, conectada por uma rodovia federal e também pelo leito do rio Javari, está localizada a pequena cidade de Atalaia do Norte, com cerca de 15 mil habitantes (Brasil, 2010), porta de entrada da segunda maior reser-

va indígena do Brasil: Terra Indígena Vale do Javari².

O trânsito de pessoas e mercadorias entre essas cidades e entre os núcleos urbanos e as comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas é bastante intenso. Isso permite pensar toda essa área geográfica e suas redes de relações fluviais formando a Microrregião da Tríplice Fronteira entre os três países. Embora o foco principal desta pesquisa sejam essas localidades de fronteira, é importante enfatizar que há múltiplas conexões e interdependências entre essas cidades e outras localidades urbanas e rurais de outros municípios da microrregião administrativa do Alto Solimões (Brasil), do departamento de Loreto (Peru) e do departamento do Amazonas (Colômbia). Em uma escala mais ampla, podemos perceber a diversidade das mobilidades de pessoas e mercadorias nos voos diários de Letícia para Bogotá (capital da Colômbia) e de Tabatinga para Manaus (capital do estado do Amazonas), além dos deslocamentos nos grandes barcos que chegam e partem de Santa Rosa (Peru) para Iquitos (capital do departamento de Loreto) e de Tabatinga para Manaus. Todas essas escalas das mobilidades se conectam com as dinâmicas locais.

O objetivo deste capítulo é pensar essas dinâmicas sociais menos centradas no interior das cidades e mais focadas no próprio leito dos rios e em suas margens portuárias. Devido à centralidade do transporte fluvial e dos circuitos de mercadorias, objetos, animais e pessoas pelos rios, os fluxos fluviais se constituem em espaços privilegiados para observarmos diversas dinâmicas transfronteiriças.

O que procuramos fazer aqui é pensar as fronteiras fluviais a partir de duas dimensões interligadas: as frentes de expansão/urbanização como *fronteiras sedimentares* e a relação entre as dinâ-

² A terra indígena Vale do Javari foi demarcada pelo governo brasileiro em 2001 e tem uma extensão territorial de 8.544 mil hectares e cerca de 7 mil indígenas pertencentes a 26 povos distintos (Terras Indígenas do Brasil, s./d.)

micas sociais/naturais e as práticas de legalidade/ilegalidade que se configuram nos e através dos rios.

Este capítulo é parte de um empreendimento coletivo de pesquisa, reflexão e diálogo³ sobre a região da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia com o professor Luiz Fábio Paiva (UFC) desde 2014 e do trabalho de campo realizado em agosto de 2017, vinculado ao projeto Regimes de Mobilidade Espacial na Amazônia Urbana, do grupo de pesquisa Ilhargas – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), coordenado pelo professor Fabio Magalhães Candotti. Contamos com o apoio permanente do grupo de pesquisa e extensão Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (MEC/SESu/Ufam), coordenado pela professora Flávia Melo, sediado no Instituto Natureza e Cultura (Ufam), na cidade de Benjamin Constant. Os dados aqui sistematizados foram produzidos por meio de entrevistas com moradores locais e membros de instituições estatais de segurança e fiscalização, além de observações de campo.

Fronteiras sedimentares e processos de fronteirização

As fronteiras amazônicas são heterogêneas e sobrepostas por diversas experiências históricas que conectam passado e presente. Podem ser imaginadas como territórios ambivalentes e densos de encontros e desencontros de pessoas situadas em tempos heterogêneos, em espaços fluviais e terrestres e formados por diversos conflitos sociais envolvendo grupos indígenas, camponeses, missionários, empresários ou “patrões” de frentes extrativistas,

³ Gostaria de agradecer à parceria de pesquisa com Luiz Fábio Paiva. Todos os trabalhos de campo e entrevistas fizemos juntos, e as leituras críticas e sugestivas das duas primeiras versões do texto foram realizadas por Fabio Magalhães Candotti, incluindo as sugestões de pensar a relação entre “regimes” das águas, dos controles e das mobilidades.

agentes estatais e de organizações não governamentais. São, portanto, espaços de conquista colonial, de encontros, dominações e mortes de populações, mundos e saberes (Martins, 1997).

O período histórico entre o final do século XIX e o início do século XXI compreende um conjunto heterogêneo de formas de exploração econômica, intervenções estatais e regimes de mobilidades de populações formados especialmente por frentes de expansão extrativista (borracha, madeira, mineração, cocaína, entre outras), migrações e outras mobilidades internas e transfronteiriças e por projetos estatais de desenvolvimento, segurança, integração nacional e preservação ambiental. Neste sentido, usamos a noção de *fronteiras sedimentares* como uma imagem que evoca os próprios sedimentos que vão se armazenando no leito dos rios e que podem servir como metáfora para pensarmos as camadas de sentidos históricos das formas de exploração e ocupação das margens desses rios internacionais.

Essa metáfora (*fronteiras sedimentares*) se articula com o conceito de processos de fronteirização, aqui compreendido como as ações variadas de produção de fronteiras ao longo do tempo (colonização, exploração, separação, barreira, limite, contato, conflito etc.) por meio de agentes estatais e sociais heterogêneos que articulam e tensionam interesses geopolíticos, econômicos e sociais. Esses agentes instituem a “fronteira” como uma “ficção” (jurídica, política, simbólica) bem fundamentada e com poderosos efeitos práticos nas vidas das pessoas que vivem nas regiões fronteiriças e/ou cruzam (ou tentam cruzar) os limites internacionais.

As fronteiras em movimento de exploração dos “recursos naturais” na Amazônia redefinem os significados dos limites internacionais nessa região de tríplice fronteira. Antes do “ciclo da borracha” do final do século XIX, os grupos religiosos, militares e as comissões de limites eram os responsáveis principais pela instituição

de mecanismos de fronteirização entre os dois impérios coloniais e posteriormente entre os nascentes Estados nacionais após as independências no início do século XIX.

Com os “ciclos da borracha e do caucho”, nos períodos de 1890 a 1911 e na Segunda Guerra Mundial (1939-45), a paisagem fronteiriça se modifica fortemente, tanto no que diz respeito aos circuitos econômicos de um capitalismo internacional em torno do escoamento da borracha para outros países como também em relação aos processos migratórios de populações do Nordeste brasileiro e Andes peruano em direção à Amazônia, assim como houve a transformação de alguns seringais em núcleos urbanos que atraíram diversos serviços, bancos, comércios e uma elite local capaz de ostentar um consumo de luxo em pleno interior da floresta amazônica.

Nesse cenário, surgiram os núcleos urbanos transfronteiriços de Remate de Males (Brasil) e Nazareth (Peru), nas margens do rio Javari. Esses povoados funcionavam como lugares estratégicos de escoamento da borracha para Iquitos (Peru), Belém e Manaus (Brasil) em grandes barcos pelos rios Javari e Solimões. Remate de Males alcançou a categoria de vila em 1904. Nesse núcleo urbano ribeirinho, foram instaladas

lojas de confecções, armarinhos, joalherias, relojoarias, alfaiatarias, farmácia, bilhares, botequins, cabarés, agência de vapores, açougues, funilarias, carpintarias. Havia ainda médico e dentista com consultório. A elite de Remate de Males organizou uma Loja Maçônica, denominada Firmeza e Amor. Abriu-se um vice-consulado, que depois passou a consulado do Peru. (...). Remate de Males obteve rápido crescimento econômico, pois no seu entorno se produzia borracha e a vila é o entreposto de abastecimento e de carregamento de vapores que saiam do rio Javari. O cotidiano de Remate de Males vislumbrava o vívido de um rio onde habitavam

seringueiros e donos de seringais. Os donos de seringais, patrões abastados, ostentavam nos dedos anéis, onde fulguravam preciosos brilhantes. Os seringueiros, “saldeiros”, no inverno vinham gastar em Remate de Males, sem medida, os seus saldos. No lado oposto do rio havia crescido Nazareth, povoação peruana, que se assemelhava a Remate de Males, onde se localizavam firmas comerciais, como Marius & Levy, mais tarde pertencente cada casa à firma Israel & Levy de Iquitos e mantinham transações com os Estados Unidos e Europa, via Iquitos, e vendiam a preços baixos mercadorias importadas devido à tarifa aduaneira peruana lhes favorecer (Souza; Oliveira, 2015, p. 66-67)

O rio Javari era, portanto, o principal caminho de escoamento da borracha e por onde chegavam os regatões, barcos cheios de mercadorias a serem vendidas bem mais caras para a população local. Os moradores e trabalhadores locais geralmente compravam fiado os produtos de necessidade básica e contraíam dívidas permanentes com os donos dos regatões, que algumas vezes podiam ser também os donos dos seringais.

Com a decadência do primeiro período de extração da borracha, o núcleo urbano de Remate de Males perdeu sua importância econômica e a sede do município foi transferida para a região de Esperança, no encontro entre os rios Javari e Solimões, em 1928. Essa localidade foi depois nomeada de Benjamin Constant. A vila de Remate de Males sobreviveu até o contexto do segundo período de exploração da borracha (1939-1945). Sua população foi migrando para as sedes dos municípios de São Paulo de Olivença e Benjamin Constant e parte dela fundou um núcleo próximo, que viria a ser constituído como município – Atalaia do Norte – em 1955. Nesse contexto de declínio econômico da extração do látex, ocorreu uma grande enchente no rio Javari e o que restava das marcas históricas

desses povoados do tempo áureo da borracha desapareceram na correnteza do próprio rio.

O fim da frente extrativista da borracha abriu um novo cenário de exploração econômica e houve uma transferência de capitais e de proprietários dos seringais para a atividade lucrativa de exploração da madeira da floresta. O povoado que se ergueu próximo a Remate de Males, Atalaia do Norte, estrutura-se inicialmente em torno de uma grande serraria. Quase todos os primeiros habitantes desse núcleo urbano dependiam dos trabalhos gerados nesse negócio da madeira:

em Atalaia do Norte quem instalou a primeira serraria foi José Veiga, filho de Pio Veiga (português dono de grandes seringais no vale do Javari), que morreu em 1926. José Veiga, quarto filho, toma frente dos negócios do pai na seringa e depois da Segunda Guerra já começa a explorar a madeira. Grande comerciante. Em 1950 diziam que ele era dono de Atalaia, que Atalaia somente tinha 50 casas e todo mundo dependia da serraria dele, da serraria e do barracão dele (Lucas⁴, entrevista em 8 ago. 2017).

Também em Benjamin Constant começaram a ser construídas diversas serrarias, incorporando uma força de trabalho de antigos seringueiros e de peruanos que se deslocavam pelo leito do rio, sobretudo do núcleo urbano de Islândia e das comunidades próximas:

instalou-se em Benjamin a cooperativa dos madeireiros, o banco da borracha, muita gente pegou dinheiro do governo

⁴ Todos os nomes dos entrevistados são fictícios, em conformidade com a postura ética de manter o sigilo dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa.

para extração da madeira. Então foi uma destruição completa desse vale do Javari. Entre 1955 e 1960 ocorreram grandes massacres indígenas, as revoltas indígenas diante da extração desenfreada da madeira (Lucas, entrevista em 8 ago. 2017).

As décadas de 1970, 1980 e até meados da década de 1990 se constituíram como uma época de ouro de exploração da madeira no Vale do Javari e do enriquecimento de algumas famílias locais em Benjamin Constant e Atalaia do Norte. No auge da exploração, somente em Benjamin Constant existiam mais de 20 serrarias em funcionamento, muitas com regimes de superexploração de trabalho, principalmente da população peruana.

As leis de proteção ambiental do final da década de 1990⁵, que objetivavam a extração racional por meio de manejo e reflorestamento, além da própria criação da Reserva Indígena do Javari, demarcada em 2000 e homologada em 2001, constituíram-se em barreiras à exploração sem medidas e muitos dos madeireiros foram multados e fecharam suas serrarias no final daquela década. Conforme um interlocutor, parte do capital ocioso das madeireiras foi transferido para o comércio da área do Marco, Tabatinga, e outro foi diretamente para o negócio de cocaína na região, algo que já vinha acontecendo desde a década de 1970 por meio dos mecanismos de empresas de fachada “legal” (madeira) para esconder o negócio “ilícito”:

o que substituiu? Para onde foi este dinheiro, capital que antes estava empregado na madeira? Aí é que entra o perigo do narcotráfico. Década de 1970. Muita serraria era de fachada,

⁵ A lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, é conhecida como a lei de crimes ambientais e dispõe sobre as sanções penais derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, incluindo a extração ilegal da madeira (BRASIL, 1998).

era lavagem de dinheiro. Você vê em reportagens antigas muita história de madeira que foi apreendida já distante daqui e tudo era carregada de cocaína pura. Praticamente muitas serrarias ficaram como lavagem de dinheiro na década de 1970 (Lucas, entrevista em 8 ago. 2017).

Do outro lado da fronteira, a frente de expansão da madeira no território peruano se intensificou na década de 1990. A autorização de áreas de exploração da madeira pelo governo peruano e a proibição ambiental do lado brasileiro favoreceram esse deslocamento. A partir de então, as madeiras da região passaram a se encontrar sobretudo no município de Islândia, com fluxos de trabalhadores brasileiros de Benjamin Constant e regiões próximas em direção às serrarias da cidade vizinha.

Simultâneo ao auge da frente de expansão madeireira entre Atalaia do Norte (BR), Benjamin Constant (BR) e Islândia (PER), estruturou-se, especialmente na cidade de Letícia, o período da *bonanza* da cocaína nas décadas de 1970 e 1980. As cidades de Letícia e Tabatinga passaram por grandes transformações urbanas nesse período, com um aumento de diversos negócios alimentados com o dinheiro da droga (Aponte-Motta, 2012). O fim do apogeu do tráfico de cocaína na zona colombiana corresponde ao período em que a cidade de Letícia se torna capital do departamento do Amazonas, em 1991. O aumento dos aparatos de fiscalização e segurança da fronteira nessas cidades (Letícia e Tabatinga) reconfiguram o circuito das drogas na região.

Nas últimas décadas, além da Colômbia, amplia-se o lugar do Peru na exportação da cocaína que passa pela região da triplíce fronteira. Os regimes de fiscalização fronteiriça se concentram sobretudo nos aeroportos das cidades de Letícia e Tabatinga e nos correios, mas “todos sabem” que o rio Solimões é o grande “corredor”, “rota” ou “passagem” da cocaína pela região em direção a

Manaus, de onde se dá a distribuição para outras regiões e países. Conforme um interlocutor, pelo rio desce tanto “a droga da guerrilha colombiana que vai marcada e que já têm pessoas de confiança da guerrilha que levam até o destino final, como a droga dos outros” (Carlos, pescador, entrevista em 12-08-2017). Esses “outros” seriam diversos traficantes e atravessadores que contratam “mulas”, muitas vezes jovens pescadores da região, para levar a droga até Manaus.

Trata-se de um grande atrativo econômico quando comparado com o que ganham com a pesca diária. Como tem se intensificado a fiscalização dos policiais federais ou os perigos de a droga ser roubada no caminho nos últimos anos, aumentou também o preço de venda em Manaus e o valor do transporte. Assim, conforme um interlocutor, para levar a cocaína em segurança até Manaus, os traficantes já pagam mais de 1.000 reais por quilo. Os jovens percebem que podem ganhar 50 ou 100 mil em uma viagem, dinheiro que jamais teriam com os ganhos da pesca artesanal.

As frentes de expansão de extração da madeira da floresta e dos plantios de coca e refinamento da folha de coca para a produção de cocaína passaram por transformações importantes nas últimas décadas e incorporaram novas geografias, tecnologias, rotas e agenciamentos que mobilizam um conjunto variado de deslocamentos de pessoas e mercadorias. Trata-se atualmente de duas frentes econômicas ilegais, sendo que a madeira ainda conta com mecanismos e táticas de “legalização”, especialmente no território peruano, como veremos no próximo tópico.

Fronteiras fluviais e práticas de (i)legalidade

O rio Amazonas (Solimões, para os brasileiros) vem dividindo o Peru e a Colômbia até a cidade de Letícia. Em seguida, o leito do grande rio demarca o limite internacional entre Peru e Brasil até

a altura da cidade de Benjamin Constant. Ali, o Solimões se torna um rio nacional brasileiro e a fronteira entre esses dois países é demarcada através do tortuoso rio Javari.

O rio Solimões/Amazonas é a rota principal da região, tanto em direção à cidade de Iquitos, capital do departamento de Loreto (Peru), como de Manaus, capital do estado do Amazonas (Brasil). Esse rio se constituiu historicamente como principal corredor de pessoas e mercadorias nessa região sem rodovias e que somente nas últimas décadas passou a contar com aeroportos bem estruturados e linhas aéreas diárias nos trajetos Tabatinga-Manaus e Letícia-Bogotá.

Trata-se de um rio em permanente movimento. A ideia do movimento não se refere somente aos deslocamentos das águas dos inúmeros afluentes para o leito principal e deste em direção ao oceano, mas também das terras e árvores que o rio vai devorando em suas margens. Nas palavras de Euclides da Cunha, aqui acontece o tipo de “migração telúrica”, é a terra que abandona o homem e acompanha o leito do rio (Cunha, 1996). Nesse movimento literal de des-territorialização e reterritorialização das “terras caídas” (erosão), ocorre o fenômeno de deslocamento do leito principal por causa do aterramento da parte mais profunda, a formação de ilhas e os deslocamentos das próprias ilhas em direção à outra margem. Em seus trechos de rio internacional, essa dinâmica das “terras caídas” muda o leito do rio e poderia até pôr em questão a fixidez dos limites de demarcação dos territórios firmados em tratados internacionais⁶.

⁶ O limite entre a Colômbia e o Peru, depois da guerra de 1932, foi estabelecido a partir do leito principal do rio Amazonas. Na década de 1960, emergiu a ilha de Santa Rosa (Peru), e a partir de meados da década de 1970, ela começou a ser habitada por peruanos. Os primeiros moradores dessa ilha se deslocaram do povoado próximo de Ramón Castilla, na beira do rio, desaparecido depois pela força das águas, que devorou sua margem. O leito principal do rio mudou para o outro lado da ilha e, dessa forma, a Colômbia poderia até reivindicar a ilha de Santa Rosa como sua, conforme

Outra dinâmica dos rios diz respeito ao período das cheias e vazantes de suas águas. Entre fevereiro e julho, frequentemente ocorrem as cheias dos rios amazônicos. Trata-se do período mais chuvoso, sobretudo março e abril. Já entre agosto e janeiro do ano seguinte, os rios estão em período de vazante. Essa dinâmica natural entre cheia e vazante possibilita modos de vida específicos nas várias cidades e localidades amazônicas situadas às margens dos rios. As formas de construção das casas de palafitas nas áreas de várzeas dos rios e o deslocamento dos portos improvisados e dos flutuantes e barcos ancorados nesses portos acompanham esse movimento anual de subida e descida das águas. Esse ritmo das águas dos rios favorece também práticas de plantação nas várzeas no período de vazante e a dinâmica de pesca entre a fartura na seca e a escassez de peixe na cheia. Todos/as os/as moradores ribeirinhos marcam o compasso de suas vidas cotidianas pelo calendário fluvial dos fluxos das águas.

Nos trechos de rio internacional, essa variação entre cheia e vazante favorece determinadas particularidades nas fronteiras entre o legal e o ilegal. Sendo assim, gostaríamos de destacar três dinâmicas socioeconômicas que acompanham o ritmo das águas dos rios: a) pesca e venda do peixe nos rios internacionais; b) o transporte da madeira “ilegal/legal” no rio Javari; c) as “rotas” da cocaína, especialmente no rio Solimões e em seus afluentes. A ênfase nessas três dinâmicas em lugares fluviais específicos se deve mais aos dados de campo. Temos clareza de que as “rotas” da cocaína e da madeira e os conflitos e arranjos em torno da pesca ocorrem nos diversos rios da região.

O limite internacional das águas é demarcado a partir do leito mais profundo dos rios (talvegue). Como as legislações nacio-

nos informou um barqueiro de Letícia. No entanto, os tratados anteriores continuaram vigorando e o limite internacional não acompanhou o movimento do rio.

nais em torno das proibições e permissões da pesca são diferentes, constantemente ocorrem conflitos, pois a pesca de um determinado peixe pode ser proibida do lado brasileiro do rio e permitida do lado peruano ou colombiano. O Brasil tem todo um calendário de defeso de determinadas espécies (12 tipos de peixe atualmente) que obedece ao fluxo das cheias e vazantes dos rios, além da proibição permanente de outras espécies em extinção. Em entrevistas com pescadores brasileiros, é visível a insatisfação deles com essas regras de proibição que dividem esses rios internacionais, visto que os vizinhos peruanos e colombianos podem continuar pescando normalmente os peixes que estão proibidos de serem capturados do “lado de cá” do rio. Esses pescadores relatam que os peruanos e colombianos costumam inclusive “invadir” o meio do rio e pescar em águas brasileiras, sem nenhuma punição:

caso do peixe “Mota”. O governo brasileiro proibiu a pesca da “Mota”, aí os colombianos invadem o Brasil e pegam a mota lá em nosso país. A “Mota” é a Piracatinga. O governo brasileiro proibiu por 5 anos. No Brasil isso aí está proibido, ninguém pode pegar ou comercializar a “Mota”. Enquanto os peruanos e os colombianos vão em nosso Brasil pegar a Mota lá dentro e passa para Colômbia. Isso é falta de fiscalização tanto do município como do estado. Como nós moramos em uma tríplice fronteira aí é muito fácil. Como eu estou te falando, o colombiano vem pra cá, pesca, pega o pescado brasileiro e leva pra Colômbia (Carlos, pescador, entrevista em 12 ago. 2017).

Em relação à venda do peixe, é interessante acentuar as relações entre pescadores brasileiros e “marreteiros” (atravessadores/comerciantes) brasileiros e colombianos. Os pescadores entrevistados em Tabatinga nos narraram que as tensões entre “marreteiros”

brasileiros e colombianos se acentuam especialmente no período da cheia, e, portanto, de escassez e aumento do preço do peixe. Conforme relatos, os colombianos costumam pagar melhor pelo quilo do peixe, o que leva os pescadores brasileiros a vender preferencialmente para a cidade de Letícia (Colômbia). Isso inflaciona o valor do peixe, uma vez que os negociantes brasileiros têm que pagar mais caro para conseguir comprar o pescado. Essa concorrência se dá especialmente entre aqueles comerciantes que não têm seus próprios pescadores, o que significa adiantar gelo, barco e algumas vezes dinheiro para determinados pescadores. Estes, por sua vez, podem vender o pescado unicamente para o seu “patrão” por um preço abaixo da concorrência geral.

Outra prática corriqueira nesses rios internacionais é o transporte de madeira. A derrubada e a extração da madeira são feitas especialmente no período da seca dos rios, um pouco antes de começar o tempo das cheias. Brasileiros e peruanos, em pequenos grupos geralmente subordinados a um “patrão” (dono de madeireira), deslocam-se para regiões específicas onde têm boa “madeira de lei” (cedro, mogno, entre outras), armam acampamentos improvisados e começam a derrubar as árvores durante dias ou meses. Eles costumam cortá-las em troncos de quatro metros de comprimento, deslocando-os em equipe até os igarapés mais próximos, unindo-os em seguida e fazendo as balsas de madeira.

Conforme alguns interlocutores da pesquisa, 60% da madeira cortada são somente para formar a base dessas balsas flutuantes, e os outros 40%, são madeira de maior valor que é armazenada em cima desses troncos flutuantes. Os exploradores de madeira esperam então a cheia do rio e dos igarapés. Na cheia, as balsas começam a flutuar e os encarregados ou padrões acompanham a madeira descer os afluentes do rio Javari em direção à sede do distrito de Islândia (Peru), onde atualmente se encontram as principais serrarias da região.

Esse fluxo de troncos de árvores no leito do Javari permite discutir os limites entre legal e ilegal e alguns dispositivos de legalização da madeira. Uma dimensão fronteiriça relevante é a situação de legalidade de algumas práticas de extração da madeira no território peruano e da ilegalidade da extração do lado brasileiro, especialmente na Reserva Indígena do Vale do Javari. A rigor, a extração da madeira atualmente é ilegal nos dois territórios nacionais, mas o Peru tem uma legislação que permite essa extração em áreas autorizadas de reflorestamento, as denominadas “concessões florestais”⁷. O que na prática ocorre é todo um conjunto de mecanismos de corrupção e compra de direitos em torno dessas áreas permitidas. O Guia de Transporte Forestal (GTF) e a Hoja de Cubicación (HC) são os documentos oficiais que possibilitam várias transações ilegais no processo de “lavagem da madeira”, isto é, as árvores cortadas clandestinamente da floresta se transformam em “madeira legal” extraída dessas “concessões florestais”, graças muitas vezes à adulteração e venda desses documentos e a pouca fiscalização por parte do Estado peruano.

Outro mecanismo é extrair a denominada “madeira de lei” do lado brasileiro e descê-la até Islândia pelo leito do rio Javari, como já descrevemos antes. Caso apareça uma fiscalização do Ibama ou da polícia federal brasileira, os encarregados pelo transporte geralmente contam com peruanos na embarcação e estes possuem papéis de permissão de extração de madeira, apresentando-os aos agentes da fiscalização como se ela tivesse sido extraída nas áreas permitidas do território peruano. Como a madeira é a mesma nas duas margens do rio Javari, não tem como descobrir, no ato da fiscalização, a real origem dessas balsas de madeira que descem no leito desse rio que demarca o limite internacional entre Brasil e Peru.

⁷ Ley 26821 – Ley Orgánica para el aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, 25 de junho de 1997 e Ley 28611 (Ley general del ambiente), de 13 de outubro de 2005 (PERÚ, 2010).

O período da cheia do rio também favorece o escoamento da cocaína, principalmente pelo rio Solimões e seus afluentes em direção a Manaus⁸. A cheia dos igarapés possibilita melhores condições de esconderijo da droga em caso de alguma fiscalização ou perseguição de grupos rivais nesse trajeto fluvial. Conforme nossos interlocutores, as grandes enchentes que transbordam as margens dos rios permitem cortar caminhos por dentro da floresta e desviar de pontos fixos de fiscalização, o que denominam de “furos no rio”.

O período das cheias também aumenta a quantidade de assaltos aos motores de pescadores locais por parte de traficantes. Os motores roubados são usados nas pequenas embarcações que transportam a droga pelo rio. De acordo com nossos interlocutores, nesse período das cheias dos rios os motores são mais visados, tanto devido ao próprio aumento do negócio de transporte da cocaína, como também pelo fato de os ladrões conseguirem se esconder com facilidade nos igarapés e em outros esconderijos alagados.

As notícias jornalísticas de apreensão de droga no rio Solimões, ou em outras operações de fiscalização intermitentes, revelam distintas formas de esconderijo da droga no meio de mercadorias legalizadas ou nos cascos dos barcos (Amazonas Atual, 2020). Os relatos mais corriqueiros são da denominada “madeira recheada” de cocaína e dos peixes congelados também repletos de droga. A madeira transportada em toras é proibida. Mas a madeira já cortada em serrarias e com selos de exportação pode ser normalmente transportada em navios ou grandes barcos pelo rio Solimões. Conforme relatos, as duas principais serrarias de Islândia (Peru) estavam fechadas no momento da pesquisa em 2017 porque um grande carregamento de “madeira recheada tipo exportação”, advindo delas, seguia em direção à cidade de Iquitos (Peru) e foi

⁸ Ver o trabalho de Paiva (2019) para uma compreensão detalhada das diversas dinâmicas relacionadas ao mercado ilegal da cocaína nessa região de tríplice fronteira.

apreendida pela polícia federal brasileira, contendo grande quantidade de cocaína no interior das tábuas de madeira.

As três dinâmicas comerciais descritas acima são bastante mais complexas e se vinculam a outras atividades legais e ilegais. Também é importante enfatizar que outras práticas econômicas também ocorrem conforme o ritmo anual das águas dos rios. Diversas mercadorias circulam por esses rios e desembarcam nos portos não alfandegados dessas pequenas cidades. A rigor, todas as mercadorias que entram nesses “portos internacionais”, vindas dos países vizinhos, são formas de “contrabando”, uma vez que não há fiscalização e medidas formais de alfândega. Como nos esclareceu um auditor da Receita Federal em Tabatinga:

nem o ponto de fronteira e nem o porto são alfandegados. Por exemplo, acabei de atender um senhor (peruano) que ele queria fazer uma importação de bebidas para vender na cidade. E tive que responder para ele que não é possível ele fazer isso. Porque como não tem nenhum recinto que possa receber esta mercadoria para que nós possamos fazer o despacho de importação. Simplesmente não é possível a entrada de produtos estrangeiros no Brasil. Não é possível a nacionalização destes produtos. E as mercadorias que entram do Peru? No geral é contrabando ou é subsistência ou é o comércio típico da região de fronteira, que é uma das previsões normativas. Então se o senhor mora em Tabatinga e quer fazer suas compras do mês em Letícia, na Colômbia ou no Peru, o senhor pode. Isento de tributos sem problema nenhum. Agora pra comércio é tudo ilegal, é tudo contrabando (Sérgio, auditor da Receita Federal em Tabatinga, entrevista em 11 ago. 2017).

Desde o período inicial da pesquisa na cidade de Tabatinga é recorrente a afirmação de que “tudo é contrabando”, mas que essa prática é bastante tolerada pelas autoridades de Tabatinga e Benjamin Constant, uma vez que principalmente os produtos agrícolas e as bugigangas vendidas pelos peruanos “barateiam a vida na fronteira”.

Quando olhamos para a travessia do rio Solimões, entre a Ilha de Santa Rosa e Tabatinga, e para o fluxo do rio Javari entre Islândia e Benjamin Constant, percebe-se um intenso transporte de diversas mercadorias (motos, gasolina, pneus, frutas, verduras etc.) no próprio rio entre os dois territórios nacionais, especialmente nos pontos comerciais “flutuantes”, que mudam de lugar conforme a cheia ou a vazante dos rios. O comércio feito por peruanos, destinado a uma clientela brasileira, começa justamente nesses “flutuantes”.

Nos portos das cidades brasileiras de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte estão também presentes diversos peruanos que se misturam com brasileiros e vendem frutas, verduras, peixes e outras mercadorias. A própria feirinha “irregular” de peixes, direcionada aos setores mais pobres da cidade de Tabatinga, ocorre no final do dia no chão do porto da cidade e conta com uma expressiva quantidade de pescadores e vendedores peruanos. Essa feira acontece durante a vazante do rio, isto é, no período em que o peixe é mais farto e barato em comparação ao preço praticado no mercado municipal da cidade.

Em torno desse comércio fluvial de fronteira se configura uma mobilidade transfronteiriça pendular, principalmente de peruanos que moram em Santa Rosa, Islândia, Tabatinga e Benjamin Constant e outras localidades vizinhas e que se deslocam para a região portuária ou leito dos rios todos os dias para ganhar a vida em seus pequenos negócios “fixos” e “flutuantes”. Essa população peruana que vive ou transita por essas cidades brasileiras se insere especialmente nessa rede de comércio transfronteiriço e se

configura como uma alteridade em parte desejada economicamente, por vender produtos mais baratos, e, por outro, estigmatizada como “feia”, “pobre”, “ilegal” etc., e que sobrecarrega os serviços de saúde dos municípios brasileiros (Campos, 2012; Olivar; Melo da Cunha; Rosa, 2015). Os peruanos, situados nas cidades fronteiriças brasileiras e nos rios internacionais, vivem o paradoxo da fronteira enquanto espaço de atração e de rechaço permeado por diversas assimetrias econômicas e simbólicas.

As diversas situações descritas anteriormente podem ser compreendidas como estratégias para escapar das fiscalizações, formas de cumplicidade e de produção de fronteiras simbólicas entre “brasileiros”, “peruanos” e “colombianos” em torno do “tráfico” de droga, “contrabando” de madeira e “descaminho”⁹ de diversos produtos que circulam nessa região transfronteiriça, mas também como espaço de tensões e reclamações, como no caso específico das proibições e permissões da pescaria em rios internacionais. Essas estratégias de travessia e contorno diante dos regimes políticos de controle das fronteiras permitem estabelecer um diálogo teórico com uma literatura brasileira recente que tem discutido os ilegalismos nas regiões de fronteiras internacionais (Costa; Oliveira, 2014; Albuquerque; Paiva, 2015; Hirata, 2019; Vargas; Aquino, 2019). Essa reflexão crítica tem pensado a lei e sua dicotomia constituinte legal/ilegal como dispositivo jurídico que produz todo um conjunto de práticas sociais diferenciadas e desiguais.

Em diálogo com Foucault (1997), podemos dizer que a gestão dos ilegalismos de negócios em uma região de fronteira pres-

⁹ A legislação brasileira faz uma diferenciação entre o contrabando (importar ou exportar mercadoria proibida no país) e o descaminho como a entrada e a saída de mercadorias permitidas no país, mas cujos direitos ou tributos devidos não foram pagos (artigos 334 e 234-A do Código Penal). Entretanto, na linguagem cotidiana, não há tal diferenciação e esses dois procedimentos são reconhecidos como contrabando.

supõe que o limite internacional não seja visto como um lugar de separações rígidas, mas como um espaço governado de maneira diferenciada, onde os agentes estatais concretos agem desigualmente ao “dar terreno para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outra, neutralizar estes, tirar proveito daqueles” (Foucault, 1997, p. 226). Esse governo diferenciado da fronteira se estabelece por meio de práticas de controle, fiscalização, repressão, permissão, omissão, ausência e presença seletivas, tolerância e subornos por parte daqueles que têm o poder de controlar as passagens de fronteira. Como argumenta Rabossi (2004, p. 16), “o ilegal, longe de ser o resultado do funcionamento anormal ou amoral da sociedade, faz parte das possibilidades abertas em um mundo definido pela lei”.

Contudo, os modos diferenciados de pôr em prática ou de operacionalizar as leis geram, por parte da população transfronteiriça e de outros agentes envolvidos nos negócios de fronteira, um conjunto de práticas sociais de “contornamento” da lei: formas de trabalho, astúcias sutis, táticas engenhosas de desvios e esconderijo de mercadorias proibidas, além de arranjos das normas legais em uma região com diferentes jurisdições nacionais, como aqueles em torno da legalização da madeira (De Certeau, 1994; Haesbaert, 2011, Cardin, 2012). Sendo assim, pensar as fronteiras fluviais entre o legal e ilegal significa acompanhar as dinâmicas das práticas dos diversos agentes que operam os regimes de controle e de mobilidade no fluxo permanente das águas desses rios internacionais.

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi sistematizar provisoriamente algumas possibilidades interpretativas nos estudos das fronteiras internacionais na região amazônica. O primeiro movimento analítico foi imaginar as fronteiras como processos sociais e históricos

que conectam permanentemente a história, a memória e as experiências sociais, culturais, econômicas e políticas dos sujeitos que viveram e vivem nessas fronteiras fluviais. Essas experiências individuais e coletivas se articulam com processos macro das frentes de expansão e das intervenções estatais que reconfiguram as próprias práticas sociais transfronteiriças no contexto contemporâneo. Cada região de fronteira internacional contém uma pluralidade de fronteiras econômicas, sociais, políticas, culturais e simbólicas que se articulam e entram em tensão ao longo do tempo e em diferentes espaços de convivência fronteiriça. Dessa forma, pensamos a noção de *fronteiras sedimentares* compreendendo-as como as diversas camadas de sentidos que compõem as dinâmicas históricas, sociais e econômicas nos rios internacionais.

O segundo movimento interpretativo foi ver os rios como centros de dinâmicas e práticas transfronteiriças. Os trabalhos existentes sobre essas localidades têm pensado as fronteiras especialmente a partir de suas territorialidades urbanas, e os rios somente como parte da paisagem dessas dinâmicas transfronteiriças (Aponte-Motta, 2012; Steiman, 2012; Oliveira, 2006). Nossa perspectiva é interpretar o rio como agência que interliga múltiplas dinâmicas, permitindo uma abertura metodológica para conectar diferentes dinâmicas sociais, práticas de (i)legalidade no interior de seus leitos e em suas margens. O movimento das cheias e vazantes e os deslocamentos das terras dos leitos dos rios internacionais na região amazônica complicam as demarcações fixas dos territórios nacionais, produzem dinâmicas comerciais específicas e dificultam os regimes de controle das diversas mobilidades de pessoas e mercadorias que as atravessam. Em diálogo com perspectivas teóricas que problematizam a separação e a dicotomia entre “natureza” e “cultura” (Descola, 2005; Ingold, 2012), é possível pensar as dinâmicas naturais dos rios internacionais na região amazônica em conexão com as dinâmicas sociais transfronteiriças.

Por último, é possível desenvolver, em trabalhos futuros, o conceito de regimes fluviais de (trans)fronteirização que levem em conta: 1) os “regimes” das águas e das “terras caídas” dos rios em uma perspectiva de tempo e de espaço em movimento; 2) os regimes de fronteira (estatais e não estatais) (Domenech; Dias, 2020) que definem, produzem, controlam, fiscalizam, deixam passar e transgridem os limites entre legal e ilegal, nacional e estrangeiro, identidade e alteridade, como podemos ver nas negociações, cumplicidades e tensões entre “brasileiros”, “peruanos” e “colombianos” nas práticas econômicas de extração, tratamento, circulação e comercialização de madeiras, pescado e cocaína; 3) os regimes de mobilidade (Glick Schiller; Salazar, 2013) de pessoas, animais, mercadorias, objetos, símbolos que transitam em diferentes embarcações e que movimentam as dinâmicas sociais dos rios e das cidades de fronteira.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C; PAIVA, Luiz Fábio. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru). *Revista Ambivalencias*, v. 3, n. 5, p. 115-148, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/3927/3290>. Acesso em: 12 out. 2017.
- AMAZONAS ATUAL. Operação apreende 600 quilos de droga e prende cinco no rio Solimões”, 2020. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/operacao-apreende-600-quilos-de-droga-e-prende-cinco-no-rio-solimoes/>. Acesso em: 12 out. 2017.
- APONTE-MOTTA, Jorge. Comercio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Letícia y Tabatinga. In: ZÁRATE, Carlos et al. *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas em Amazonia*. Letícia: Universidad Nacional de Colombia sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones – Imani, p. 205-235, 2012.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Dados por municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. Lei Nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 15 out. 2017.

CAMPOS, Ana Paulo Mello. Dilemas da maternidade: assistência a grávidas na rede de saúde municipal de Benjamin Constant-AM, Monografia. Universidade Federal do Amazonas, Instituto Natureza y Cultura-Benjamin Constant, 2012.

CARDIN, Eric Gustavo. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai, *Geopolítica(s). Revista de espacio y poder*, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012. http://dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP.2012.v3.n2.40041. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/download/40041/40397/>. Acesso em: 12 out. 2017.

COLOMBIA. Departamento Amazonas. *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE). Disponível em: <https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Inversiones%20y%20finanzas%20pblicas/Amazonas%2015.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Giovanni França. Esquemas de fronteira em Corumbá (MS): negócios além do legal e ilegal. *Dilemas: Revista De Estudos De Conflito E Controle Social*, v. 7, n. 2, p. 207-232, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7216/5805>. Acesso em: 12 out. 2017.

CUNHA, Euclides. À margem da história. In: COUTINHO, A. (Org.). *Euclides da Cunha*: obra completa, v. II. Rio de Janeiro: Aguilar, 1996.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1, artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.

DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo. Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e Caribe. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 40-73, set./dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/15174522-108928>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/15174522-108928/59327>. Acesso em: 12 out. 2017.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 1997.

GLICK SCHILLER, Nina; SALAZAR, Noel. Regimes of mobility across the globe, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 39, n. 2, p.1-18, 2013. <http://dx.doi.org/10.1080/1369183X.2013.723253>. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Nina-Glick-Schiller/publication/256049169_Regimes_of_Mobility_Across_the_Globe/links/55eefe7808aedecb68fd8e46/Regimes-of-Mobility-Across-the-Globe.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

HAESBAERT, Rogério. Multi/transterritorialidade e “contornamento”: do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. FRAGA, Nilson Cesar (Org.). *Territórios e fronteiras: (re) arranjos e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2011.

HIRATA, Daniel Veloso. Letalidade e ilegalismo de negócios em uma tríplce fronteira sul-americana: primeira aproximação. *Revista Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Edição Especial n. 3, p. 173-197, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/23487/20909>. Acesso em: 12 out. 2017.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832012000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2017.

MARTINS, José de Souza. *A fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVAR, Jose Miguel; MELO DA CUNHA, Flávia; ROSA, Patrícia. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. *Revista TOMO*, Sergipe, v. 26, p. 123-163, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5269088>. Acesso em: 12 out. 2017.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. Mobilidade humana na tríplce fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 183-196, mai-ago. 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Lbg7prXtTYfYx4BKMgsDkxk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2017.

PAIVA, Luiz Fábio. As dinâmicas do mercado ilegal da cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 99, p. 1-19, 2019. <https://doi.org/10.1590/349902/2019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MnH57mtDTqQwzgvB8LhXMnz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2017.

PERÚ. Distrito del Yavarí. Datos del Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI). Disponível em: <http://www.muniramoncastilla.gob.pe/portal/index.php/nuestros-distritos/yavari>. Acesso em: 12 out. 2017.

PERÚ. Ministerio del Ambiente. *Compendio de la Legislación Ambiental Peruana*, v. 1. Disponível em: <https://sinia.minam.gob.pe/download/file/fid/39058>. Acesso em: 12 out. 2017.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este*: vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. 334 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133968/mod_resource/content/1/Rabossi.Nas%20ruas%20de%20Ciudad%20del%20Este.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

SOUZA, Alex Sandro; OLIVEIRA, José Aldemir de. Retama Kamatatsuri: campesinos peruanos em Benjamin Constant no Amazonas – Brasil. *Revista Sociedade e Território*, Natal, v. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 61-78, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedade-eterritorio/article/view/7439/6133>. Acesso em: 12 out. 2017.

STEIMAN, Rebeca. Zona de fronteira e cidades gêmeas: uma tipologia das interações transfronteiriças. In: ZÁRATE, Carlos et al. *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en Amazonia*. Letícia: Universidad Nacional de Colombia sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones – Imani, p. 154-166, 2012.

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. *Terra Indígena Vale do Javari*. S./d. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3895>. Acesso em: 12 out. 2017.

VARGAS, Joana; AQUINO, Jania Perla. Garimpos de ouro na fronteira franco-brasileira: conexões entre o legal e o ilegal. *Revista Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Edição Especial n. 3, p. 219-235, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/23931/20911>. Acesso em: 12 out. 2017.

Povos indígenas e os conflitos socioambientais na região transfronteiriça Brasil-Peru

*Rodrigo Reis*¹

*Pedro Rapozo*²

A partir de registros historiográficos, de documentos de órgãos indigenistas, de depoimentos e manifestações indígenas, além da produção acadêmica, desenvolvemos neste texto uma análise das relações estabelecidas entre agentes não indígenas diversos – compreendendo um amplo conjunto de sujeitos, como missionários, representantes de agências governamentais, seringueiros, madeireiros e indigenistas – e indígenas de diferentes grupos étnicos que habitam uma vasta região localizada ao sul do rio Amazonas-Solimões, entre a margem direita do rio Ucayali e do rio Jutáí, e ao norte do rio Juruá.

Tais relações são marcadas por inúmeros conflitos e por diferentes formas de violência contra as populações indígenas, assim como pela formulação e adoção de diversas estratégias de resis-

¹ Docente do Instituto Natureza e Cultura/Universidade Federal do Amazonas. E-mail: roliveiraam@ufam.edu.br

² Docente do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga/Universidade do Estado do Amazonas e coordenador do Núcleo de Estudos Socioambientais (Nesam). E-mail: phrapozo@uea.edu.br

tência dos diferentes povos. A história dessas relações violentas e conflituosas atravessam distintos períodos, desde a atuação missionária e a redução de indígenas em aldeamentos e povoações no período colonial, passando pelos conflitos violentos que permeiam os relatos das comissões demarcadoras de limites entre o Brasil e o Peru, no século XIX, prosseguindo com as diversas formas de violência vinculadas à exploração predatória dos recursos naturais e com as invasões territoriais promovidas por agentes das diferentes frentes econômicas que se voltam a essa região até os dias atuais.

A relação entre as noções de fronteira e de conflitos socioambientais se expressa para além da sua interpretação geopolítica relacionada à formação dos Estados nacionais e à territorialização de recursos e bens naturais, pois é também marcada enquanto fronteiras étnicas (Barth, 1969). Nesse sentido, observamos que as frentes econômicas convergem tanto na definição dos limites nacionais quanto na (re)configuração das fronteiras territoriais, sociais e políticas dos diferentes povos indígenas da região, tendo por base uma diversidade de relações interétnicas em que se desenvolve uma trama de identificações étnicas, nacionais, políticas, de gênero e geracionais.

A configuração territorial e política dessa região fronteiriça deve ser compreendida como resultante da tensão entre o avanço de diferentes frentes econômicas sobre os territórios indígenas e variadas formas de colonialismo interno. A isso se somam os diferentes mecanismos de tutela, os processos de territorialização (Oliveira, 1998; 2018) e as ações de defesa, proteção e resistência dos povos indígenas.

As próximas seções deste texto estão organizadas tendo por base situações históricas e o conjunto de relações interétnicas estabelecidas ao longo do tempo, além de conterem uma avaliação crítica das relações políticas e econômicas que, quando não estimulam, favorecem inúmeras formas de violência. Primeiramente,

apresentamos uma reconstrução histórica das relações e dos conflitos socioambientais que marcaram as relações com missionários, das comissões demarcadoras de limites e dos agentes econômicos, especialmente seringueiros e madeireiros. Na sequência, tomando como recorte temporal o fim da década de 1960, destacamos a atuação indigenista, a formação do movimento indígena do Vale do Javari e o reconhecimento e a demarcação de territórios indígenas em ambos os lados da fronteira. Na terceira seção, abordaremos a atualidade de diferentes frentes extrativistas e agentes econômicos ilegais – como garimpeiros e narcotraficantes – que continuam agindo e dando continuidade ao histórico de conflitos socioambientais nessa região.

Frentes de expansão, fronteiras nacionais e os povos indígenas do Vale do Javari

1.1 Entre missões e a demarcação de limites nacionais

As informações documentais e acadêmicas sobre essa região remetem ao final da primeira metade do século XVII, compreendendo inicialmente o estabelecimento de missões religiosas e os processos de definição dos limites dos domínios coloniais de Espanha e Portugal. No entanto, as informações sobre os indígenas que habitavam o interior do Vale do Javari e suas imediações são praticamente nulas, restritas às fontes sobre os aldeamentos missionários que foram estabelecidos nas proximidades do rio Amazonas. Nos relatos sobre os povos que passaram a ser missionados, destaca-se a presença dos Omágua, mas, nesse conjunto, há também menções a “outros que tinham seu assento de origem nas terras ao sul do [rio] Amazonas, em particular os Mayorúna, Kulína e Waraikú”, que passaram a ser incorporados às missões (Coutinho, Jr., 1998, p.17). A denominação “Mayoruna” será a mais difundida entre os relatos da época, e, ainda que não se refira a um grupo étnico específico,

as informações historiográficas sobre eles servem como referência para a compreensão histórica sobre os Matsés, em particular, e para o entendimento da situação de contato dos povos da família linguística Pano do Javari, em geral.

A ação missionária na região do Alto Amazonas teria começado em 1647, com o frei franciscano Laureano de la Cruz. No entanto, devido à falta de apoio, os franciscanos interromperam a atuação missionária nessa região em 1650, a qual foi retomada somente em 1686, quando foi designado o padre jesuíta alemão Samuel Fritz para missionar entre os Omágua.

Em 1708, com o intuito de aumentar o domínio português no Amazonas, foi emitida uma Carta Régia que determinava a expulsão dos missionários espanhóis do Alto Solimões. Em decorrência, parte das missões formadas por Samuel Fritz foram assumidas por religiosos carmelitas e os aldeamentos jesuíticos foram deslocados para o ocidente. As informações sobre os chamados Mayoruna passam a ser encontradas nos relatos de aldeamentos missionários estabelecidos em território sob controle espanhol, a exemplo da redução jesuítica chamada San Ignacio de Barbudos, no rio Huallaga (Calixto Méndez, 1985; Coutinho Jr., 1993). Coutinho Jr. (1993; 1998) também se refere à formação do bairro San Fernando de los Mayorunas (em 1757), na redução San Joaquín de Omaguas, e à composição de outra redução, conhecida como Nuestra Señora del Carmen de Mayorunas (em 1761). A formação dessas reduções, ocorridas no século XVIII, teria deslocado outros grupos identificados também como Mayoruna do interior da região entre o baixo rio Ucayali e o rio Javari para as margens do Alto Amazonas.

O século XVIII foi marcado pela disputa fronteira entre portugueses e espanhóis, principalmente com a viagem do padre jesuíta Samuel Fritz até Belém. Nesse contexto, os portugueses empreenderam ataques às reduções jesuíticas e fizeram “avançar a fronteira entre as duas colônias até a boca do rio Javari, onde até

hoje se conserva” (Coutinho Jr., 1993, p.105). Predominou nesse período a ocupação e o controle das áreas dos grandes rios próximos à bacia do rio Javari – no caso, o Ucayali e o Marañon, no Peru, e o Solimões, em território brasileiro –, ocasionando o encontro dos colonizadores com indígenas identificados como Mayoruna (CEDI, 1981, p.15).

O rio Javari começou a ser mais bem conhecido em meados do século XVIII, isto é, após o Tratado de Madrid (1750), e no contexto de expansão do domínio português para essa região. Em 1751, missionários portugueses fundam a povoação São José do Javari, a qual tinha finalidades de controle alfandegário. Quatro anos depois, em 1755, os missionários são substituídos na administração alfandegária e se estabelece a capitania com o mesmo nome do povoado. Em 1766, estabelecem um destacamento numa localidade denominada Tabatinga, onde também estava se formando um povoamento com o nome de São Francisco Xavier da Tabatinga. Em 1770, foi erguido um forte militar nessa localidade. Após o Tratado de Santo Idelfonso (1777), serão realizadas as primeiras expedições no rio Javari com fins de demarcação de limites entre os domínios de portugueses e espanhóis. Assim, entre 1781 e 1787, engenheiros e astrônomos portugueses exploram esse rio, tendo, em 1787, subido até a junção com o trecho que passa a ser denominado Jaquirana (Coutinho Jr., 1998; 2017).

Em meados do século XIX, passa-se a ter mais conhecimento sobre os grupos indígenas da bacia do Javari em decorrência dos registros de viajantes e naturalistas, da atuação de regatões e da procura de produtos naturais como o cacau, a salsaparrilha, o óleo de copaíba, a baunilha, as castanhas, as tartarugas e vários tipos de gomas e resinas. Denominado como “período da coleta e pesca comerciais” (CEDI, 1981), os acontecimentos que se seguem caracterizam o início de uma nova situação histórica, marcada pela “penetração em rios nunca antes explorados, e trazendo consigo

novos agentes de contato, [...] os regatões e os extratores de ‘drogas do sertão’”, os quais passaram a dominar as relações com os grupos indígenas dessa região, que eram considerados tanto mão de obra indispensável para a obtenção dos produtos florestais quanto obstáculo para a atividade extrativista, tendo em vista os conflitos decorrentes da entrada de extratores nos territórios indígenas (Coutinho Jr., 1993, p. 152-153).

Quanto à atividade de comércio promovida pelos regatões, deve-se considerar que ela já era praticada no período das missões jesuíticas, no entanto, o que diferenciaria essa nova situação era o domínio que esses agentes passaram a exercer no contato com os indígenas.

Apesar de o rio Javari ser rico nesses produtos, os exploradores que subiam o rio Solimões em expedições pelos rios Japurá, Juruá e Jutai o evitavam, devido às enfermidades e aos ataques dos índios. Relatos como os de Spix & Martius (1976), referindo-se aos Mayoruna, retratam a gravidade desses ataques e atribuem a eles um comportamento beligerante, que os tornava temíveis por viajantes e extratores dos produtos naturais.

Além das expedições em busca dos produtos naturais acima mencionados, propiciaram o conhecimento sobre o curso do Javari as navegações de comissários encarregados da demarcação dos limites entre o Brasil e Peru no período de 1866 a 1897, uma vez que, por meio da Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites, celebrada em 1851, ficou acertado entre os dois países que o rio Javari, em todo o seu curso, serviria como divisa entre ambos (CEDI, 1981; Coutinho Jr., 1998; 2017).

Há relatos sobre ataques de indígenas cometidos contra as três comissões de demarcação de limites. No primeiro, em 1866, os Mayoruna feriram mortalmente o capitão-tenente João Soares Pinto, enquanto o geógrafo peruano Paz Soldán sobreviveu ao ataque, porém teve uma perna amputada. O ataque ocorreu pouco

acima da “Boca do Batã”, afluente direito do Alto rio Jaquirana. Os trabalhos de demarcação de limites entre os dois países ficaram paralisados até 1874, quando uma comissão mista que, dentre outros, contou com a participação do Barão de Tefé, penetrou novamente no Javari. Os relatos dessa comissão registram o enfrentamento de doenças como a malária; a fome; a necessidade da colocação de estacas; e a construção de barragens articuladas aos ataques empreendidos por indígenas. Em resposta aos ataques, os membros da comissão perseguiram e atiraram contra indígenas. Em 1897, a terceira comissão encontra uma paisagem já modificada pela atuação de seringueiros e caucheiros, sendo registrada a presença de barracões nas cabeceiras do rio Javari. Relatos dessa comissão também narram perseguições e ataques por indígenas, ao qual teriam escapado com tiros de fuzil (Jobim, 1943; Calixto Méndez, 1985; Coutinho Jr., 1998; 2017).

No final de 1899, Brasil e Bolívia formalizaram um protocolo, e uma nova comissão mista de limites foi encarregada de verificar a verdadeira posição geográfica da nascente do rio Javari. Os trabalhos foram desenvolvidos de abril a outubro de 1901. Ao longo da subida desse rio, vários integrantes da comissão contraíram malária e beribéri, estando a parte brasileira reduzida, ao chegar à foz do Batã, a três oficiais e 21 soldados. A solução encontrada pelo comissário brasileiro, Luiz Cruls, “para evitar o confronto com os indígenas foi explodir uma ou duas bombas de dinamite nos acampamentos para mantê-los afastados do pessoal da comissão” (Vergara, 2010, p. 358).

Dois anos mais tarde, como parte do trabalho da Junta de Vías Fluviales, o curso do rio Javari foi novamente levantado até as suas últimas cabeceiras por engenheiros e militares peruanos. Em 1903, eles teriam concluído os trabalhos e alcançado a determinação dos seus rumos, distâncias e posições geográficas. Por fim, em cumprimento aos termos do Tratado do Rio de Janeiro (1909), uma

nova comissão mista foi constituída para a demarcação definitiva da fronteira, sendo realizada uma nova exploração do rio Javari no ano de 1926 (Coutinho Jr., 2017, p. 60).

As explorações das comissões de reconhecimento e demarcação de limites resumidamente relatadas anteriormente coincidem com o período inicial de exploração da borracha na região, que entre os anos de 1898 e 1920 viveu sua época de extração intensiva, “durante a qual os territórios indígenas foram quase integralmente devassados e as populações nativas implacavelmente perseguidas”. Além dos conflitos agudos, alguns indígenas “mantiveram também, coetaneamente, ocasionais relações de trabalho com caucheiros e seringueiros” (Coutinho Jr., 2017, p. 44).

1.2 A frente econômica da borracha

Durante o *boom* da borracha, o Vale do Javari foi penetrado principalmente por três frentes: uma que vinha do rio Amazonas e penetrava a região pela foz dos rios Javari, Jandiatuba e Jutai; a segunda, que adentrava a região vindo do oeste, pelo rio Ucayali e seus afluentes; e uma terceira, que chegava através do rio Juruá, ao sul. Inicialmente, as cabeceiras teriam sido ocupadas por caucheiros, substituídos, posteriormente, com a dilapidação das árvores de caucho na bacia do Javari, por seringueiros brasileiros que avançavam do baixo curso dos rios (Coutinho Jr., 1998; 2017).

Relatos da comissão de limites de 1897 indicam forte povoamento do rio Javari até a boca do rio Itacoai e a existência de um serviço regular de navegação até o povoado de Remate de Males, nas proximidades da foz desse mesmo rio. No período de cheia, os vapores alcançavam o rio Curuçá. Entre a foz do Curuçá e o Galvez, a navegação era realizada em lanchas (Coutinho Jr., 1998; 2017).

Alguns documentos registram os nomes de comerciantes e proprietários de áreas de exploração do caucho na bacia do rio Javari,

dentre os quais há o registro da atuação, na década de 1890, de Julio Cesar Arana, que viria a se tornar muito conhecido pelo poder e pelas atrocidades cometidas depois no rio Putumayo, em 1890, quando firmou sociedade com Juan Vega e constituiu a empresa Vega & Arana. Mais tarde ele se uniu, em 1892, à firma francesa Mourraille, Hernández, Magne & Cia para fazer negócios no Javari, abrindo um escritório no povoado de Nazareth, na margem esquerda do rio. Tal sociedade teve um importante papel no financiamento de caucheiros que atuavam nesse rio (Santos-Granero, Barclay, 2002; Lagos, 2005). Houve também a atuação de extratores colombianos no Javari, entre as décadas de 1870 e 1910, registrada por Zárate (2008), segundo o qual tal presença decorreu de uma corrente migratória que teve Rafael Reyes e seus irmãos entre os pioneiros, envolveu inicialmente caucanos e boyacenses, atraindo posteriormente colombianos da costa atlântica e dos atuais departamentos Nariño, Huila e Tolima. Em 1903, pelo menos seis seringais relacionados no Javari estavam associados a colombianos (Zárate, 2008, p. 143).

O movimento também era intenso em rios do interior do Vale do Javari, como no rio Curuçá, que em 1880 recebeu centenas de trabalhadores cearenses. No início do século XX, os Kanamari, que habitavam a região do Alto Jutai, foram afetados pelas aberturas de seringais no curso superior desse rio e no Juruazinho, nas proximidades da localidade São Felipe (atual cidade de Eirunepé). Diversos subgrupos Kanamari mantiveram, por algum tempo, uma relação conflituosa com integrantes da frente extrativista, passando posteriormente a se integrar à atividade. Nesse momento ocorreram migrações para seringais no rio Juruá, assim como o estabelecimento de uma maloca no rio Itacoai.

Sem nos alongarmos nos detalhes da atuação dos diferentes grupos de extração e comércio da goma elástica no Vale do Javari, cabe ressaltar a importância econômica e a interligação dessa região com o movimento internacional da empresa gomí-

fera, ao menos até a segunda década do século XX. Tais dados são também fontes importantes para a compreensão da formação de povoados, a exemplo dos já mencionados Remate de Males e Nazareth, que darão origem a alguns dos atuais municípios dessa região fronteiriça; de sua ligação com outras cidades e centros regionais importantes, como Letícia, na Colômbia; e com os grandes centros políticos e econômicos do período da borracha, Manaus e Iquitos.

Relatórios de padres agostinianos instalados na missão Nuestra Señora de Nazareth, analisados por Coutinho Jr., registram o tratamento dispensado aos indígenas durante o período da borracha. Tais relatos assinalam o assassinato de indígenas em caçadas praticadas por caucheiros nas terras da margem brasileira do Javari, assim como o rapto de mulheres e crianças indígenas, que eram depois vendidas para outros habitantes da região. “É muito triste o que ocorre nestes lugares, em que os caucheiros declaram guerra de morte aos infieis; porque eles lhes tiram os víveres em algumas ocasiões, os brancos creem-se no direito de se apoderar não somente de suas roças, mas também das mulheres e filhos” (apud Coutinho Jr., 2017, p. 71). A esse tráfico de indígenas os missionários atribuem a redução da população nativa à margem dos rios do Vale do Javari e a sua recusa ao contato com os habitantes regionais (Coutinho Jr., 2017, p. 72).

Assim, no auge do período da borracha, indígenas da região, como os Matsés (Mayoruna), sofreram diversas formas de violência e espoliação, tendo muitos sobrevivido através da evasão do rio Javari, refugiando-se nos interflúvios, evitando a presença nas principais rotas de exploração e comércio da borracha e, conseqüentemente, os conflitos com os não índios. Não foram encontradas menções a malocas ou a grupos que poderiam ser Matsés nos documentos elaborados por aqueles que exploraram o Javari nessa época (CEDI, 1981; Romanoff, 1984).

Romanoff (1984), a partir de relatos dos informantes mais velhos, esboçou uma imagem da vida dos Matsés na passagem do século XIX para o XX e concluiu que foi justamente evitando o contato que eles preservaram a sua autonomia e evitaram a escravidão e a extinção completa. Para Matlock (2002, p. 19), tanto a fuga quanto o enfrentamento violento são formas de resistência e servem ao mesmo propósito: preservar modos de vida familiar. De outra forma, para esse antropólogo, a evasão também pode ser compreendida como um estilo de acomodação, porém uma acomodação em que não há o mesmo risco como na resistência pelo enfrentamento.

1.3 A exploração madeireira

A exploração madeireira na região emergiu como alternativa à crise do preço da borracha a partir da década de 1920, transformando a economia regional, que passou a ser centralizada na extração e no beneficiamento desse recurso florestal. Essa nova frente econômica consistia em uma atividade muito mais predatória que a da extração do látex das seringueiras, que ocorria principalmente ao longo das várzeas. Os madeireiros adentravam a floresta em busca de áreas de terra firme através dos pequenos igarapés, atingindo populações indígenas que até então haviam conseguido se manter distantes da frente da borracha (CEDI, 1981; Shelton et. al., 2013).

Entre 1921 e 1946, grupos Matsés realizaram ataques contra outros povos indígenas e contra não índios que continuavam habitando o entorno de seu território. Esse período de “pilhagem” e “combate disseminado” prolongou-se até meados do século XX, quando se estabeleceram unidades militares, brasileiras e peruanas nas proximidades da confluência dos rios Galvez e Jaquirana. Assim, entre as décadas de 1940 e 1960, a expansão da atividade madeireira e o comércio de carne e pele de animais da floresta coin-

cidou com a criação do pelotão de fronteira peruano Angamos (em 1947) e dos pelotões de fronteira brasileiros Estirão do Equador e Palmeiras do Javari (ambos criados em 1955) (Coutinho Jr., 2017).

O recrudescimento da extração de madeira no Vale do Javari, associado aos ataques indígenas às turmas madeireiras, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950, influenciaram diretamente nas relações interétnicas entre os indígenas e os moradores das cidades de Atalaia do Norte e Benjamin Constant. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, que esteve na região do Alto Solimões em 1959 e 1962 para a realização de pesquisa entre os Tikuna, registrou depoimentos que indicam esse clima de medo e violência. “Os atritos entre índios e brancos nos rios Curuçá e Quixito, áreas receptoras de vultosos investimentos das empresas sediadas em Benjamin Constant, têm servido para alimentar a desconfiança, o medo, quando não o ódio, da população brasileira na fronteira” (Oliveira, 1981, p. 32).

Segundo Cardoso de Oliveira (1981), José Veiga, um dos grandes proprietários, e à época deputado estadual, “sofreu grande prejuízo com as correrias do rio Quixito, tendo de acabar com seus seringais naquele rio e com sua firma comercial e madeireira em Atalaia do Norte”. Ele teria atuado como “um dos líderes de um movimento tendente a envolver o próprio exército para pôr cobro às pilhagens” (Oliveira, 1981, p. 32). Um dos argumentos era de que os ataques dos indígenas estariam relacionados à suposta presença de soldados peruanos entre eles. Cardoso de Oliveira (1981) e Coutinho Jr. (1998) registraram ações violentas contra os indígenas que contaram com a participação direta de militares brasileiros, as quais resumimos aqui: em 1956, os indígenas conhecidos como “Maya”, habitantes do igarapé Amburus, foram exterminados por uma correria; dois anos depois, em 1958, uma tropa do recém-criado Pelotão Especial de Fronteira Estirão do Equador participou de uma expedição punitiva aos índios que habitavam o divisor de água

dos igarapés Flecheira e Santana e o rio Negro; e, em 1960 ou 1963, malocas foram destruídas em uma ação militar do Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF).

Romanoff (1984) registrou que, em 1964, roças e malocas de Matsés que habitavam o rio Galvez foram destruídas por bombardeio aéreo de militares peruanos. Sobre tal prática, Oliveira (1981) registrou anos antes que era “voz corrente na fronteira dizer-se que no Peru são usados aviões para bombardear aldeias indígenas, de grupos hostis” e que também “a aplicação da receita peruana chegou a ser considerada nos meios militares brasileiros. Caso isso realmente fosse concretizado seria fato único (e insólito) na história das relações entre índios e brancos no Brasil” (Oliveira, 1981, p. 33).

Ainda que não tenhamos registro de bombardeios empreendidos por militares brasileiros contra indígenas dessa região, lembramos da utilização de dinamites por uma das comissões demarcadoras de limites, citada anteriormente, e, como veremos mais adiante, o uso desses explosivos marcará as ações de estudo e prospecção de petróleo e gás da Petrobras na década de 1980.

É também em meados da década de 1960 que se iniciam as notícias de conflitos com um dos povos indígenas do interior do Vale do Javari, à época considerados “arredios” e atualmente tidos como de recente contato pela Fundação Nacional do Índio (Funai): os Korubo. Coutinho Jr. (1998) registra como primeiro conflito o ataque de indígenas contra empregados de Flávio Azevedo no ano de 1965, no igarapé Marubo. Na oportunidade, os indígenas mataram três homens. Três anos depois, um novo ataque foi atribuído aos Korubo, dessa vez à casa de um seringueiro na localidade “Volta do Perigo”, situada na margem esquerda do rio Itacoáí, em que este foi morto, e uma criança raptada.

Até meados de 1990 foram registrados diferentes “ataques” desse grupo indígena que, de diversas formas, faziam perceber à

população envolvente o território que consideravam seu (Coutinho Jr., 1998, p. 54). Tal situação coincidirá com o início da atuação da Funai na região, que iremos abordar na seção seguinte, juntamente com o processo de organização do movimento indígena e a luta pelo reconhecimento e demarcação de seus territórios.

Movimento indígena e política indigenista: a demarcação de territórios indígenas na fronteira Javari

Em um contexto marcado pela continuidade dos conflitos entre indígenas e não indígenas; pela proposta de construção da Rodovia Perimetral Norte, que atingiria diversos pontos habitados por grupos indígenas isolados; e pelas ações de pesquisa e prospecção de petróleo e gás natural realizadas pela Petrobras, no ano de 1971, a Funai inicia sua atuação no Vale do Javari. Em decorrência da ação da Funai, estreita-se o contato com grupos indígenas que mantiveram relações esporádicas de comércio e aviamento com a sociedade regional durante os anos 1940, 1950 e 1960, além de se consolidar o contato com os Matsés, iniciado por caçadores peruanos e trabalhadores da Petrobras, e a promoção da atração e do contato com os Matis e, mais recentemente, com os Korubo e com os Tsohom-Djapá.

A atuação da agência indigenista brasileira produziu uma vasta documentação, entre relatórios, comunicados, ofícios e estudos para a demarcação, que permite acessar inúmeras informações sobre a atuação das frentes econômicas vigentes, sobre os conflitos entre indígenas e não indígenas e sobre a constituição do campo indigenista no Vale do Javari. A formação desse campo indigenista contará também com a atuação de entidades não governamentais, como a Pastoral Indigenista do Alto Solimões e o Conselho Indigenista Missionário, e, sobretudo, com a organização do movimento indígena do Vale do Javari. Nesse contexto, entre os anos de

1971 e 2001, o quadro de relações interétnicas será fortemente alterado, passando do regime tutelar para uma nova situação de pós-tutela em que os indígenas, a partir de suas próprias organizações, passam a exercer maior controle de decisão e execução das políticas indigenistas, tendo a luta pela demarcação da Terra Indígena como elemento propulsor dessas transformações.

De acordo com Montagner (1980), “em 1969, já oficialmente se toma conhecimento [por parte do governo brasileiro] da complexidade da área e se propõe através do sertanista Raimundo Pio de Carvalho Lima a criação de quatro Postos Indígenas na região abarcada pelos rios Javari, Curuçá, Itacoai e Ituí”. Cavuscens & Neves (1986, p. 10) informam sobre as primeiras propostas de delimitação para a então “Área Indígena do Vale do Javari”: “a primeira, que remonta a 1969, consistiria em um parque indígena localizado entre os rios Ituí e Itacoai incluindo apenas a área de ocupação de dois povos [Marubo e Kanamari]”, e em 1972, teria aparecido, pela primeira vez, uma proposta que abrangia o território de todos os povos localizados no Vale do Javari.

Na década de 1970, a atuação indigenista será marcada pela instalação de postos e subpostos para a atuação de suas equipes em áreas que consideravam estratégicas, dentre as quais, os chamados “Postos Indígenas de Atração” (PIA), característicos da opção pelo estabelecimento da atração e do contato permanente, que predominava na política da Funai. Tais postos provocaram mudanças significativas na ocupação e na distribuição territorial dos povos indígenas do Vale do Javari, que, paulatinamente, passaram a se estabelecer nas imediações das instalações da Funai, muitos deixando de ocupar as áreas interfluviais e se fixando nas margens dos principais rios.

Entre os Matsés, cabe registrar as mudanças decorrentes do estabelecimento de relações não violentas com o Summer Institute Linguistics (SIL), no Peru, iniciado em 1969 após uma série de ten-

tativas dessa organização missionária. Assolados por doenças e com medo de ataques de estrangeiros, o grupo de Matsés que passou a viver em um conjunto de malocas construídas em torno da pista de pouso localizada às margens do rio Choba foi atraído, principalmente, pelo atendimento médico, pelo acesso a bens industrializados e pela proteção contra os ataques dos nacionais (Romanoff, 1984). Pouco depois do contato estabelecido com o SIL, outro grupo se aproximou de um madeireiro peruano e estabeleceu relações com os peruanos da guarnição de Angamos, localizada na confluência do Alto Javari, ou Jaquirana, e do rio Galvez. Outros contatos também foram estabelecidos, dentre os quais, com um missionário católico, com madeireiros, com as equipes de exploração de petróleo no Brasil e no Peru e com agentes da Funai (Romanoff, 1984; Matlock, 1998; 2002). De acordo com Matlock (1998, p. 34), o grupo de Matsés que fez contato com o SIL em 1969 era pequeno, no entanto, desde que se estabilizou, outros grupos se dirigiram para o Alto Choba, dentre eles, famílias que habitavam quatro malocas no Brasil.

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreram as primeiras atividades voltadas à exploração petrolífera no Vale do Javari através da já citada atuação da Petrobras no Brasil (Calixto Méndez, 1985; Coutinho Jr., 1998; 2017). Já no Peru, as companhias ARCO e SEXPET também realizaram explorações na área habitada pelos Matsés (Calixto Méndez, 1985, p. 13). Assim, além da Funai, o SIL, os exércitos, brasileiro e peruano, e as companhias petrolíferas compuseram o quadro das relações interétnicas dos povos do Vale do Javari.

As ações de prospecção realizadas pela Petrobras compreendiam a abertura de picadas e inúmeras detonações com dinamite para pesquisa sismográfica (CEDI, 1981; Coutinho Jr., 1993). Em um caso relatado por indígenas do povo Matsés e por um ex-funcionário de uma das companhias que prestaram serviços para a Petrobras, os explosivos também foram utilizados para “amansar

os índios”. Assim, após fugas e eventuais confrontos na região conhecida como Alto Jaquirana, a utilização de explosivos amedrontou um segmento do povo Matsés, forçando-o a estabelecer “contato pacífico” com os trabalhadores da companhia.

Na década de 1970, durante a ditadura de Juan Velasco Alvarado (1968-1975), foram criados organismos e leis voltados aos direitos indígenas no Peru. Em meados de 1974, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 20653, Ley de Comunidades Nativas y de Desarrollo Agropecuario de las Regiones de Selva y ceja de Selva, a primeira norma mediante a qual o Peru republicano reconheceu direitos às comunidades indígenas amazônicas. Essa lei definiu “el carácter inalienable, imprescriptible e inembargable de la propiedad territorial de las comunidades nativas”, em concordância com os princípios vigentes desde a Constituição peruana de 1933. Do mesmo modo, reconheceu a existência legal e a personalidade jurídica dessas comunidades e estabeleceu a possibilidade de elas ampliarem suas terras no caso de elas serem insuficientes; definiu o papel dos órgãos do governo para a resolução de conflitos de natureza civil; e atribuiu ao Estado a promoção da educação integral e a capacitação permanente nos campos organizativo e de administração comunitária e também no campo técnico agropecuário e florestal (Chirif, Hierro, 2007; Fontenoy, 2012; Reis, Ramos, 2018).

Justamente nesse período, precisamente em 1973, ocorre o primeiro ato de reconhecimento da Comunidad Nativa Matsés. Mediante a Resolución n.º 441-DZA-VIII-73, foi reservada uma área de 344.687 hectares entre os rios Galvez e Jaquirana com o propósito de garantir a posse imemorial exercida pelos Matsés. Vinte anos mais tarde, em 1993, “Como resultado del trabajo de CEDIA, todos los asentamientos del pueblo Matses, alrededor de 20, fueron considerados como una sola comunidad” (Chirif, Hierro, 2007, p. 187), oficializada como Comunidad Nativa Matsés. Em 1997, a população dessa comunidade nativa e o CEDIA (Centro para el Desarrollo del

Indígena Amazônico) apresentaram uma proposta para a criação da Reserva Comunal Matsés, com uma área de 420.635ha. Atualmente, na região do alto curso do rio Javari e de seus afluentes da margem esquerda, existem os seguintes territórios reconhecidos pelo estado peruano: Comunidad Nativa Matsés, com superfície de 452.735 hectares; Comunidad Nativa Matsés Ampliación, cuja demarcação foi aprovada pela Resolución Directoral n.º 145-2012-GRL-DRA-L, com superfície de 60.061 hectares; e a Reserva Nacional Matsés, criada pelo Decreto Supremo n.º 014-2009-MINAM, na zona contígua à da comunidade nativa, com 420.635 hectares” (Coutinho Jr, 2017, p. 33).

Nos anos de 1983 a 1985, a Petrobras atuou nos territórios de povos isolados dos rios Jandiatuba e Itacoaí, causando uma série de confrontos que resultaram em mortes de indígenas e de trabalhadores a serviço dessa empresa (CEDI, 1984; Reesink, 1996). Cabe ressaltar que a atuação da Petrobras nessa região na década de 1980 não era um fato isolado, mas se situava como uma das frentes para “ampliar as reservas nacionais e a sua extração, num tempo em que a crise de petróleo da década anterior ainda estava bem presente e a problemática da balança de pagamentos exteriores também era considerada como prioritária” (Reesink, 1996, p. 520). Relatos sobre ataques e mortes, assim como a denúncia sobre as operações do governo para silenciar as situações de violência, foram feitos por indigenistas que atuavam na região e publicados na edição de 1984 de Povos Indígenas no Brasil (CEDI, 1984). Também em 1984, relatórios e memorandos da Funai denunciavam que ações da Petrobras desrespeitavam as normas estabelecidas em um convênio firmado em 1982 e solicitavam a reformulação do convênio ou mesmo a completa interrupção das ações da empresa.

Nesse ano, a presidência da Funai determinou a desocupação da área do rio Itacoaí, em decorrência do assassinato do sertanista Lindolfo Nobre Filho e do funcionário da Companhia Brasileira de

Geofísica, João Praia Caldas. Esses assassinatos, atribuídos aos índios Korubo, ocorreram em 4 de setembro de 1984. No ano seguinte, 1985, essa agência governamental organizou um grupo de estudos para atualizar as informações sobre a realidade local, tendo em vista a interdição oficial da área indígena. Assim, em 1985, foi realizado o levantamento etnográfico e fundiário do Vale do Javari, que forneceu à Funai informações para agilizar o processo de delimitação da área, cabendo-lhe ainda o reconhecimento de algumas áreas para verificar a ocupação de grupos isolados.

Nesse mesmo ano, através da portaria do presidente da Funai de n.1849/E, de 8 de abril, a área brasileira do Vale do Javari foi reconhecida como “Área Indígena Vale do Javari” e interditada pelo governo brasileiro, que determinou a imediata retirada das equipes de trabalho da Petrobras, assim como de todos os “invasores” que se encontravam na Terra Indígena. Apesar dessa interdição, o governo brasileiro não adotou nenhuma política de proteção e fiscalização, e as atividades exploratórias continuaram.

Relatórios e comunicações de indigenistas e antropólogos a serviço da Funai dos anos de 1987 e 1988 registram o descumprimento da interdição da área e a forte atuação de madeireiros no Vale do Javari. O ano de 1989 é marcado pelas notícias do massacre de índios Korubo e por alguns outros eventos que refletem a movimentação em torno da demarcação da Terra Indígena e a defesa dos povos indígenas do Vale do Javari, em especial o desenvolvimento de políticas de proteção para os povos isolados: em setembro de 1989, a Coordenadoria de Índios Isolados da Funai apresentou o projeto Proteção Etno-Cultural e Preservação Ambiental do Alto Solimões-Amazonas, que previa a instalação de cinco postos de vigilância às margens dos principais rios do Vale do Javari; a formação de uma equipe de localização; e o estabelecimento do Núcleo de Apoio em Atalaia do Norte. Nesse ano também teve início a atuação da Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões na região, sob a coordena-

ção do padre Joseney Lira; e – um fato que indica a existência de tensões entre organizações e indivíduos que atuavam na região na época – a Polícia Federal e a Funai expulsaram a equipe do indigenista Sílvio Cavuscens da área do Alto Curuçá, quando acompanhava lideranças Marubo da aldeia São Sebastião em um trabalho de articulação política dos indígenas dos rios Ituí e Maronal.

Durante toda a década de 1990 se desenvolveu o processo de mobilização e organização da luta pela demarcação da Terra Indígena Vale do Javari (TIVJ), processo esse que contou com o apoio de diversas entidades, como a Pastoral Indigenista da Diocese do Alto Solimões, a Opan (Operação Amazônia Nativa, anteriormente Operação Anchieta), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a entidade suíça Terre des Hommes. As lideranças indígenas que participaram desse processo destacam o período de mobilização que resultou na criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja) e a atuação de parceiros (Matos, 2006; Reis, 2019).

O período de luta pela demarcação da TIVJ, especialmente entre os anos de 1992 e 1999, é marcado também pelas recordações dos conflitos provocados pelas reações de políticos e empresários locais, sobretudo madeireiros, contrários à reivindicação dos indígenas. Jorge Oliveira Duarte Marubo (doravante Jorge Marubo) presenciou a I Assembleia do movimento indígena, realizada na aldeia São Sebastião (rio Curuçá) em 1992, e quando foi levado para estudar e morar em Benjamin Constant passou a ter contato direto com as ações do movimento. Ele se recorda das “ameaças dos madeireiros, dos pescadores” e de outras manifestações violentas contra as lideranças indígenas e seus aliados, como as que ocorreram em uma mobilização contra a demarcação organizada por políticos locais: “[...] Aí a população ficou revoltada: com espingarda, com terçado, cercaram o Darcy, o Clóvis, o padre Joseney, Eron Bezerra [deputado estadual], eu também estava lá” (Jorge Marubo, 11/10/2018).

Alguns documentos do ano de 1993 atestam a manifestação contrária de empresários e políticos das cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga, como o documento intitulado “Ata do Alto Solimões pela justa demarcação das Terras do Vale do Javari”, de 3 de abril, assinado por prefeitos e vereadores dos três municípios, por deputados federais e estaduais e por empresários; e o “Ofício n.º193/93-GPMBC”, datado de 13 de setembro, expedido pelo Prefeito de Benjamin Constant, o Sr. Floriano Ramos Graça, ao presidente da Funai. Ambos os documentos questionam o tamanho proposto para a demarcação e a interdição da área para exploração. Além do registro do posicionamento de agentes contrários à demarcação, serve-nos como registro da presença e da atuação de madeireiros, seringueiros e pescadores no Vale do Javari, mesmo após a interdição da área pela Funai. Segundo consta, havia 176 seringais (com registros cartoriais); 600 famílias, das quais 500 eram de madeireiros e 100 seringueiros; e 2.400 pescadores cadastrados no Ibama e em associações locais da região.

A elaboração definitiva do laudo antropológico para a demarcação da TIVJ ficou a cargo do antropólogo Walter Coutinho Júnior, tendo a sua aprovação finalizada em 1998. A partir de então, o movimento indígena Vale do Javari passou a se mobilizar para a garantia da demarcação física da Terra Indígena. Essa etapa ocorreu entre 1999 e 2000 e foi coordenada pela Funai, por meio do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), com a participação das lideranças indígenas.

O processo de construção da política de atenção à saúde, assim como a contratação de não indígenas para trabalhar na demarcação física da TI por intermédio do PPTAL/Funai produziram importantes alterações no quadro das relações interétnicas. A partir de alguns aspectos das trajetórias das lideranças tem sido possível identificar uma série de transformações na política indígena no Vale do Javari e a crescente presença nos mais diversos espaços de

tomada de decisão, além da execução de políticas governamentais voltadas a esses povos (Reis, 2019).

Não obstante o fortalecimento das organizações indígenas, tanto no Brasil quanto no Peru, com a conquista do reconhecimento e da demarcação dos territórios indígenas, com a ampliação das políticas de educação e saúde e com a crescente atuação em espaços de formulação, decisão e execução de políticas públicas, os conflitos socioambientais perduram nessa região. Como veremos na próxima seção, tais conflitos estão associados a movimentos econômicos internacionais, como a exploração de recursos hidrocarbonetos a continuidade da exploração madeireira na região ou as atividades econômicas ilegais, como o garimpo e o narcotráfico.

A atualidade dos conflitos socioambientais na região

No Peru, assim como no Brasil, há uma grande diversidade de povos ou segmentos de “pueblos indígenas aislados” e outros considerados em situação de contato inicial, na sua maioria localizados, atualmente, ao longo da fronteira com o Brasil (Brackelaire, 2006; Shelton et al., 2013). Formalmente, existem cinco Áreas Naturales Protegidas (ANP) e cinco Reservas Territoriales, que correspondem às áreas de presença e deslocamento de “isolados”. As Áreas Naturales Protegidas e as Reservas Territoriales diferem das Comunidades Nativas estabelecidas aos povos indígenas em contato permanente com a sociedade nacional e organizados politicamente através de associações indígenas. De acordo com os participantes do I Encontro Internacional sobre Povos Isolados, realizado em 2005 na cidade brasileira de Belém-PA, essas reservas territoriais

tienen como finalidad establecer un área en reserva que asegure la tenencia de sus tierras, con la idea de que una vez que se produzca el contacto y se defina su tipo de asentamiento,

con mayor integración con el resto de la sociedad nacional, puedan ser formalizados con un título de propiedad dichos territorios, garantizando de esta manera su derecho ancestral sobre el hábitat que ocupan (Brackelaire, 2006, p. 46).

No entanto, apesar da existência formal dessas reservas territoriais para “pueblos indígenas aislados”, o Estado peruano tem sido criticado por não proteger efetivamente as áreas de ocupação desses povos, provocando uma extrema vulnerabilidade dos seus direitos essenciais devido à invasão por extratores ilegais e à concessão para exploração petrolífera (Brackelaire, 2006; Nascimento, 2006; Balbín, 2010).

A respeito de recentes processos de concessão de lotes para a exploração petrolífera no Peru, em 2008, decretos legislativos foram ditados excepcionalmente pelo presidente Alan Garcia, determinando o processo de implementação de um Tratado de Livre Comercio (TLC) entre Peru e Estados Unidos. De acordo com manifestantes contrários à ação governamental, dentre os quais se destaca a Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSEP), esse conjunto de leis facilita a entrada de investimentos estrangeiros para a exploração dos recursos hidrocarbonetos da selva peruana, desrespeitando os direitos territoriais de povos ancestrais da floresta.

Apesar dos protestos de organizações indígenas aliadas às organizações não governamentais, tanto em nível local quanto internacionalmente, lotes concedidos à exploração petrolífera estão sobrepostos a territórios ocupados por povos indígenas considerados em situação de contato – como os Matsés – e por povos em situação de isolamento. A exemplo disso, um desses lotes (Lote 135) está situado em uma área que tem sido reivindicada como reserva para proteger os índios isolados, enquanto o Lote 137 se sobrepõe ao território da Comunidad Nativa Matsés.

Diante das ameaças à integridade de seus territórios promovidas pela concessão de exploração petrolífera, os Matsés que vivem em comunidades distribuídas nos dois lados da fronteira passaram, a partir de 2009, a promover Reuniões Binacionais Matsés Brasil-Peru (Reis, 2015). Como resultado dessas reuniões, foram produzidos diversos documentos que passaram a se constituir como instrumentos de manifestação dos Matsés e de seus aliados. No documento final da primeira reunião, realizada em 2009 na Comunidade Nativa Matsés (Peru), os indígenas expressaram seu rechaço:

Rechazar el ingreso de las empresas hidrocarburíferas al interior del territorio ancestral Matsés, así como todo tipo de actividad, taller, reunión etc., relacionada al tema petrolero. El pueblo indígena Matsés del Perú, exige al gobierno peruano la eliminación de los lotes petroleros 135, 136, 137, 142 y 152 creados sobre el territorio ancestral Matsés, así como la anulación de todos los contratos suscritos entre el Estado Peruano y las empresas petroleras a las que se les asignaron éstos lotes. Todo éste proceso de licitación de lotes petroleros sobre territorio ancestral Matsés, se realizó de manera inconsulta, violando abiertamente lo que estipula el convenio 169 y la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas (Comunidad Nativa Matsés, 2009).

Nos anos seguintes, prosseguiram as reuniões e os manifestos acerca da exploração petrolífera, a exemplo da “Carta aberta dos povos do Vale do Javari sobre a ameaça de projetos petroleiros no Brasil e Peru”, da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Unijava), emitida em agosto de 2013. Dessa carta destacamos a seguinte passagem, em que se reitera a reivindicação de paralisação das ativida-

des petrolíferas nos territórios indígenas e se expressa a memória das lideranças indígenas das violências sofridas no passado:

Repudiamos qualquer proposta que possa impactar ambientalmente e socialmente nosso território e nossos povos. Não aceitamos o recente anúncio do leilão da Agência Nacional do Petróleo – ANP para área no rio Juruá, próximo a nossa terra e de nossos parentes isolados. Também não aceitamos os projetos petroleiros do governo peruano na região do rio Jaquirana, pois afetam índios isolados de ambos os países e a terra tradicional do povo Matsés, na fronteira Brasil-Peru, com poluição dos mananciais e do próprio rio Javari, que afetará não somente os indígenas, mas as populações ribeirinhas que vivem na margem dele.

[...] Exigimos que o governo federal nunca tome decisão sobre o Vale do Javari sem antes nos consultar, principalmente no que diz respeito a qualquer projeto que impacta a terra indígena do Vale do Javari e seus povos [...].

Não queremos repetir a história que a Petrobras cometeu nos anos 70 a 80 na região do Vale do Javari, que destruíram nossas malocas, roças, dinamitaram nossos lagos e igarapés envenenando mananciais, causando morte de vários indígenas, contaminaram nossas aldeias com sarampos e DSTs, acúmulo de lixo na selva do nosso território, danificando a fauna e flora, trouxeram malária para a região. Tudo isso foi acobertado até os dias de hoje. (UNIVAJA, 2013)

Essas reuniões passaram a integrar a agenda de mobilizações de lideranças e comunidades Matsés nos dois países, e, em 2016, conquistaram o fim do contrato de exploração do Lote 137, conforme divulgação do CTI em sua página na internet – “Vitória Matsés: Pacific Stratus desiste do Lote 137” (Centro de Trabalho

Indigenista, 2016). Nesse informe, ressaltam-se as ações dos indígenas, pois “a decisão de rescindir o contrato e devolver a área total do lote foi motivada pela oposição da Comunidad Nativa Matsés (CNM)”, que impediu a empresa de iniciar o estudo de impacto ambiental e de executar as demais atividades do primeiro período da fase de exploração.

Essa permanente situação de conflitos torna-se ainda mais complexa com a ascensão na América Latina de políticas conservadoras de extrema-direita que passaram a defender abertamente os setores do agronegócio e da mineração em territórios indígenas, dificultando ainda mais o reconhecimento jurídico de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas. No caso brasileiro, como aponta o *Report of the Special Rapporteur on the rights of indigenous peoples on her mission to Brazil* (2016), nota-se uma regressão preocupante na proteção dos direitos dos povos indígenas com a adoção de medidas legislativas e administrativas que impactam a vida dos povos indígenas” (Tauli-Corpuz, UN, 2016, p. 14).

Nos casos evidenciados em contexto transfronteiriço, os conflitos, ocasionados também pelos governos atuais, são expressos nos índices de ameaças de morte, no racismo, nas tentativas de assassinato e nos homicídios oriundos de conflitos fundiários que demarcam uma política governamental comprometida com as históricas oligarquias patrimonialistas nacionais e apontam para interesses estratégicos que favoreceram os movimentos conservadores em defesa da propriedade privada e do agronegócio contra os povos indígenas.

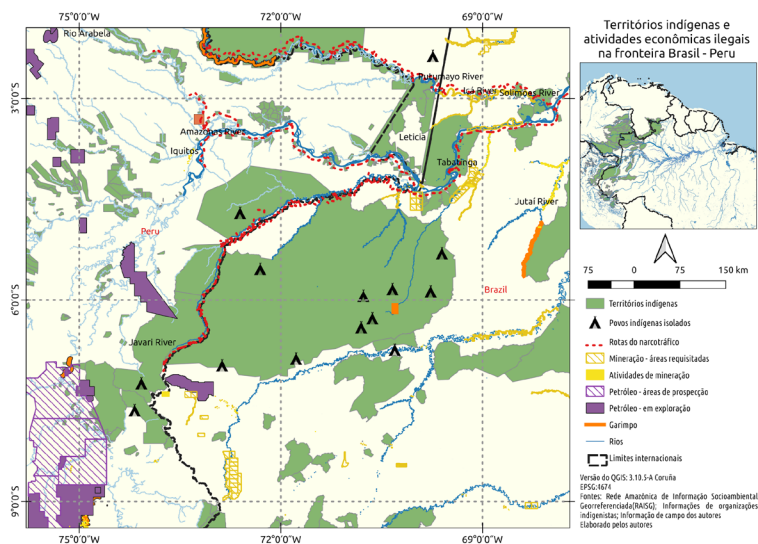
Nas fronteiras entre o Brasil e Peru, a complexidade dos conflitos socioambientais também se soma à negligente ausência de políticas de monitoramento e fiscalização dos territórios indígenas e impõe outra ameaça: a histórica e crescente tensão evidenciada nas diversas formas de exploração dos bens naturais, como recursos comercializados nos mercados ilegais de exploração dos

recursos florestais, animais e minerais expressos no tráfico ilegal da madeira, na caça de animais silvestres, na pesca em territórios indígenas e também na mineração ilegal, ou ainda com a conivência do Estado, expressa nas atividades dos garimpos. Outro fator em destaque se revela através das redes da economia ilícita do narcotráfico, que representa poder econômico local sobre os territórios através do agenciamento da população local em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Esse fenômeno impõe uma lógica de exploração dos recursos naturais em um contexto particular.

No caso específico das atividades de mineração ilegal, para além das redes de agenciamento e da precarização do trabalho ilegal, a operação das máquinas de sucção dos leitos dos rios e igarapés, realizada em territórios indígenas, também se soma aos impactos socioambientais decorrentes da utilização de produtos químicos ilegais e altamente nocivos à saúde dos ecossistemas locais, como o caso do mercúrio, utilizado no processo de separação do ouro, que é descartado nos rios e nos demais veículos hidrográficos que atendem diretamente ao consumo da população humana. É preocupante a tramitação de projetos legislativos no congresso nacional brasileiro (Câmara dos Deputados, 2020), que estabelece condições específicas para modificar a constituição da república brasileira de modo a autorizar a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e de hidrocarboneto para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em territórios indígenas.

Na região de faixa de fronteira entre o Brasil, o Peru e a Colômbia, a evidência desse processo em curso revela, para além dos inúmeros conflitos aqui demonstrados, um mapa situacional que destaca uma relação intrínseca entre os territórios indígenas em condições de fronteira e as atividades legais e ilegais oriundas da mineração e de outros mercados de exploração dos recursos naturais.

Figura 1 – Territórios indígenas e atividades econômicas ilegais na fronteira Brasil – Peru



Fonte: Elaboração dos autores, 2020.

As inúmeras requisições e autorizações para estudos, pesquisas, licenciamentos e lavras indicam um território já mapeado por empresas e instituições à espera da aprovação de uma legislação em tramitação que trará maiores impactos e violência aos povos indígenas. Contudo, não significa que na atual realidade as atividades de exploração da mineração não estejam seguindo ilegalmente seu curso e causando impactos na região.

Como exemplo desses impactos, lideranças indígenas e organizações de defesa dos direitos dos povos indígenas denunciaram que, no ano de 2017, teriam ocorrido dois massacres na Terra Indígena Vale do Javari. No relatório da reunião conjunta, organizada pelo relator especial sobre os direitos dos povos indígenas das Nações Unidas e pelo relator sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2017, consta que foram re-

cebidas informações denunciando um massacre de dez indígenas em isolamento, incluindo mulheres e crianças, que teria ocorrido em agosto de 2017 no território indígena do Vale do Javari, bem como outro massacre de membros da comunidade indígena Warikama Djapar, em contacto inicial, ocorrido em maio de 2017 (UN, 2018. Tradução livre dos autores³).

Esses incidentes foram objeto de uma nota de imprensa conjunta da Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) e da Oficina Regional para América del Sur del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH), publicada em 21 de setembro de 2017 (CIDH, ACNUDH, 2017).

Somam-se a isso os ataques a tiros cometidos contra a Base de Proteção Etnoambiental da Funai, cometidos por invasores da terra indígena, que se intensificaram no ano de 2019 numa clara ameaça a indígenas e funcionários da agência governamental que atuam na fiscalização territorial e na condução da política de proteção aos povos isolados e de recente contato, conforme podemos observar na Nota de Informe 002/UNIVAJA/2019, da entidade representativa dos povos indígenas do Vale do Javari, a qual reproduzimos parcialmente abaixo:

Na T.I. Vale do Javari, existem quatro Bases de Proteção Etnoambiental – BAPE localizadas nas confluências do rio Ituí/Itacoáí, Jandiatuba, Curuçá e Quixito. As ditas BAPE além de se tornarem um braço do Estado na proteção ter-

³ Texto original: “information was received alleging a massacre of ten indigenous people in isolation, including women and children, which allegedly occurred in August 2017 in the Vale do Javari indigenous territory, as well as another alleged massacre of members of the indigenous community in initial contact of Warikama Djapar that occurred in May 2017”.

ritorial e defesa do território demarcado, também é importante organismo estatal na distensão da relação entre índios e não índios. Recentemente, mais precisamente no dia 21 de setembro [de 2019] aconteceu um novo ataque perpetrado por criminosos que detêm interesse na exploração ilegal das riquezas naturais da região. O ataque criminoso ocorreu na Base de Proteção do rio Itacoáí/Ituí, que já sofreu outros seis ataques semelhantes ocorridos desde novembro de 2018. No ato criminoso, os bandidos efetuaram vários disparos com nítido propósito de atingir os poucos servidores públicos ali lotados para exercerem suas atividades em nome do Estado e naturalmente, intimidar a atuação de fiscalização territorial naquele lugar. A investida criminosa já vitimou um importante servidor da FUNAI que desempenhava suas funções naquela BAPE. [...]. Cabe ainda lembrar que, em 2014, surgiram as primeiras denúncias de possíveis massacres na região do Jutáí contra o povo Warikama Dyapah. Tais denúncias só cobraram força no ano 2017, quando da notícia de um possível massacre de povos indígenas na região de Jandiatuba. Embora a FUNAI tenha realizado muitas expedições na época, o caso foi arquivado. Porém, o conteúdo da denúncia possibilitou duas ações administrativas: a destruição de balsas de garimpo ilegal e a reativação da Base de proteção [do Jandiatuba, que estava desativada] desde 2014 por conta dos cortes orçamentários da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari (FPEVJ) (UNIVAJA, 2019).

A incerteza presente que ameaça os territórios indígenas tem se tornado um fator de preocupação para além dos conflitos e da violência já evidenciados na região, pois revela outra face das questões sobre o atual cenário dos conflitos socioambientais

em contextos de fronteira. A esse respeito, reproduzimos trecho do pronunciamento do indígena Beto Marubo, que representou a Coiab na 17ª Sessão do Fórum Permanente sobre questões indígenas da ONU:

Mi tierra se llama el Valle del Javarí y allí vive la concentración más grande de indígenas aislados en todo el mundo. Los pueblos aislados están amenazados por incursiones de minería ilegal de oro en el Río Jandiatuba y por ganaderos en el alto Río Jutafí. La retórica anti-indígena del actual gobierno ha estimulado y acelerado estas incursiones en nuestra tierra y en los otros territorios de los pueblos aislados en todo Brasil. (Marubo, 2019).

Nesse contexto, assistimos de maneira explícita às estratégias de estabelecimento de uma agenda ambiental que invisibiliza a realidade do modo de vida dos povos indígenas e suas condições de vulnerabilidade e de violação de seus direitos, constitucionalmente adquiridos através de históricas mobilizações sociais.

Considerações finais

Com base em uma reconstrução histórica, demonstramos neste capítulo como uma complexa relação entre diversos povos indígenas, mandatários e funcionários de órgãos governamentais, missionários, militares, agentes econômicos e representantes de organizações não governamentais se desenvolveu em uma região amazônica fronteiriça. Orientados por uma abordagem que se funda pelo diálogo entre antropologia e história, mas também pelo compromisso ético com os povos indígenas, este texto se pautou por alguns objetivos: uma denúncia da longa duração de práticas colonialistas, racistas e violentas contra populações indígenas; a

descrição histórica das diversas frentes econômicas atuantes na região; o papel das políticas indigenistas e dos processos de reconhecimento territorial na conformação atual dessa zona transfronteiriça; e a valorização da resistência dos povos indígenas. Para concluir, retomamos alguns desses aspectos.

Ações como a concessão para a exploração petrolífera no Peru e propostas de exploração da Agência Nacional de Petróleo no Brasil resultam de duas dinâmicas socioeconômicas que caracterizam os fluxos recentes do espaço amazônico: de um lado, dinâmicas colonialistas internas apontam para a expansão das fronteiras econômicas das sociedades nacionais em direção aos limites da floresta amazônica – tidos como de baixa atividade econômica e com elevado potencial energético, mineral, madeireiro e petrolífero. De outro, a expansão do sistema mundial através de movimentos de transposição para os territórios periféricos do sistema capitalista, com obras de infraestrutura de grande escala, visa explorar recursos naturais e, assim, produzir espaços produtivos no jogo de comércio internacional (Medeiros, 2009, p. 20). Em suma, os projetos de desenvolvimento em voga nos países amazônicos correspondem à atualidade das frentes de expansão que incidem diretamente na vida das populações e na configuração social, política, econômica e territorial da região fronteiriça Brasil-Peru.

A partir dos anos de 1980, transformações políticas nacionais e a atuação de organizações internacionais, sobretudo indigenistas e ambientalistas, proporcionaram maior visibilidade à situação dos povos indígenas. Especialmente no Brasil, no contexto das lutas decisivas pelo fim da ditadura militar, ganham força novos atores políticos, como o movimento indígena, o que incidiu diretamente na formulação da nova Constituição Federal de 1988. Foi também do final dessa década que ocorreu a Convenção n.º 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais, que rompeu com a perspectiva assimilacionista

de outros marcos legais ao prescrever o reconhecimento dos diferentes povos e seus modos de vida e estabelecer que os governos são obrigados a consultar os povos indígenas acerca de empreendimentos de prospecção ou exploração dos recursos existentes em seus territórios.

Na década seguinte, fortaleceu-se o movimento indígena na região do Vale do Javari. Como resultado, conforme mencionamos anteriormente, os Matsés, articulados com organizações indígenas da Amazônia peruana, obtiveram a titulação da Comunidade Nativa Matsés e avançaram em outras reivindicações territoriais e por reconhecimento de direitos. No território brasileiro, ocorreu a organização do Conselho Indígena do Vale do Javari (atualmente União dos Povos Indígenas do Vale do Javari), com uma forte atuação na demarcação da Terra Indígena Vale do Javari e na implantação de políticas de atenção à saúde indígena e de educação, assim como foi um importante ator no contexto das mobilizações por demarcação de terras indígenas na Amazônia (Matos, 2006; Reis, 2013 e 2019).

Não obstante as transformações nas legislações nacionais, assim como as convenções e declarações internacionais, grandes projetos de infraestrutura e de exploração de recursos naturais se sobrepõem às áreas naturais protegidas e aos territórios indígenas ou se estabelecem em seu entorno. Projetos esses definidos e executados sem qualquer processo de consulta prévia, consentida, informada e de boa-fé às comunidades locais e às suas organizações, conforme recomendam a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, das quais o Brasil e o Peru são signatários.

Diante desse cenário, a luta por direitos e respeito aos seus territórios segue mobilizando comunidades, lideranças e organizações indígenas com uma grande força de resistência. Ao longo do tempo, os povos indígenas têm desenvolvido e adotado diferentes estratégias de resistência ao avanço sobre suas terras. Em suma,

podemos observar que nas situações anteriores ao reconhecimento oficial de terras indígenas e comunidades nativas predominava a defesa física das áreas tradicionalmente ocupadas a partir de um misto de ataques aos invasores e fugas para áreas seguras no interior da floresta. Com a maior atuação de organizações indigenistas, houve um processo de articulação do movimento indígena local que resultou em outras formas de luta, marcadas por uma combinação entre denúncias, nacionais e internacionais, das invasões e violências sofridas e pela reivindicação de direitos no marco constitucional de cada país. Cabe reiterar o papel das organizações e das reuniões binacionais Matsés na resistência à concessão de exploração petrolífera, conforme relatado na seção anterior, assim como outras mobilizações internacionais e a atuação junto com as agências multilaterais.

Nas últimas duas décadas, no acompanhamento feito ao movimento indígena da região, observamos o fortalecimento organizacional e a ampliação da atuação de lideranças indígenas em diferentes espaços políticos locais e supralocais, como, por exemplo, a eleição de representantes indígenas para órgãos municipais (Atalaia do Norte, Brasil) e distritais (Yaquerana, Peru).

Por fim, o presente capítulo se insere no compromisso ético que marca o conjunto de trabalhos que estamos desenvolvendo. Trabalho acadêmico nos campos do ensino, da extensão universitária e da pesquisa científica com o qual buscamos: ampliar o diálogo intercultural dentro e fora das instituições às quais estamos vinculados; oferecer um ensino crítico sobre a história da região e a análise das relações interétnicas; e nos colocarmos ao lado, em permanente diálogo, das lideranças e organizações indígenas que seguem implementando e atualizando diversas formas de resistência.

Referências

- BALBÍN, César L. G. (Ed.). Hidrocarburos y Amazonía peruana: ¿Superposición de derechos u oportunidades para el desarrollo sostenible? Lima: Derecho, Ambiente y Recursos Naturales, 2010.
- BARTH, F. Ethnic Groups and Boundaries. The social organisation of cultural difference. Bergen e Oslo: Universitetsforlaget, 1969.
- BRACKELAIRE, V. Situación de los últimos pueblos indígenas aislados en América latina (Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Venezuela): Diagnóstico regional para facilitar estrategias de protección. Belém-PA, 2006.
- CALIXTO MÉNDEZ, L. Las prácticas socioculturales del uso de la tierra en el grupo étnico Matsés (manuscrito), 1985.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 191/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O índio e o mundo dos brancos. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- CAVUSCENS, S; NEVES, L. J. Povos indígenas do Vale do Javari. Manaus: Campanha Javari. CIMI, OPAN, 1986.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Povos indígenas no Brasil. São Paulo, 1981, v. 5 (Javari).
- CEDI. Povos Indígenas no Brasil/Aconteceu especial, 15. São Paulo, 1984.
- CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA. Vitória Matsés: Pacific Stratus desiste do Lote 137. 2016. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/vitoria-matses-pacific-stratus-desiste-do-lote-137/>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- CHIRIF, A.; HIERRO, P. G. Marcando Territorio: progresos y limitaciones de la titulación de territorios indígenas en la Amazonía, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA), Copenhague, 2007.
- COMUNIDAD NATIVA MATSÉS. Primer Encuentro Binacional Matsés Perú-Brasil. (manuscrito). Comunidad Nativa Matsés, 2009.
- COUTINHO JUNIOR, Walter Alves. Brancos e barbudos da Amazônia: os Mayoruna na história. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

COUTINHO JUNIOR, Walter Alves. Gente valente: uma coletânea Matsés. Histórias indígenas no Vale do Javari (1866-1974). 2017. 497 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31293>. Acesso em: 25 nov. 2020.

COUTINHO JUNIOR, Walter Alves. Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Vale do Javari. Brasília: Funai, 1998.

FONTENOY, Carlos F. Lo indio, indigenismo y movimiento campesino en el Perú. Revista Andina de Estudios Políticos, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2012. Disponível em: <https://www.iepa.org.pe/raep/index.php/ojs/article/view/165/128>. Acesso em: 25 nov. 2020.

JOBIM, Anísio. Panoramas Amazônicos, VI. Manaus: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Manaus, 1943.

LAGOS, Ovidio. Arana, el rey del caucho. Terror y atrocidades em el Alto Amazonas. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.

LOPEZ GARCÉS, Claudia L. Procesos de formación de fronteras en la región del Alto Amazonas/Solimões: la historia de las relaciones interétnicas de los Ticuna. In: RCO; BAINES, Stephen G. Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora da UnB, 2005.

MARUBO, Beto. Diálogo con la Relatora Especial de los Derechos de los Pueblos Indígenas. 2019. Disponível em: <https://cendoc.docip.org/collect/cendocdo/index/assoc/HASH0159/6e925d0b/bd119932.dir/PF-19MARUBO110424.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MATLOCK, James. Dispersed, nucleated, dispersed: Changing Matses settlement patterns, 1969-1995. In: PICCHI, D. (Ed.). Unsettled Communities: Changing Perspectives on South American Indigenous Settlements. South American Indian Studies, 5, p. 33-45, 1998.

MATLOCK, James. Registers of Resistance and Accommodation: The Structuration of a Peruvian Amazonian Society. Ph.D. Dissertation in Anthropology, Southern Illinois University, Carbondale, 2002.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari. 2006. 274 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2006. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.370635>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=494785>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MEDEIROS, R. A. L. de. Delineando um quadro para pensar discursos geopolíticos ambientais para a Amazônia: internacionalização, nacionalismos e governanças globais no Brasil e nos EUA. Série Ceppac, n. 023, Brasília: CEPPAC/UnB, 2009. 36p. Disponível em: https://www.academia.edu/6311584/S%C3%89RIE_CEPPAC. Acesso em: 25 nov. 2020.

MONTAGNER, Delvair. Projeto de Estudo para eleição de áreas indígenas na bacia do Rio Javari. Brasília-DF: Funai, 1980.

NASCIMENTO, Hilton. A terra indígena Vale do Javari e a Fronteira Peruana. CTI, 2006. Disponível: http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/NascimentoH_A-TerraInd%C3%ADgena-Vale-do-Javari-e-a-Fronteira-Peruana.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

OEA. CIDH y ACNUDH expresan preocupación sobre denúncias de masacre en contra de indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial en la Amazonia brasileña. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2017/144.asp>. Acesso em: 25 nov. 2020.

OLIVEIRA, J. P. de. "Introduction". In: Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil The Reframing of Cultures and Identities. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology 15(2), 2018.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/LXbFMZgsrbyVpZfdbdjy6zm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2020.

REESINK, Edwin. "À procura da mina: observações sobre a 'PETROBRÁS' na Amazônia Ocidental". In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITO, Rosyan Caldas; CASTRO, Edna Ramos de (Orgs.). Energia na Amazônia, V. II. Belém, MPEG, UFPA, UNAMAZ, 1996.

REIS, R. Entre fissões e fusões – a dinâmica social matsés e os processos de territorialização na fronteira Brasil-Peru. Ambivalências, v. 3, n. 5, p. 28-60, 2015. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v3n5p28-60>. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/3519>. Acesso em: 23 set. 2020.

REIS, R. Trajetórias de luta e a construção de uma política indígena no Vale do Javari – Amazonas. Anais. 3.º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL), 2019.

REIS, R.; RAMOS, A. S. F. Direitos territoriais dos povos indígenas: um estudo comparado sobre o Brasil e o Peru. Revista Eletrônica da OABRJ, Edição Especial de Direito e Povos Indígenas, 2018. Disponível em: <http://revistaeletronica.oabrij.org.br/?artigo=direitos-territoriais-dos-povos-indigenas-um-estudo-comparado-sobre-o-brasil-e-o-peru>. Acesso em: 23 set. 2020.

ROMANOFF, Steve. Matsigenka Adaptations in the Peruvian Amazon. Tese (Doutorado) – Columbia University, New York, 1984.

SANTOS-GRANERO, Fernando & BARCLAY, Frederica. La Frontera Domesticada. História económica y social de Loreto. 1850-2000. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2002.

SHELTON, D. et al. Indigenous Peoples in Voluntary Isolation and Initial Contact. Copenhagen: IWGIA; Pamplona Iruñea: IPES, 2013.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Viagens pelo Brasil: 1817-1820. S./l., 1976.

TAULI-CORPUZ, V.; UN. Human Rights Council. Special Rapporteur on Rights of Indigenous Peoples; UN. Human Rights Council. Secretariat. Report of the Special Rapporteur on the Rights of Indigenous Peoples on her mission to Brazil: note/by the Secretariat. Geneva: UN, 8 Aug. 2016. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/847079?ln=en>. Acesso em: 19 nov. 2020.

UN. Human Rights Council. Summary of meeting, jointly prepared by the Special Rapporteur on the Rights of Indigenous Peoples of the United Nations and the Rapporteur on the Rights of Indigenous Peoples of the Inter-American Commission on Human Rights: Working meeting on the rules of international law relating to the human rights of indigenous peoples in voluntary isolation and initial contact in the Amazon and Gran Chaco. Geneva: UN, 27 June 2018. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1638537?ln=en>. Acesso em: 19 nov. 2020.

UNIVAJA. Carta aberta dos povos do vale do Javari sobre a ameaça de projetos petrolíferos no Brasil e Peru. Atalaia do Norte: UNIVAJA, 2013. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/carta-aberta-dos-povos-do-vale-do-javari-sobre-ameaca-de-projetos-petroleiros-no-brasil-e-no/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIVAJA. Nota de informe n.º 002/UNIVAJA/2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/09/univaja-divulga-nota-denunciando-invasoes-assassinato-ameacas-e-proselitismo-evangelico-no-vale-do-javari/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

VERGARA, Moema. Ciência, fronteiras e nação: comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, p. 345-361, maio/ago. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/6j3bqdCTWHsydnJwgZckcTw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ZÁRATE, Carlos. Silvícolas, Siringueros y Agentes Estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza em la Amazonía de Brasil, Perú y Colombia, 1880-1932. Letícia: Unversidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones, 2008.

Viagens e deslocamentos entre fronteiras

Relatos de viajantes sobre a ocupação da fronteira entre Argentina e Brasil (1881/1930)

Leandro de Araújo Crestani¹

Neste capítulo, busca-se apresentar os relatos de viajantes sobre o processo de ocupação da fronteira Nordeste – Misiones (Argentina)/Oeste do Paraná (Brasil) no período entre 1881 e 1930. Acredita-se que com base nos relatos de viagens é possível revelar outros aspectos da ocupação da fronteira, especificamente da nacionalização e da posterior consolidação da soberania nacional da Argentina e do Brasil.

No espaço transnacional em questão, a falta de delimitação e demarcação da fronteira externa é equivalente à inexistência de divisas judiciais consolidadas e, em muitos casos, revela que a garantia da posse não está nos documentos como instrumentos jurídicos internacionais, e sim na conquista por meio da ocupação e da colonização².

¹ Doutor em História Contemporânea pela Universidade de Évora (UEVORA/Portugal), pós-doutorando em História Pública pela Unesp/Araraquara (Araraquara/SP), docente da Faculdade Assis Gurgacz (FAG/Campus Toledo). Membro do Laboratório de Pesquisa Fronteiras, Estado e Relações Sociais (Lafront). Contato: leandrocrestani@hotmail.com

² Sobre o conceito de espaço transnacional, ver: CRESTANI, 2019.

A fonte essencial para a reconstrução das experiências da ocupação da região Misiones/Oeste do Paraná é constituída pelos relatos de “viajantes”, em geral a serviço dos estados. Além da componente descritiva dos espaços físicos e sociais, um dos aspectos ressaltados nesses relatos, que vai na contramão da perspectiva da documentação oficial sobre a fronteira, é a identificação, por parte dos viajantes, da dinâmica da ocupação do espaço, descrevendo o *tipo ideal* de imigração para a fronteira e principalmente as relações conflituosas que afloraram no processo de ocupação das terras e na demarcação das fronteiras internas da Argentina e do Brasil.

Para Antonio Marcos Myskiw, é preciso destacar que, por trás da terminologia “viajantes”, escondem-se profissionais como botânicos, etnólogos, zoólogos, missionários, sertanistas, literatos, pintores, entre outros, tanto nacionais quanto estrangeiros. Como o autor também afirma: “o relato de viagem começa a tomar forma quando o viajante registra o que viu, ouviu e ponderou, num diário de viagem (ou caderno de notas). São as informações que figuram no diário de viagem, além de outras memórias não anotadas, que facilitam ao viajante escrever (extrair, selecionar, excluir e/ou resumir) o relato da viagem que está a realizar ou que acabara de encerrar”. O autor acentua ainda que esse tipo de narrativa aponta o itinerário da viagem, enfatizando os caminhos percorridos, os lugares visitados, os estudos realizados, as pessoas encontradas, as comidas e os abrigos. Além desses aspectos, tais fontes revelam como os viajantes entendiam, defendiam e divulgavam as políticas de colonização das fronteiras.

A dinâmica das fronteiras, em particular da sua ocupação interna, pode ser, também, captada por meio de notas biográficas ou de testemunhos. Por isso, serão explorados e comparados não apenas os relatos de viajantes argentinos e brasileiros, mas também os relatos de militares, administradores, engenheiros e aventureiros que circulavam na região da fronteira. Entende-se que a exploração desse

tipo de fonte é de suma importância para a presente análise, pois “há referências com relação a características diversas sobre populações locais, sobre a ausência de civilização, sobre a natureza e sobre as potencialidades econômicas da região” (Gregory, 2014, p. 185-186).

Na exploração desses relatos, o foco da comparação incidirá nas características dos seus habitantes: nacionalidade, origem étnica, nível cultural, capacidade produtiva, distância entre centros “civilizados” e “fronteira”, recursos naturais, limites, além das categorias usadas para classificar os habitantes (“incivilizados”, “bárbaros”, “selvagens”, “atrasados”) e o território (“inóspito”, “sertão”, “espaço vazio” e “selvagem”) (Gregory, 2014).

Na perspectiva de Myskiw (2011, p. 208), o viajante, ao escrever as suas memórias de viagem, imagina um público “leitor ideal”, que pode ser amplo ou até mesmo restrito. “O grupo social e intelectual a que pertence o viajante, Instituições de Pesquisa e Ensino e órgãos governamentais são alguns exemplos”.

Tanto a Argentina quanto o Brasil possuem um vasto acervo de relatos de viajantes nacionais e estrangeiros. Na presente pesquisa, foram selecionados, no caso argentino, os relatos dos viajantes que percorreram o itinerário “centros civilizados argentinos – Cataratas do Iguaçu”, e, no caso brasileiro, dos que percorreram os “centros civilizados brasileiros – Cataratas do Iguaçu”. Seguindo esse critério, o estudo se baseia nos seguintes relatos argentinos: Alejo Peyret (1881); Ramon Lista (1883); Rafael Hernández (1882/1883); Juan Bautista Ambrosetti (1891; 1892, 1894a; 1894b); Juan Queirel (1885); Carlos Burmeister (1899); Florencio de Basaldúa (1897/1898); Manuel Bernádez (1901); Francisco Manzi (1909), Carlos Spegazzini (1909) e Santiago Pusso (1906). No caso brasileiro, tal universo inclui os relatos de José Francisco Thomaz do Nascimento (1885), José Cândido da Silva Muricy (1892); Domingos Virgílio Nascimento (1903); Arthur Martins Franco (1904/1905); Julio Nogueira (1919); Manuel Azevedo da Silveira Netto (1905);

Cesar Prieto Martinez (1920); João Cabanas (1924/1925), José Lima Figueiredo (1930); e Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior (1919). Os relatos serão utilizados para a análise das relações intersubjetivas que perpassaram o imaginário transnacional, obedecendo à ordem cronológica das respectivas viagens.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário um olhar específico para o processo de ocupação da fronteira Nordeste – Misiones/Oeste do Paraná, considerando cinco etapas distintas de ocupação: a *militar* – com a criação de colônias militares; a *político-administrativa* – efetivada pela fundação de núcleos coloniais, pela construção de estradas, pela disponibilização de meios de comunicação e pela introdução de órgãos do Estado com o incentivo à vinda de companhias colonizadoras e de imigrantes; a *econômica* – com a exploração da erva-mate e da madeira, com a venda das terras públicas ou fiscais e com o desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris. Há ainda a ocupação *demográfica* – com o surgimento de povoados e núcleos coloniais, com a vinda de imigrantes europeus ou nacionais, com a presença das populações indígenas, de caboclos, de argentinos, de paraguaios e de brasileiros; e a *cultural* – que se deu com a catequização dos indígenas e com a implantação de escolas para o ensino da língua portuguesa (BR)/espalhola (ARG) e da cultura brasileira/argentina à população da fronteira.

Ao se considerar essas cinco formas distintas e entrelaçadas de ocupação e colonização da fronteira como um marco evidente da presença e da atuação humana, é possível afirmar que a ideia de um *vazio demográfico*, argumento muito presente na documentação oficial, não passou de uma estratégia para a legitimação da ocupação das terras da fronteira por parte dos Estados nacionais.

As dimensões da ocupação não constituem foco analítico da historiografia tradicional de Misiones e do Oeste do Paraná. Logo, para a reconstrução dessas dimensões, fez-se necessário analisar fontes documentais, neste caso, os relatos de viagens e relatórios

de governo empregados para a compreensão da constituição dessa fronteira. Tais documentos permitem apresentar os sujeitos sociais que ficaram ocultos nesse processo, a saber: índios, argentinos, paraguaios e o *caboclo brasileiro*, que habitavam o espaço transnacional entre Argentina e Brasil.

Os viajantes foram as extensões do Estado Nacional na fronteira, ou seja, o conhecimento de espaço passou primeiro pelo crivo dos olhares dos viajantes e depois pelo processo de ocupação iniciado pelos Estados Nacionais. Nesse particular, tanto Argentina quanto Brasil possuem vasto acervo de relatos de viajantes nacionais e estrangeiros.

Quadro 1 – Relatos de viajantes brasileiros para a fronteira.

Nº	Viajantes	Relatos	Ano da viagem	Ano da publicação do relato
1.	José Francisco Thomaz do Nascimento	Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava e pela Província do Paraná, e as relações que teve com os índios coroados mais bravios daqueles lugares	1885	1892
2.	José Cândido da Silva Muricy	Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892	1892	1896
3.	Domingos Virgílio Nascimento	Viagem pela fronteira	1903	1903
4.	Arthur Martins Franco	“Recordações de viagens ao Alto Paraná”	1904/1905	1973
5.	Manuel Azevedo da Silveira Netto	“Do Guairá aos Saltos do Iguaçu”	1905	1939
6.	Julio Nogueira	“Do Rio ao Iguassú ao Guayra”	1919	1920
7.	Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior	“Pelas Selvas e Rios do Paraná”	1919	1946
8.	Cesar Prieto Martinez	“Sertões do Iguassú”	1920	1925
9.	João Cabanas	“A Columna da Morte”	1924 e 1925	1927
10.	José Lima Figueiredo	“Oeste Paranaense”	1930	1937

Fonte: Elaborado pelo autor.

No caso argentino, seguem abaixo elencados os relatos utilizados acerca da fronteira Nordeste – Misiones (Quadro 2).

Quadro 2 – Relatos de viajantes argentinos para a fronteira.

	Viajantes	Relatos de viagens	Ano da viagem	Ano da publicação do relato
1.	Alejo Peyret	Cartas sobre Misiones	1881	1881
2.	Ramon Lista	El territorio de Las Misiones	1883	1883
3.	Rafael Hernández	Cartas Misioneras	1882/1883	1887
4.	Juan Queirel	Misiones	1885	1897
5.	Juan Bautista Ambrosetti	Viaje a Las Misiones Argentinas y brasileiras por el Alto Uruguay (Parte descriptiva)	1891	1892
6.	Juan Bautista Ambrosetti	Segundo Viagem Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú)	1892	1894
7.	Juan Bautista Ambrosetti	Tercer Viaje a Misiones	1894	1894
8.	Juan Bautista Ambrosetti	Los Indios Caingua del Alto Paraná (Misiones)	1894	1894
9.	Carlos Burmeister	Memoria sobre El Territorio de Misiones	1899	1899
10.	Florencio de Basaldúa	Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones	1897 a 1898	1901
11.	Manuel Bernádez	De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico á corrientes y misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas	1901	1901
12.	Santiago Pusso	Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nahuel Hauapi – Por las costas de Sur	1906	1912
13.	Carlos Spegazzini	Al Tráves de Misiones	1909	1909
14.	Francisco Manzi	Impresiones de Viaje: Breves apuntes sobre El Territorio de Misiones	1909	1910

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em ambos os casos, os relatos apresentam o olhar dos viajantes acerca das dimensões da ocupação e do processo de intervenção dos Estados Nacionais modernos na fronteira em estudo,

pois são observações que justificavam a intervenção da fronteira a partir de uma visão nacionalista, afirmando a necessidade da marcha da sociedade civilizada em direção à fronteira, visando à superação da selvageria e do atraso.

A maioria dos viajantes tomou os “centros civilizados como ponto de partida em direção à fronteira (e como elemento de comparação). As narrativas têm em comum as Cataratas do Iguaçu como ponto referencial e trazem representações e impressões da vida social e do quadro ambiental da fronteira antes da integração ao Estado Nacional, apresentando uma ideia geral dos locais visitados. O marco temporal dos relatos vai de 1881 a 1909, no caso argentino, e de 1885 a 1930, no caso brasileiro. Apesar da disparidade cronológica das publicações, todos destacam a problemática da ocupação da terra nesse espaço transnacional, daí serem tomados como pares analíticos de comparação.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as reflexões contidas nesses documentos abriram espaço para o surgimento de informações científicas e descritivas sobre a fronteira Nordeste – Misiones/Oeste do Paraná por meio de descrições da fauna e da flora e pela narrativa das experiências vividas. Por essa razão, tais documentos dão suporte para a compreensão de fatos que ficaram à margem da História Tradicional, como a presença indígena na ocupação da fronteira. Além disso, permitem também a compreensão da fronteira a partir da retórica dos sujeitos que a vivenciaram, os *viajantes*, cujos relatos apresentam-se como um inventário da fronteira e como um *discurso político e intelectual* vinculado à sua época que contribui para a formação de um novo olhar sobre esse espaço.

As viagens realizadas eram, em sua grande maioria, expedições científicas que buscavam levantar informações sobre os caminhos que levavam os “centros civilizados até a fronteira de seus países visando ao desenvolvimento da ocupação e colonização”. Esses viajantes descreveram, para seu mundo “civilizado”, um local ge-

ograficamente remoto, selvagem, desértico, perigoso, conflituoso, mas, por outro lado, rico em recursos naturais até então ignorados.

Os relatos de viagem utilizados nesta pesquisa foram publicados em forma de livros ou em periódicos científicos com o objetivo de que, futuramente, as informações aí contidas dessem base para fomentar a ocupação e colonização dos territórios explorados pelos viajantes. Conforme aponta Antonio Marcos Myskiw, os viajantes tiveram uma grande contribuição no processo de conquista e ocupação territorial da fronteira, pois suas narrativas de viagem contribuíram para apontar caminhos, perigos e riquezas que poderiam ser explorados com o desbravamento, consequentemente integrando tudo isso à “nação” (Myskiw, 2011).

Sob essa perspectiva, viajar para a fronteira e, posteriormente, publicar relatos, significava trazer a público (para as elites urbanas) as descrições e observações de lugares que poderiam ser explorados, ocupados e colonizados. Conforme Valdir Gregory (2009), os viajantes sabiam olhar as oportunidades em face do enfrentamento dos obstáculos e descreviam a natureza e a potencialidade econômica apontando a necessidade de nacionalizar a fronteira, mas negligenciavam a presença de civilização, mesmo diante da existência de populações nativas.

Sabe-se, também, que essas narrativas são permeadas de juízos de valor, conceitos e preconceitos acerca do mundo observado (Gregory, 2009), pois se circunscrevem ao discurso civilizador do Estado Nacional moderno, cujo objetivo era nacionalizar, conquistar e desenvolver a fronteira, justificando a necessidade de uma população civilizada sobre os selvagens.

Considerando essa limitação, selecionou-se para análise 24 relatos: dez sobre o Oeste do Paraná e 14 sobre Misiones. O exercício de comparação parte de pontos comuns que estão presentes em todas as narrativas: as observações sobre o trajeto de viagem, a população encontrada, os recursos naturais assinalados, os problemas

presentes na fronteira, a exploração e colonização possíveis e a descrição de um ponto comum para os viajantes, as Cataratas do Iguaçu.

Quadro 3 – Financiadores dos viajantes para a fronteira.

FRONTEIRA OESTE – PARANÁ – BRASIL	
VIAJANTES	FINANCIADORES
José Francisco Thomaz do Nascimento	Pelo Ministério da Agricultura, durante o governo imperial
José Cândido da Silva Muricy	Comissão Estrategica do Paraná
Domingos Virgilio Nascimento	Governo da Província do Paraná e relato publicado pela Sociedade de Agricultura do Paraná
Arthur Martins Franco	Governo da Província do Paraná
Manuel Azevedo da Silveira Netto	Governo Federal, para a instalação de Mesa de Rendas na fronteira
Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior	Governo da Província do Paraná
Julio Nogueira	Governo Federal
Cesar Prieto Martinez	Governo do Estado do Paraná
João Cabanas	Governo Federal
José de Lima Figueiredo	Governo Federal
FRONTEIRA NORDESTE – MISIONES – ARGENTINA	
VIAJANTES	FINANCIADORES
Alejo Peyret	Estado Nacional argentino
Ramon Lista	Sociedad Geográfica Argentina e Instituto Geográfico Argentino
Rafael Hernández	Estado Nacional argentino
Juan Bautista Ambrosetti	Estado Nacional argentino
Carlos Burmeister	Estado Nacional argentino/ Dirección de Agricultura e Ganadería do Ministerio de Agricultura de la República Argentina
Florencio de Basaldúa	Estado Nacional argentino
Manuel Bernárdez	Estado Nacional argentino/Ministro de Agricultura Martín García Mérou
Francisco Manzi	Estado Nacional argentino
Santiago Pusso	Viajante vendedor de mercadoria, repassava as informações para o presidente da Camara de Comércio, del Banco Municipal de Préstamos y Concejalía de Rosario.

Fonte: Elaborado pelo autor, utilizando relatos sobre a fronteira Nordeste – Misiones (ARG) entre 1881 e 1909, e sobre a fronteira Oeste – Paraná (BR) entre 1885 e 1930.

É mister observar que, em ambos os países, os viajantes não eram sujeitos comuns à procura de uma aventura pela fronteira: eram pessoas patrocinadas por organizações públicas ou pelo Estado para viajarem em direção à fronteira com o objetivo de descrever o espaço e as oportunidades de desenvolvimento aditadas a esse espaço, além de auxiliarem a forjar a nacionalidade para garantir a posse da terra. O Quadro 3 permite entender melhor essa questão, apresentando os financiadores dos viajantes para a fronteira, tanto para o Oeste do Paraná quanto para o Nordeste de Misiones.

Esses viajantes eram pagos pelo Estado Nacional com o objetivo de produzir estudos, de apontar a situação da fronteira e de listar as riquezas que poderiam ser exploradas. O comboio era formado por comissionados que tinham como função levantar informações para a tomada de decisões por parte do Estado Nacional e para a organização do espaço fronteiriço; daí nota-se a recorrente referência a um *projeto civilizador e modernizante* para a fronteira entre Argentina e Brasil nos relatos dos viajantes. Dito de outra forma, foi com base nesses levantamentos que se efetivou a política nacionalista de ocupação da fronteira por parte do Brasil e da Argentina.

Todos os viajantes tiveram como meta *descrever, descobrir e explorar a fronteira*, construindo um inventário do espaço transnacional entre Argentina e Brasil, ou seja, descrevendo os possíveis locais para a fundação de colônias (futuramente cidades) e levantando informações sobre a população, os caminhos, os recursos naturais, a colonização e os problemas existentes na fronteira com vistas a possibilitar o processo de exploração.

A compilação dos principais pontos dos relatos dos viajantes apresentados nos quadros 4 e 5, a seguir, reforça o argumento da intenção de um projeto civilizador e modernizador por parte de ambos os países em relação à fronteira. É possível verificar semelhanças nas observações dos viajantes, principalmente no que se

refere à necessidade de justificar a *marcha da civilização* para esse espaço transnacional.

Quadro 4 – Principais pontos dos relatos dos viajantes para a fronteira Oeste do estado do Paraná.

DESCRIÇÕES					
VIAJANTES	POPULAÇÃO	CAMINHO	RECURSOS NATURAIS	COLONIZAÇÃO	PROBLEMAS NAS FRONTEIRA
José Francisco Thomaz do Nascimento	Índios coroados e Guaranys	Presença de indígenas durante a viagem	Sete Quedas e a erva-mate	Vinda de portugueses com gado e cavalos para promover a colonização	Ausência do controle do Império sobre a fronteira
José Cândido da Silva Muricy	Indígenas, colonos, caboclos bugres, estrangeiros (argentinos e paraguaios)	Perigoso, com mato, que limitava	Erva-mate, terra fértil, Cataratas do Iguaçu	Colonização como garantia de posse da fronteira	Estrangeiros explorando a fronteira (argentinos); problemas com a titulação da posse da terra, falta de comunicação do centro civilizado com a fronteira
Domingos Virgílio Nascimento	Indígenas mansos e bravios	"Semi-selvagem" e impene-trável"	Floresta erva-mate, Cataratas do Iguaçu	Colonização para garantir a posse das terras da fronteira	Exploração estrangeira (lado argentino) das riquezas nacionais e <i>escravização branca</i>
Arthur Martins Franco	Índios mansos	Não demonstrou dificuldades no trajeto	Erva-mate e madeira, Cataratas do Iguaçu	Colonização para integrar o território da fronteira à nação	Exploração dos ervateiros sobre o "homem branco"
Manuel Azevedo da Silveira Netto	Indígenas	Caminho perigoso e longo	Erva-mate, madeira, terra e as Cataratas do Iguaçu	Colonização para desenvolver o sertão (oeste)	Exploração das riquezas pelos argentinos e dos peões nas obras
Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior	Índios, caboclos e mensus	Selva	Erva-mate e as Cataratas do Iguaçu	Trazer o imigrante para a colonização da fronteira	Exploração argentina e escravização do homem branco

DESCRIÇÕES					
VIAJANTES	POPULAÇÃO	CAMINHO	RECURSOS NATURAIS	COLONIZAÇÃO	PROBLEMAS NAS FRONTEIRA
Julio Nogueira	Estrangeiros (argentinos e paraguaios)	Selva	Erva-mate, madeira e as Cataratas do Iguaçu	Colonização para integrar a fronteira ao território nacional	Presença de estrangeiros (argentinos e paraguaios)
Cesar Prieto Martinez	Índios, paraguaios e argentinos	Selva	Erva-mate e as Cataratas do Iguaçu	Promover a colonização para integrar a fronteira ao território	Exploração estrangeira da fronteira
João Cabanas	Índios, paraguaios, argentinos e “revolucionários”	Não demonstrou dificuldades no trajeto	Erva-mate	Promover a ocupação com os brasileiros	Exploração estrangeira da fronteira, tanto da erva-mate como da população nas obras
José de Lima Figueiredo	Índios, paraguaios, argentinos e imigrantes	Selva difícil de ser vencida	Erva-mate, madeira Cataratas e Sete Quedas	Promover a imigração para consolidar a ocupação	Problema na fiscalização, exploração da população, que vivia em regime de escravidão

Fonte: Elaborado pelo autor, utilizando relatos sobre a fronteira Oeste – Paraná (BR) entre 1885 e 1930.

Os relatos de viajantes da Argentina e do Brasil permitem vislumbrar um traço da realidade do espaço transnacional: a necessidade da integração à nação. Nesse contexto, viajar para a fronteira e publicar relatos em forma de livros e boletins informativos significava trazer a público as descrições e observações de um lugar que poderia ser *explorado, ocupado e colonizado*.

Relatos de Viajantes sobre a Ocupação da Fronteira entre
Argentina e Brasil (1881/1930)

Quadro 5 – Principais pontos dos relatos dos viajantes para a fronteira Nordeste,

PROVÍNCIA DE MISIONES.

DESCRIÇÕES					
VIAJANTES	POPULAÇÃO	CAMINHO	RECURSOS NATURAIS	COLONIZAÇÃO	PROBLEMAS NAS FRONTEIRA
Alejo Peyret	Índios e colonos	Selvagem e incivilizado	Erva-mate, terra roxa, rios e as Cataratas do Iguaçu	Colonização para civilizar a fronteira	Atraso no desenvolvimento pela existência de índios
Ramon Lista	Índios	Selvagem	Erva-mate, madeira, terra e as Cataratas do Iguaçu	Colonização com a população branca de origem europeia	Atraso em relação à população presente e falta de caminhos e comunicação com a fronteira
Rafael Hernández	Índios, brasileiros, argentinos e paraguaios	Selva	Solo, vegetação, erva-mate e as Cataratas do Iguaçu	Colonização com a população branca para civilizar a fronteira	Falta de comunicação e problemas na identidade nacional da população da fronteira
Juan Bautista Ambrosetti	Índios, peões nas obrages	Selva	Erva-mate e as Cataratas do Iguaçu	Desmitifica a visão sobre o índio como atrasado, porém defendia a imigração	Exploração da população pelos donos dos ervais
Carlos Burmeister	Colonos	Selva	Madeira, terra roxa, água, erva-mate e as Cataratas do Iguaçu	Erro da colonização com imigrante europeu, pois não eram aptos para a região	Exploração da madeira por estrangeiros (brasileiros e paraguaios)
Florencio de Basaldúa	Índios e imigrantes europeus	Selva	Erva-mate e as Cataratas do Iguaçu	Colonização com imigrante europeu	População escravizada e falta de integração da fronteira com a nação
Manuel Bernárdez	Índios, ervateiros, agricultores	Selva	Erva-mate, madeira, terras férteis, vegetação e as Cataratas do Iguaçu	Colonização e exploração deveriam ser promovidas pelo Estado	Exploração dos ervateiros e falta de meios de comunicação

DESCRIÇÕES					
VIAJANTES	POPULAÇÃO	CAMINHO	RECURSOS NATURAIS	COLONIZAÇÃO	PROBLEMAS NAS FRONTEIRA
Francisco Manzi	Índios, imigrantes europeus, paraguaios e brasileiros	Selva	Terras férteis, florestas virgens, erva-mate e as Cataratas do Iguaçu	Colonização por estrangeiro para o desenvolvimento da agricultura e da indústria	Faltavam meios de comunicação entre a capital e a fronteira
Santiago Pusso	Índios, argentinos, brasileiros e paraguaios	Não descreveu como selvagem	Florestas, rios e as Cataratas do Iguaçu	Corrente de imigração oficial	Falta de higiene e da presença do Estado, além da criação de caminho de ligação para a fronteira

Fonte: Elaborado pelo autor, utilizando relatos sobre a fronteira Nordeste – Misiones (ARG) entre 1881 e 1909.

Considera-se que esses relatos foram essenciais para a construção de um discurso identitário no que tange às políticas nacionalistas de ambos os países para a ocupação e colonização da fronteira. Tanto a Argentina quanto o Brasil forjaram a ideia de *vazio demográfico* para a *construção da fronteira externa e interna*, conferindo ao ato de viajar em direção à fronteira a condição de mecanismo para conhecimento de questões culturais, políticas, sociais e, principalmente, econômicas, bem como caminho para a construção da territorialidade através do processo de ocupação.

A integração dos centros civilizados à fronteira era complexa devido à dificuldade de acesso e à consequente falta de comunicação, e isso era tomado como fatores que atrasavam a ocupação, a colonização e o decorrente avanço da população civilizada, pois, segundo os relatos, a falta de presença do Estado gerava até mesmo a escravidão branca por parte dos donos de obras.

A necessidade de exploração da erva-mate, da madeira, da terra e das Cataratas do Iguaçu, recursos naturais disponíveis na fronteira, é um fator evidente em todos os relatos. Partia-se do princípio de que, no processo de venda, tanto as riquezas quanto a

terra seriam mercantilizadas, evidenciando que a apropriação espacial da fronteira traria grandes possibilidades econômicas para os Estados Nacionais.

Referências

AMBROSETTI, Juan Bautista. *Viaje á las Misiones Argentina y Brasilas por el Alto Uruguay* (Parte Descriptiva). La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.

AMBROSETTI, Juan Bautista. Segundo viaje Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú). *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, Tomo XV. Buenos Aires: Imprenta Roma, 1894a.

AMBROSETTI, Juan Bautista. Los indios Caingú del Alto Paraná (Misiones). *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, Tomo XV. Buenos Aires: Imprenta Roma. 1894b.

AMBROSETTI, Juan Bautista. *Tercer viaje a Misiones*. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008.

BASALDÚA, Florencio de. *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*. La Plata, 1901.

BERNÀRDEZ, Manuel. *De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico á Corrientes y Misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas*. Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, 1901.

BURMEISTER, Carlos. *Memoria sobre el Territorio de Misiones*. Buenos Aires: Imprenta Litog. Y Encuadernación de J. Pruser, 1899.

CABANAS. João Cabanas, *A column da morte*. Rio de Janeiro: Almeida & Torres, 1926.

COELHO JUNIOR, Carlos Alberto Teixeira. *Pelas Selvas e Rios do Paraná*. Curitiba: Guaíra Limitada, 1946.

CRESTANI, Leandro de Araújo. *História da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina (1881/1930): uma perspectiva comparada e transnacional*. 2019. 308 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea) – Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Portugal, 2019. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/24607>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FIGUEIREDO, José Lima. *Oéste Paranaense*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1973.

GREGORY, Valdir. *Fronteiras e territórios: narrativas sobre os sertões do Paraná no início do século XX*. Tese (Pós-Doutorado) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2009.

GREGORY, Valdir. Fronteiras múltiplas: narrativas sobre os sertões do Paraná. In: COLOGNESE, Silvio Antônio; CARDIN, Eric Gustavo (Orgs.). *As Ciências Sociais nas fronteiras: teoria e metodologias de pesquisa*. Cascavel: JB, 2014.

HERNÁNDEZ, Rafael. *Cartas Misioneras: reseña histórica, científica y descriptiva de las misiones argentinas*. Buenos Aires. Establecimiento Tipográfico de Luz del Alma, 1887.

LISTA, Ramón. *El Territorio de las Misiones*. Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883.

MANZI, Francisco. *Impresiones de Viaje: breves apuntes sobre el Territorio de Misiones*. Corrientes: La Popular, 1910.

MARTINEZ, Cesar Prieto. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.

MURICY, José Cândido da Silva. *A Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*. Curitiba: Impressora Paranaense, 1896.

MYSKIW, Antonio Marcos. Relatos de Viajantes. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione (Orgs.). *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

NASCIMENTO. Domingos Virgilio. *Pela Fronteira*. Curitiba, 1903.

NASCIMENTO. José Francisco Thomaz do. Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares. *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnografico do Brazil*, tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886.

NOGUEIRA, Julio. *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*. Rio de Janeiro. Typ. Editora Carioca, 1920.

PEYRET, Peyret. *Cartas sobre Misiones*. Buenos: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

PUSO, Santiago. *Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nahuel Hauapí – Por las costas de Sur*. Casa Editorial MAUCCI: Barcelona, 1912.

QUEIREL, Juan, *Misiones*. Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1897.

SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo da. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SPEGAZZINI, Carlos Al través de Misiones. *Revista de la Facultad de Agronomía y Veterinaria*, Tomo V. Universidad Nacional de La Plata, Plata: Talleres Gráficos de Joaquín Sesé, 1909.

Entre o “Sul” e a “Amazônia”: a branquitude estrangeira numa fronteira colonial

*Fabio Magalhães Candotti*¹

Recusando o mal, o colonizador de boa vontade jamais pode alcançar o bem, pois a única escolha que lhe é permitida não é entre o bem e o mal, é entre o mal e o mal-estar.

Albert Memmi, 1957

Este ensaio nasce de uma inquietação que tomou forma durante meus primeiros oito anos de moradia em Manaus, no estado brasileiro do Amazonas, onde cheguei em 2012. Por um lado, a grande maioria das relações construídas nesta cidade durante esse período situou-me numa posição inicialmente inesperada e ininteligível e que, de tão repetitiva, tornou-se incômoda. Nas alianças de trabalho, nos contatos mais rápidos em pesquisas de campo, passando pelos menores momentos de convivência pessoal, fui continuamente marcado como um estrangeiro. Uma posição que não equivale – ainda que se assemelhe – àquela que eu havia ocupado

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Coordenador do Grupo de Pesquisa Ilhargas.

nas relações vividas por três décadas em cidades “sudestinas”, com minha pele branca e meu corpo não talhado pelo trabalho braçal. Por lá, sendo parte de uma pequena e estável classe média, diferenciado da grande maioria da população e marcado como alguém “de fora” de lugares como favelas e quebradas, de maneira alguma eu era um estrangeiro *tal como* passei a ser em Manaus.

Este texto não só nasce como faz parte do processo de compreensão dessa posição de estrangeiro e branco e do mal-estar afetivo e ético que a acompanha. O processo de aprendizado pode ser resumido da maneira que se segue. Comecei conectando essa minha posição de estrangeiro a um discurso crítico sobre a situação atual de “colônia” que experimentamos neste lugar mais amplo do que Manaus e que chamo de “Aqui”. Discurso um tanto raro e pouco sistematizado em escritos, mas que se faz presente nas conversas com colegas de trabalho e com pessoas dedicadas à produção artística. Aos poucos, essa hipótese foi sendo alimentada durante outros diálogos corriqueiros e dispersos, desta vez sobre o meu próprio movimento. Ideias trocadas não só por “Aqui”, como no meu lugar de origem, que aprendi a chamar de “Sudeste”. Esse jogo de interlocuções descontínuas e contingentes vivido entre dois lugares ativou uma memória de minha própria relação com a “Amazônia”. A partir disso, elaborei um esforço de simetrização para etnografar dois agenciamentos coletivos absolutamente assimétricos: vindo de um lado, um agenciamento “d’Aqui” sobre o “Sul”; vindo de outro, um agenciamento “sudestino” sobre a “Amazônia”. Essa é a matéria da primeira parte do ensaio.

O processo lento de construção desta descrição simétrica reforçou a hipótese de uma situação colonial – o que será exposto na segunda parte. E o mesmo caminho possibilitou um novo (e inconcluso) aprendizado sobre as maneiras de lidar com essa situação sem negar a delicada posição – de branco e estrangeiro – que ocupo. Algo que passou pela aproximação com estudos de frontei-

ras nacionais e que se conectou a saberes formados em lutas éticas contra poderes coloniais. Aprendizado que, ao fim, culmina no difícil exercício de uma postura *divergente* ou *fronteiriça* de pensamento diante de uma branquitude marcada, que coloca questões tanto para a velha crítica sociológica quanto para a jovem reflexividade antropológica. Essa será a discussão final.

Aspecto controverso desta proposta é a delimitação do “campo” de interlocuções. De um lado, está um universo mais homogêneo de pessoas: homens e mulheres entre 25 e 50 anos de idade, moradores de cidades sudestinas, de orientações sexuais diversas, dedicados ou a atividades universitárias ou à produção cultural e quase todos brancos e de classe média. De outro, um universo muito mais heterogêneo: homens e mulheres entre 18 e 50 anos, moradores de Manaus, também de diferentes orientações sexuais, mas, sobretudo, pessoas não brancas e, em sua maioria, pertencentes à classe trabalhadora. Nos dois lados, a mesa de bar foi, talvez, a situação mais comum de conversa – ainda que, em cada lugar, essa situação fosse muito diferente.

Na contramão das recomendações científicas de delimitação do “objeto”, aceitei o desafio proposto por Tim Ingold de descrever minha experiência como um processo *alongly integrated* (Ingold, 2011, p. 154). Algo que extrapola, no tempo e no espaço, as delimitações usuais de um “campo”; que demanda uma atenção especial às relações entre saber, memória, lugar e movimento; e que convida a narrar os aprendizados como histórias. Ao mesmo tempo, encontrei no diálogo com Jeanne Favret-Saada um entendimento mais proveitoso do que vivi: um exercício de saber definido pela “aceitação” de uma outra “comunicação”, distinta da típica “observação” por ser “involuntária e não intencional”, mediada por *afetos*. Algo que não se confunde com a empatia – sustentada na diferença radical de mundo entre si e outros/as e na possibilidade de saber o que se passa com eles/as. Trata-se de uma comunicação que supõe,

justamente, a inclusão no mundo de outros/as e a transformação por suas forças, sem que, por isso, se saiba o que se passa com eles/as (Favret-Saada, 2005, p. 158-9). Dessa experiência de comunicação pouco controlada, emergiram o que aqui importa: regularidades nos planos dos enunciados, dos afetos e das mobilidades.

Ao fim, como propõe Otávio Velho, interessa que “deixar-se afetar pelo nativo pressupõe que ‘ele/ela’ tenha algo a nos ensinar. Não apenas sobre ele mesmo, mas sobre nós” (Velho, (2007, p. 250). Na situação que este ensaio enfrenta, a proposta é explorar o que a relação assimétrica entre dois agenciamentos “nativos” pode ensinar *a um certo* “nós” – a uma certa branquitude – sobre uma experiência (trans)fronteiriça marcada por uma ferida colonial singular – “amazônica”, por assim dizer.

Dois agenciamentos

Cheguei a Manaus em 2012, seguindo o caminho trilhado por outras pessoas com quem convivia no “Sudeste” brasileiro. Porém, meu interesse inicial não era pela cidade. Tal como para muitos/as dos/as mais de vinte pesquisadores/as “sudestinos/as” que estive-ram em minha casa nos últimos sete anos, Manaus era simplesmente um ponto inevitável de passagem para o lugar que efetivamente interessava: a “Amazônia”. Uma curiosidade de caráter intelectual que começou na pós-graduação, em Campinas, cidade vizinha a São Paulo, capital onde eu morei entre 2002 e 2012. Ao longo desse período, a “Amazônia” emergiu como objeto de encantamento: era um gigantesco território que oferecia uma resistência muito particular à expansão capitalista por abrigar outras formas singulares de socialidade humana e não humana: um campo de batalhas e de possíveis conexões entre “nossos” saberes científicos e saberes “outros”, mítico-xamânicos.

Foi com essa imagem em mente que fiz minhas primeiras viagens a Manaus, entre 2009 e 2011. Porém, o que motivava essa

mobilidade era, mais imediatamente, visitar meus pais e amigos/as que haviam se mudado recentemente para esta cidade, todos/as vindos/as do “Sudeste”, estimulados por uma (então) nova geração de políticas de estado voltadas ao “desenvolvimento regional”. Mas, naquele ano de 2012, ao encantamento intelectual pela “Amazônia” se somou o imperativo de conseguir um trabalho como professor ou uma bolsa de pesquisa. A convivência à meia distância deixou evidente que nesta cidade havia um mercado de trabalho “carente de doutores” – exatamente o contrário da realidade paulista. Essa percepção não estava errada e, em pouco tempo, eu era contratado por um centro universitário privado para trabalhar 40 horas semanais.

Em fins de 2013, quando essa instituição começava a entrar em crise, soube que estavam abertos editais para bolsas de pós-doutorado na Universidade Federal do Amazonas, em programas de pós-graduação que surgiram nos anos 2000 com muito esforço local e um pouco dos grandes investimentos federais. Na seleção para o programa de Sociologia, como *ninguém* havia se candidatado no primeiro prazo, o edital foi reaberto e eu apareci como *único* candidato – com um projeto que retomava aquelas minhas preocupações com a “Amazônia”. No ano seguinte, houve um concurso com duas vagas para o Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição, tendo como requisito mínimo o mestrado. A esmagadora maioria dos cerca de 30 inscritos havia se formado na própria instituição e possuía apenas o título de mestre. Como um dos dois doutores candidatos, fiquei com uma vaga – e a outra, com uma colega recém-chegada do Paraná.

Para além de possíveis interpretações sociológicas dessa trajetória “bem-sucedida” no mundo manauara do trabalho – que não terminou aí –, interessa-me como as variações dessa narrativa alimentaram um fluxo de conversas, pois, nos últimos seis anos, não foram poucas as vezes que contei versões dessa história para outras pessoas nos dois lugares por onde circulei com mais intensi-

dade: “Aqui” e no “Sudeste”, regiões relativas a perspectivas que não se delimitam pela cartografia estatal. São como os lugares de Ingold (2011) e o “aqui” de Doreen Massey: feitos de “encontros” entre movimentos (humanos e não humanos); feitos *de* espaço e tempo, mas, também, de relações de poder nas quais pesquisadores/as estão necessariamente implicados/as: “linhas cruzadas nas mais amplas geometrias do poder que constituem tanto eles próprios [os lugares] quanto ‘o global’” (Massey, 2008, p. 152).

Nesses termos, de um lado, “Aqui” é o lugar onde moro e onde escrevo. Um lugar centralizado na cidade de Manaus e que se expande não através de círculos concêntricos e, sim, pelos caminhos entre uma série de outras cidades menores, vilas e comunidades. Esse lugar *pode ser* a “Amazônia”, como *pode ser* um “Norte”, ou, ainda, algo mais indefinido. O “Sudeste”, por sua vez, é um nome que passei a recorrer “Aqui” para definir uma região incerta de onde vim e para onde volto regularmente, para visitar pessoas e a trabalho. É também uma forma de nomear uma origem satisfatória. Nascido no Rio de Janeiro/RJ e tendo vivido sete anos em Vitória/ES e dez anos em São Paulo/SP, passei a dizer que sou “sudestino”, entendendo que sua quase inexistência, no Brasil, diz muito sobre uma certa geopolítica ordinária que acompanha o jogo de diferenças regionais marcadas e não marcadas da geopolítica de estado.

Através de conversas em que narrei minha chegada “Aqui”, deu-se um processo lento de transformação no modo como me afetavam os enunciados de meus/minhas interlocutores/as, “Aqui” e no “Sudeste”. Dessas situações ligeiramente variadas, vividas nesses dois lugares, apareceram distintas razões discursadas, diferentes mobilidades e afetividades ambivalentes. Como solução socioantropológica, abstraí dois “agenciamentos coletivos” (Deleuze; Guattari, 1996) – ao mesmo tempo discursivos, geográficos e afeti-

vos² – e realizei uma espécie de “esforço de simetrização” (Viveiros de Castro; Goldman, 2012)³. Trata-se de uma primeira operação, que intensifica um duplo estranhamento.

Eis o primeiro agenciamento

Ao longo de meus seis anos por “Aqui”, ouvi, incontáveis vezes, uma pergunta simples e direta: *“você não é daqui não, né?”*. Pergunta feita muitas vezes como um início de conversa por pessoas com corpos e vidas diferentes entre si, mas, sobretudo, muito diferentes do meu corpo e de minha vida em termos de classe e raça. Pergunta que busca confirmar o que já se sabe. E para pessoas como eu, de pele branca e com um corpo intelectualizado, não moldado pelo trabalho braçal, a (quase) inevitável resposta afirmativa (“não, não sou daqui”) me colocou numa posição que, por algum tempo, foi terrivelmente incômoda, produtora de um verdadeiro isolamento, acumulando-se como uma força de expulsão.

Encarando essa pergunta como um “bom sociólogo”, tendia a interpretá-la como expressão de uma cidade que seria como uma grande “periferia”, com minúsculas ilhas de classe média – ao menos uma cuja aparência correspondia àquela que eu havia conheci-

² De maneira muito resumida, tendo por base Deleuze e Guattari (1996), entendo o agenciamento coletivo como uma individuação associativa e simbiótica de ações/acontecimentos heterogêneas/os em diversos planos – enunciados, afetos relações de poder, movimentos, espaço e tempo – sem remeter a uma única origem nem a um efeito específico.

³ Entendo esse esforço como uma prática metodológica de descrever de maneira espelhada dois acontecimentos, quaisquer que sejam. Assim como Latour (Latour; Miranda, 2017), Stengers (2002) e Viveiros de Castro e Goldman (2012), considero essa prática de grande valia para confrontar acontecimentos relacionados em alguma controvérsia marcada – e às vezes enterrada – por assimetrias que erguem “grandes divisores”. Trata-se “de gerar, primeiro artificialmente, um equilíbrio simétrico para, então, registrar a assimetria nas relações de poder” (Latour; Miranda, 2017, p. 336, tradução minha).

do no “Sudeste”. Seria, nesse sentido, a mesma interpelação à que respondi em muitas experiências descontínuas nas periferias desse outro lugar. Foi preciso *tempo* para *intuir* que a tal ação implica, “Aqui”, uma relação semelhante, mas de outra natureza; que ela me situa numa posição bem específica *no interior* de uma socialidade singular. Uma posição que compartilho com outros/as professores/as e pesquisadores/as, altos funcionários/as públicos/as, membros de ONGs e gestores/as de empresas multinacionais, profissionais liberais de diversos tipos, turistas e outras tantas pessoas com corpos parecidos; ou seja, uma posição que compartilho inclusive com pessoas que não nasceram ou cresceram no Brasil: a de um/a estrangeiro/a. Mas não qualquer um: alguém “branco/a”, que veio de um lado de fora específico, e que, por isso, pode ser chamado de “gringo/a”.

Por “Aqui”, sou alguém que “veio de” e que “representa” um lugar considerado “melhor”, mais “veloz”, *muito* mais “rico” e com mais “oportunidades”. Trata-se de um grande “Sul” que, dentro do Brasil, visto “d’Aqui”, é diferenciado somente do “Nordeste” – esse outro lugar com o qual se mantém uma relação de afinidade imensa e particular. Esse “Sul” é um lugar que suscita conversas alimentadas pelas mil histórias presentes em novelas, notícias e narrativas transmitidas pelas grandes mídias “nacionais”; pelas viagens a passeio ou a trabalho (crescentes entre as classes populares); por notícias de poucos/as amigos/as e parentes que foram trabalhar e estudar; e pela convivência, “Aqui” mesmo, com pessoas de “lá”. Sabendo-se tanto e por vias tão distintas, ainda assim esse “Sul” provoca, *às vezes*, naqueles/as que nunca lhe fizeram uma visita, uma curiosidade carregada, ao mesmo tempo, por admiração e medo. Afinal, além da velocidade e da riqueza espantosas, sabe-se que essa região transborda a fronteira nacional. Por mais que também se reconheça a presença “negra” e (menos) a “indígena”, quando projetado através de pessoas como eu, o “Sul” continua

através de um “atlântico branco” (Weaver, 2014), em afinidade com lugares como a Europa e os Estados Unidos. Algo que pode ser verificado facilmente “Aqui” mesmo, ao conhecer “brasileiros” como eu e perceber que não somente “nossas” ancestralidades, como mobilidades, parentescos, amizades e trabalhos passaram e passam por aqueles lugares, que compartilhamos lazeres, trabalhos, formas de vestir e moradias com pessoas que vêm de lá.

É por sua afinidade “branca” que esse “Sul” *pode* ser considerado como povoado por pessoas mais “bonitas”, “rápidas” e, sobretudo, mais “inteligentes” – esse conceito tão central para o racismo contemporâneo. Justamente por terem essa origem, compreende-se que pessoas como eu sejam “selecionadas” para cargos mais prestigiados. Acontecimento comum que reitera uma suposição recorrente de inferioridade de pessoas “d’Aqui”, tomadas por “lentas”, “preguiçosas” e “ignorantes”, quando não mais “feias”. É isso que, para algumas pessoas, a narrativa de minha trajetória “bem-sucedida” confirma. Considerada por outras como injusta, essa suposição de inferioridade é objeto de uma disputa às vezes silenciosa, às vezes franca, que tensiona discussões, das mesas de bar aos auditórios universitários. Uma diferença que corresponde à ambivalência afetiva, nem sempre evidente, na pergunta que busca confirmar minha origem estrangeira: entre a curiosidade e a interpelação política. Na primeira, a curiosidade pode vir junto a uma admiração amedrontada, carregada tanto de uma insegurança (que expressa a certeza de uma desigualdade), quanto de várias espécies de interesse (como aquele “que sonha o sucesso sulista”⁴). Na segunda

⁴ Verso de “Porto de Lenha”, música de Torrinho e Aldísio Filgueiras. Uma das mais famosas da história da música popular amazonense, expressa bem o agenciamento descrito: “Porto de lenha tu nunca serás Liverpool / Com uma cara sardenta e olhos azuis / Um quarto de flauta do alto Rio Negro / Pra cada sambista paraquedista / Que sonha sucesso, sucesso sulista / Em cada navio, em cada cruzeiro / Em cada cruzeiro das quadrilhas de turistas”.

maneira, a interpelação política, às vezes sutilmente irônica, pode vir junto com uma imposição de semelhança e, mesmo, de superioridade, tanto quanto com uma expressão – às vezes incontida – de ressentimento e raiva.

Afetos com os quais, tantas vezes, insurge-se contra o enunciado de que “aqui somos todos/as índios/as” como quem afronta um racismo. Algo que pode se desdobrar em muitas considerações divergentes – desde um racismo nem um pouco velado contra indígenas, até reivindicações diversas de conexões ancestrais e atuais com alguma indianidade. Mas, sobretudo, uma recusa que afirma outras tantas identidades possíveis “Aqui”, que podem ou não passar pela listagem demográfica, mas que passam muitas vezes por considerações sobre ancestralidades e origens geográficas. Algo que, em todo caso, ilumina uma existência coletiva que não se reduz à relação com a floresta – por mais que esta possa ser valorizada.

As ambivalências de uma simples pergunta produzem um jogo marcado por receios que se desdobram, muitas vezes, numa pergunta (semi)aberta: “*O que você veio fazer aqui?*”. A resposta mais direta que tenho para dar – “vim trabalhar, como professor” – nem sempre parece suficiente. Afinal, por que abandonar um lugar com mais “oportunidades” para viver “Aqui”? A explicação mais completa, que indica a vinda anterior de parentes, alivia um pouco a dúvida. Mas a origem deles e a sua motivação – “vieram do Sudeste para trabalhar num museu” – dá a margem exata para que a ambivalência das perguntas persista e se prolongue numa série derradeira de questões sobre a duração de minha estada: “*Já se acostumou aqui?*”, “*Não pensa em voltar?*”, passando quase sempre pelo tema do calor e da comida. Ao dizer que já me acostumei com o calor (o que é meia verdade), não convenço; ao dizer que nunca comi tão bem na minha vida (o que é verdade), ganho um voto de confiança. A maneira mais generosa de encerrar a conversa, principalmente quando é travada com um/a estranho/a, é através de

uma pergunta derradeira: “*Já comeu jaraqui?*”. Afinal – “*Tu sabes, né? Quem come jaraqui não sai daqui?*”⁵. Uma pergunta e uma afirmação (com direito a trocadilho) que, além de remeter a essa fonte comum de identidade coletiva que é a alimentação, já me foi feita por outro homem, com um sorriso irônico, em sentido (hetero)sexual: “*Já comeu uma mulher daqui?*”. Questão rapidamente conectada à sugestão – muito comum – de cuidados diante dos interesses femininos locais. Mas, ao fim, nenhuma resposta é capaz de convencer que minha vinda é “definitiva” –, e isso *faz* pensar se de fato ela é. Nada desfaz a certeza de que o/a “gringo/a” nunca será capaz de se acostumar e entender este mundo “d’Aqui” e, muito menos, de se misturar e se diluir em suas relações. Mais do que isso: sabe-se que, muito provavelmente, não demorará para voltar ao seu lugar de origem, por mais que afirme o contrário.

Em suma, presenças e mobilidades como a minha são raras e estranhas o suficiente para que suscitem indagações e dúvidas sobre os seus “verdadeiros” motivos, e comuns o suficiente, nas histórias narradas sobre a vida “d’Aqui”, para que sejam compreendidas como parte permanente da humanidade deste lugar – e das relações de poder que o povoam.

Eis o segundo agenciamento

Ao que parece, para a imensa maioria dos/as “sudestinos/as” com quem convivi, muitos/as deles/as branco/as e colegas de profissão que têm na mobilidade de longas distâncias uma prática regular, a “Amazônia” pode ser (ou conter) um bom lugar para turismo ou um bom objeto de pesquisa, mas não um bom lugar para

⁵ Jaraqui é um peixe pequeno, abundante e barato. O enunciado, realmente comum, aparece no samba “Se eu cozinheiro, abunda” (Junior Rodrigues, Wander-Lãan Vaz e Pedro Donadio), como um “ditado baré” – sendo “baré” uma das formas de definir o que ou quem é “d’Aqui”.

viver. De meus sucessivos retornos ao “Sudeste”, é curioso lembrar e perceber o quanto essa avaliação difere daquela sobre outros lugares em conversas rotineiras. Afinal, um dos assuntos preferidos são as diferenças entre lugares; sejam elas capitais ou cidades do interior do próprio “Sudeste” ou outras regiões do país ou do mundo, sobretudo da Europa e dos EUA; sejam ainda outros lugares mais indefinidos e “exóticos” mundo afora. Nessas conversas, emergem histórias específicas que levam a outras histórias específicas, vividas, assistidas, lidas ou ouvidas, povoadas por notícias recentes, por relações pessoais e, principalmente, por uma enorme curiosidade entrecruzada e retroalimentada.

No entanto, se o lugar em questão for Manaus, principalmente quando a conversa se dá com pessoas desconhecidas, o diálogo dificilmente continua. Ou, quando prossegue, se direciona para os “grandes problemas” da “Amazônia”, praticamente os mesmos que povoam as grandes mídias. Entre as personagens dessa conversa estão quase sempre a floresta, sua imensidão e biodiversidade; o tamanho dos rios e as distâncias medidas em dias de viagem a barco; ou seja, está a natureza e sua grandiosidade. A “Amazônia”, nesse sentido, é, *primeiro*, uma “região” não delimitada pelos limites estatais, não é “nacional”. As personagens humanas se fazem presentes e não são definidas primeiro pela nacionalidade: são os povos tradicionais – “indígenas”, “ribeirinhos”, “seringueiros”, somados por vezes à estranha surpresa de saber da existência de “quilombolas”. Gente definida pela diferença radical de sua “cultura” e de seus “conhecimentos” sobre a floresta. É em função dessas existências que aparecem o “agronegócio”, a “mineração”, as “madeireiras” e as “hidrelétricas”; personagens definidas fundamentalmente pela destruição das formas de vida “amazônicas”. Há ainda uma outra velha personagem que se tornou um pouco mais presente em minhas conversas a partir de 2017, junto com a aparição espetacular da facção Família do Norte na grande mídia “nacional” e com a “cri-

se na Venezuela”: as “fronteiras nacionais”. Definidas – como quase tudo na “região” – pelo seu tamanho, mas também pela distância em relação ao que seria um “centro do mundo” – nomeadas, assim, como verdadeiro “fim” ou “cu do mundo”, como espaço “descontrolado”, “aberto”, por onde “passam” “drogas” e “imigrantes ilegais”. Enfim, são comuns também as preocupações com as “doenças”, associadas à precariedade da “infraestrutura”.

Há aí uma dificuldade em enxergar as cidades. Sabe-se (quando muito) somente o nome das nove capitais dessa metade de Brasil que é a “Amazônia”, onde estão oficialmente catalogadas mais de setecentas cidades. Antes de vir, eu não sabia. Mesmo para quem passou alguma vez por Manaus, a passeio ou a trabalho, esse desinteresse converte-se numa desatenção com a paisagem urbana, sobre a qual recaem memórias tristes da “sujeira” e da “pobreza”, que permitem fazer a mesma aproximação que fiz com as periferias do “Sudeste”. As lembranças mais intensas geralmente referem-se ao clima (o “calor”, a “umidade”, a “chuva” ...), à comida (apesar do frequente esquecimento dos nomes) e aos passeios turísticos fora do centro urbano, onde aparece, mais uma vez, a grandiosidade dos rios e da floresta. A visita obrigatória ao Largo de São Sebastião e ao gigantesco Teatro Amazonas conduz à sensação de conhecer algo fora de lugar – “ópera no meio da floresta?”. E se a paisagem urbana não humana não suscita muitas lembranças, os corpos humanos que a povoam provocam um certo estranhamento, muitas vezes expresso na dificuldade em elaborar uma descrição. Exercício solucionado, frequentemente, pela referência muito imprecisa ao que seriam traços, cores e trejeitos “indígenas” – e nunca “negros”, essa categoria tão central para a subjetivação “sudestina”. Junto a isso, não são raras as considerações envergonhadas de mulheres heterossexuais e homens gays do “Sudeste” sobre a “feiura” dos homens de “lá”; como são comuns as considerações, menos envergonhadas, de homens heterossexuais sobre a beleza

“diferente” e sobre uma atitude sexualmente ativa das mulheres da “Amazônia”.

Considerando toda essa produção afetiva e racional de sentidos, não estranha que, no “Sudeste”, eu tenha ouvido tantas vezes uma pergunta semelhante a uma daquelas que me fazem até hoje “Aqui”: *“O que você foi fazer lá?”*. Há aí, também, uma primeira ambivalência, entre uma curiosidade sincera (mais própria a amigos/as e mais rara) e uma indagação carregada de descrença (como se perguntasse *“O que, diabos, você foi fazer por lá?”*). Nas duas formas, há uma dúvida semelhante. E, como “Aqui”, percebo que nenhuma de minhas respostas convence, porém, num sentido diferente, pois mesmo a relativa “facilidade” que encontrei por “Aqui” para construir uma carreira profissional é insuficiente. O meu movimento aparece como algo raro, um desvio entre uma gama muito variada de percursos aceitáveis – e que incluem atravessar um oceano inteiro. De fato, trata-se de um evento praticamente desconhecido e, como tal, deve ser explicado por questões individuais. Com exceção, talvez, de uma interpretação que o apoia como uma fuga radical das grandes cidades. Algo que, contudo, toma novamente Manaus como um lugar dentro de um espaço oposto, marcado pela “natureza”. Não por acaso, é comum a surpresa quando digo que o “inferno urbano” pode ser reencontrado “no meio da floresta”, lembrando que a capital onde moro tem 2 milhões de habitantes e que se pode viver nela – como “Aqui” se diz em tom crítico – “de costas para o rio” ou “para a floresta”.

A ambivalência dessa versão “sudestina” da pergunta sobre o porquê de minha vinda também se bifurca. Seja ela feita com uma curiosidade sincera, seja na forma de descrença, pode haver, por um lado, uma admiração muito diferente daquela que me é direcionada por pessoas “d’Aqui”. Admirável, agora, é minha “coragem”, tanto por romper com os limites de um espaço seguro, quanto diante de uma vida e de um trabalho supostamente mais difíceis. Por isso, pode ha-

ver inclusive a atribuição de uma “responsabilidade” a mais, num sentido que varia entre um papel de “civilizador” e o desafio contrário de “respeitar as diferenças culturais”. Esse polo é mais intenso na primeira maneira de fazer a pergunta. Por outro lado, e de modo mais intenso na segunda maneira, há uma atribuição de “loucura”. O que, depois de tudo, não parece nem um pouco absurdo.

Ao fim, a pergunta “sudestina” sobre as razões de minha vinda também é acompanhada pela percepção de que ali não é o meu lugar: *“Você se sente em casa por lá?”*. Dúvida que acompanha a certeza de que a duração dessa mobilidade é limitada: *“Até quando você pretende ficar?”*. E a tristeza de amigos/as ao perceber que *“você não volta, mesmo, né?”* parece tão grande quanto o tamanho da distância que se enxerga entre os dois lugares. Fazer uma visita não é algo tão simples como seria em outros lugares – mesmo quando se descobre que as passagens não são mais caras do que outras. Afinal, *“O que tem para se fazer por lá?”*.

Um dissenso

Descritos assim, por um esforço de simetrização, é possível nomear esses dois acontecimentos, abstraídos de minhas conversas sobre minha própria trajetória, como *um agenciamento “d’Aqui” sobre o “Sul”* e *um agenciamento “sudestino” sobre a “Amazônia”*. Como já dito, são eventos feitos de ações em que se misturam discursos, afetos e mobilidades. Por isso, ao exagerar nas aspas não pretendo dar menos veracidade ao que se diz e se sente. *Vindo* do “Sudeste” e chegando “Aqui”, nunca parei de confirmar a existência e a intensificação de uma verdadeira guerra entre povos tradicionais e seus velhos e novos inimigos, cada vez mais poderosos. Foi impossível, também, não me assustar e me encantar com a (relativa) grandiosidade da floresta e com sua diversidade. *Voltando* ao “Sul”, passei a perceber e me assustar com a existência (relativamente) excessi-

va de sua velocidade e, principalmente, de sua riqueza econômica, entendendo pela primeira vez a precisão dos raps paulistas que afirmam, há tempos, de diversas maneiras, como esse lugar “tem dinheiro pra carai pa tentar”⁶. Passei a entender, igualmente, como esse lugar é, ainda que não exclusivamente, uma terra de pessoas brancas, que cultivam o seu “atlântico branco”.

Nesses termos, pode-se dizer que o agenciamento “sudestino” opera a partir de uma distinção radical – uma “linha de segmentação dura” (Deleuze; Guattari, 1996) tipicamente “moderna” – entre “cultura” e “natureza”. A “Amazônia” é fundamentalmente uma “floresta” e sua complexidade é relativa à sua *biodiversidade*. Por isso, pode ser agenciada como uma “região” bem delimitada e conectada *internamente*. Daí que seja compreensível a ideia de interdependência entre os seus diferentes “biomas”, ao mesmo tempo em que o povoamento humano é entendido como “isolado no meio da floresta” e dependente – para o bem ou para o mal – dessa realidade “natural”. É como um mundo fechado que está posicionado como o lado de fora de um mundo saturado pela “humanidade” e carente de “natureza”. E isso *assusta*, por mais admirável e desejado que possa ser, de longe, para alguns/umas “sudestinos/as”. Por sua vez – e igualmente para o bem ou para o mal – o “Sudeste” é o lugar por excelência da “civilização” no Brasil, sendo, como tal, um espaço marcado pela complexidade da presença humana, por uma *sociodiversidade*, e definido pela sua *exterioridade*, pela *abertura* ao “resto do mundo” – sendo, por isso, menos “regional”. E isso *acalma*.

Já o agenciamento “d’Aqui” opera a partir de uma distinção nada radical – uma linha de segmentação flexível (Deleuze; Guattari, 1996), ainda que não menos “moderna” – entre graus de “desenvolvimento”, pois “Aqui” não é, definitivamente, uma “re-

⁶ Verso do rap “Cores & Valores”, dos Racionais MC’s, em álbum homônimo de 2014.

gião natural”, por mais que se saiba da grandiosidade da floresta e dos rios. “Aqui” é um mundo feito de muitos lugares, diferenciados por mil fatores, entre eles o próprio grau de “desenvolvimento” entre comunidades, vilas e cidades – gradação que pode ser mais bem entendida por uma segmentaridade linear do tipo fractal do que por círculos concêntricos ao redor da capital⁷. Lugares povoados por corpos que raramente vivem de maneira “tradicional”, que não estão “isolados no meio da floresta”; corpos que estão cotidianamente conectados com o “resto do mundo” – inclusive com cidades de outros países sul-americanos bastante desconhecidas no “Sul”; corpos cuja (auto)identificação ou diferenciação pela via da ancestralidade envolve considerações quicá mais complexas do que aquelas que “sudestinos/as” costumam exercitar sobre si mesmos/as⁸. Por sua vez, o “Sul” é somente *um* lado de fora e *um* lugar muito mais “rico” do que “Aqui”, com mais “oportunidades” e, sim, muito mais conectado com “o resto do mundo”, sobretudo com a parte “branca” desse resto. Um lugar mais “desenvolvido”, com tudo o que há de bom e com tudo o que pode haver de ruim nisso. E, por isso, por mais admirável e desejado que possa ser para muitos/as “d’Aqui”, às vezes ele também assusta – ainda que muito menos do que o temor recíproco.

⁷ Percebe-se essa segmentaridade fractal, por exemplo, no modo como hoje se narra uma trajetória admirável, excepcionalmente “vencedora”, “d’Aqui”: a de uma pessoa que nasceu numa “pequena comunidade”, filha de “caboclos”, e que iniciou o estudo na escola de uma vila próxima, deslocando-se diariamente; que seguiu para fazer o ensino médio numa “pequena cidade do interior”; que, então, mudou-se para uma cidade “um pouco maior”, onde pôde cursar uma graduação, até seguir para a capital para trabalhar ou fazer pós-graduação.

⁸ Sobre isso, ver as belíssimas análises de Chaves (2002) e Melo (2020, 2019). A essa última voltarei adiante.

Há, porém, um limite no tratamento simétrico desses dois agenciamentos. Como o “negro” e o “branco” de Frantz Fanon, eles não têm “resistência ontológica” (Fanon, 2008, p. 104), pois esses agenciamentos só existem um em relação ao outro. Ou melhor, um em função do outro, por um jogo de relações cruzadas e de mão dupla, que divergem em certos aspectos e convergem em outros. Relações que se fizeram sentir e pensar com grande evidência através de meu próprio – *mas nem um pouco exclusivo* – movimento entre os dois lugares, reciprocamente agenciados, e entre as afetações e enunciados experimentados quando imerso em cada um. Foi com esse saber elaborado em movimento que pude perceber que a divergência entre os agenciamentos pode ser entendida como “dissenso”, na maneira como Jacques Rancière (1996) o definiu: uma “perturbação no sensível, uma modificação singular no que é visível, dizível, contável” (ibid. p, 372); “não um conflito entre pontos de vista, nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma de um mundo comum” (ibid. p, 374). Foi isso que impôs, para mim, um novo problema para pensar.

A mescla ambivalente e ambígua de afetos e razões implicada na pergunta feita a mim “Aqui” – “*Você não é daqui, não, né?*” – perturba o mundo sensível agenciado desde o “Sudeste”. E se o faz é porque supõe um saber sobre ele. Não seria preciso sair “d’Aqui” – ainda que se saia e muito – para conhecer os discursos, os afetos e as mobilidades desse agenciamento estrangeiro; e para conhecer muitas pequenas histórias sobre esse seu “Sul”. É por isso mesmo que se conhecem tão bem as poucas variações da grande narrativa que faz “d’Aqui” um grande *Outro* – uma espécie de *amazonismo* difuso que opera uma “distinção ontológica” aparentada àquela do famoso “orientalismo” analisado por Edward Said (2007). Nada que, por sinal, seja novidade para a produção intelectual amazonense – a Amazônia “exotizada”, em Márcio Souza (1978) e Renan Freitas

Pinto (1999); “inventada”, em Neide Gondim (2007[1994]); “metamorfoseada”, em Marilene Correa da Silva (2000); “ambientalizada” em Luiz Fernando Santos (2014) etc.⁹

Assim, esse agenciamento “d’Aqui”, conhecendo tão bem o agenciamento “sudestino”, sabe que é desconhecido ou ignorado por ele. E, quanto a isso, percebo nesse agenciamento mesmo “d’Aqui”, além do ressentimento, um grande cansaço, pois não é de hoje que se tenta explicar que “Aqui” não é uma “região natural” e que “não somos todos/as índios”; recusa que, como já dito, afirma uma existência humana mais múltipla. Mas sente-se (na pele) como a força desse agenciamento que vem do “Sul” é tão grande quanto o tamanho de seu desconhecimento. Por isso, conhecê-lo é como uma vantagem valiosa, mas relativamente pequena em meio a uma desvantagem anterior quase absoluta, cuja superação não aparece no horizonte. O agenciamento “d’Aqui” sobre o “Sul”, sintetizado em uma pergunta, é, portanto, uma *resposta* pela qual se afirma o que se sabe: “sei de onde você vem, sei o que pensa sobre este lugar e sobre mim, sei porque veio e sei que não vai demorar para ir embora”. Ou seja, “sei quem você é”.

Esse agenciamento-resposta confirma o discurso crítico – raro, mas sempre presente por “Aqui” – do qual parti e ilumina *uma* “situação colonial” singular, de modo que a interpretação de traje-

⁹ Isso tudo para não citar uma história mais longa do “pensamento social na Amazônia”, tema de todo um campo de estudos no Amazonas (Bastos; Pinto, 2016). Nessa produção emergem outras formas de enunciar a “Amazônia”: como um conceito “d’Aqui”, tão disputado quanto qualquer outro dentre os grandes; e tão carregado de ambivalências quanto qualquer invenção colonial apropriada por intelectuais subalternos/as. Como na problematização antieurocêntrica do “exótico” feita por Pinto, que diante de uma situação na qual “é praticamente impossível escapar à exotização”, defende “um processo de auto-exotização em que se abre a possibilidade de reprocessamentos e reinvenções críticas” (Pinto, 1999, p. 52). Recentemente, colaborei nesse debate ao lado de aliadas amazonenses (Candotti, Melo da Cunha, Siqueira, 2017).

tórias “bem-sucedidas” como a minha passa por uma avaliação permanente das condutas em meio a relações de poder colonialistas. Lembrando que, nestas, a branquitude estrangeira não é marcada em oposição à indianidade, e, sim, a outros corpos “d’Aqui” que são, sobretudo, “de cor” – corpos negros e indígenas, mas também descendentes de indígenas, afroindígenas e, ainda, outras noções nativas¹⁰. Trata-se de uma situação na qual, para a interpretação dos corpos, as *diferenças de origem e movimento* interseccionam-se às diferenças raciais – e outras. E, sendo assim, diante de mobilidades como a minha, a afirmação de uma situação colonial explicita um *potencial* colonialista – impensado no “Sul” – imanente ao “desenvolvimento regional” posto em prática nas últimas duas décadas no Brasil – e que teve na “expansão” das instituições de educação e pesquisa uma ação das mais importantes e impactantes. Potencial atualizado quando a malha capilar da maquinaria do “desenvolvimento” multiplica – muito mais do que “oportunidades” – relações profissionais e pessoais que suscitam promessas poucas vezes cumpridas e expectativas quase nunca realizadas, além de *enormes* fluxos de dinheiro e de desejo – para não falar nas violências raciais e de gênero¹¹.

¹⁰ Sobre a branquitude como diferença marcada, ver Frankenberg (2004). Essa marcação mereceria, em outro momento, uma comparação com as teorias etnográficas da “antimestiçagem” yanomami (Luciani, 2016) e da “contramestiçagem” afroindígena (Goldman, 2015). Sobre isso, é curioso notar como a produção sudestina e nordestina sobre raça/racismo “nacionaliza” seus contextos e desconsidera especificidades do “Norte” – região com maior população “parda” no Censo 2010 (67%). A “Amazônia”, por sua vez, serve de referência “nacional” para um debate sobre etnicidade, deixando-se de lado a presença negra, estudada pela historiografia amazonense (Sampaio, 2011).

¹¹ Fluxos que vêm sendo etnografados de maneira sagaz por Olivar em suas pesquisas sobre sexo e dinheiro nas cidades da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia e em São Gabriel da Cachoeira/AM (Olivar 2017, 2016), que podem ser considerados como uma variação territorial extrema “d’Aqui”.

Uma fronteira colonial

Não é novidade que a natureza colonial de um conjunto de relações de poder seja nomeada pelo engajamento teórico e político de poucos/as como uma operação “crítica”, ou seja, como uma demonstração de uma realidade não percebida ou negada pelos diversos lados dessas relações. No meu percurso, como já dito, parti justamente de um discurso crítico, ainda que raro e nem um pouco sistematizado, mas sempre presente por “Aqui” nos campos acadêmico e cultural. Seria mais tranquilo lidar com esse “fenômeno” de maneira igualmente crítica e elaborar uma explicação sociológica sobre suas motivações externas – econômicas, sociais etc. –, desdobrando disso uma teoria sobre seus limites e potenciais. Ou seria mais confortável, se eu estivesse de passagem, “em campo”, e o ato de “levar a sério” esse discurso fosse parte de um experimento antropológico com um “pensamento outro” a ser racionalmente trabalhado depois de um retorno ao lugar onde eu seria o “nativo” – numa outra e clássica relação entre um “aqui” e um “lá”. Experimento esse que permitiria voltar a uma operação crítica, dessa vez sobre os “fundamentos colonialistas da metafísica” (Viveiros de Castro, 2012, p. 156), no caso, aquela presente no agenciamento sudestino. Essas duas vias, próprias à velha crítica sociológica e à jovem reflexividade antropológica, seriam viáveis se não houvesse um discurso e uma afetação acusadora direcionada a mim; se eu não vivesse “Aqui” sem “ser daqui” e se isso não produzisse qualquer incômodo em minhas relações mais ordinárias – inclusive no “Sudeste”. Antes fosse¹². Na situação por mim experimentada – como em muitas outras – não faz sentido, inclusive, a definição de antropologia de Ghassan Hage, defendida por Viveiros de Castro

¹² Assim, nessa situação, faz pouco sentido a definição de antropologia de Ghassan Hage, defendida por Viveiros de Castro (2012, p. 155), como um saber que não lida com “forças que têm um papel causal sobre nós”.

(2012, p. 155), como um saber que *não* lida com “forças que têm um papel causal sobre nós”. Assim, a situação colonial convida a um exercício de pensamento e a uma ética de outra natureza.

A decisão de levar a sério o discurso crítico sobre a situação colonial conduziu a uma intensificação do incômodo inicial. Afinal, não foi difícil me identificar com o personagem que Albert Memmi (2007) chamou de “colonizador de boa vontade”: aquele que, apesar de “adotar” um povo que não é o seu, não pode ser reciprocamente “adotado”, uma vez que isso demandaria “uma transformação profunda *de sua própria situação e sua própria personalidade*” (ibid., p. 48, grifo do autor). Considerando esse processo impossível, o intelectual tunisiano sentencia: “recusando o mal, o colonizador de boa vontade jamais pode alcançar o bem, pois a única escolha que lhe é permitida não é entre o bem e o mal, é entre o mal e o mal-estar” (ibid., p. 50). Um drama, certamente, muito menos sofrido que o do colonizado e diante do qual a possibilidade de uma linha de fuga conduz facilmente a um retorno glorioso ao lugar de origem, com direito a felicitações pela “coragem” da “aventura”. Apenas excepcionalmente, essa linha se converte em um mal-estar sem fim, numa linha de abolição (Deleuze; Guattari, 1996). Como no caso do fotógrafo, professor e naturalista alemão Gustav Dorner, personagem de Milton Hatoum – outro amazonense a situar a “Amazônia” como “um certo Oriente”. Ao reencontrar esse ex-professor durante seu retorno a Manaus, depois de muitos anos no “Sul”, a narradora se pergunta “se alguma morbidez havia na decisão de fixar-se aqui”, pois o estrangeiro havia se convertido numa “pessoa estranhíssima”, “alguém que visivelmente não era turista nem da terra”, com “uma sombra de desencanto e de alheamento a tudo”, definhando solitário no Centro de Manaus, escrevendo palavras na forma de um cometa e interpretando-o como “início e fim de um mesmo percurso... ou de um mesmo dilema” (Hatoum, 2008, p. 115-20).

No entanto, muitos pequenos acontecimentos ajudaram-me a desviar desses dois percursos prováveis e a lidar de outra maneira com essa *impossibilidade memminiana*. Além de uma ampliação gradual do universo de relações pessoais e profissionais acolhedoras e fortalecedoras por “Aqui” – que nem por isso deixaram de marcar a minha branquitude estrangeira –, algumas alianças intelectuais provocaram um deslocamento no modo de lidar com a situação colonial.

Primeiro, um conjunto de análises sobre fronteiras nacionais e regionais – e diálogos contínuos com seus/suas autores/as – possibilitou o entendimento de que os agenciamentos descritos também *podem* ser experimentados como acontecimentos relacionados através de um “processo de fronteirização” (Cardin; Albuquerque, 2018). Não exatamente aquele das frentes de expansão – ainda que estas não estejam excluídas – mas um processo muito mais antigo de produção da diferença espaço-temporal “regional” que separa e relaciona – agora, enunciando-os através de pontos de vista cruzados – “Aqui” e o “Sudeste”, a “Amazônia” e o “Sul”. Um processo que pode ser analisado de maneira micropolítica, como efeito instável de “práticas de fronteirização” difusas e heterogêneas, às vezes opostas, “deslocadas” espacialmente, “dilatadas” temporalmente, “más allá de la inmediatez del cruce del límite fronterizo” (Lois, 2014, p. 247). Práticas pelas quais diferenças de origem se interseccionam com outras, de gênero, de etnicidade/raça, de classe, de geração e, ainda, de legalidade/ilegalidade (Melo, 2020, 2019, 2018; Olivar; Melo, 2017; Olivar, 2018, 2016; Nascimento, 2018; Albuquerque; Paiva 2015).

Pensar a *relação* entre os agenciamentos “sudestino” e “d’Aqui” a partir de um conceito processual e prático de fronteira abriu, num primeiro momento, a possibilidade de elaborar uma compreensão *teórica* sobre a natureza transfronteiriça de movimentos como os meus e sobre a natureza fronteiriça de presenças

como a minha. Isso permitiu colocar como questão a produção espacial da alteridade colonial, incluindo a constituição da branquitude estrangeira através da existência de um “regime de presenças e mobilidades transfronteiriças” (Olivar, Melo da Cunha; Rosa, 2015; Glick Schiller; Salazar, 2013). Sem essa inspiração, não teria conseguido descrever simetricamente a espacialização assimétrica dos dois agenciamentos – que, desse modo, podem ser entendidos como *agenciamentos de fronteirização*.

Contudo, foi, principalmente, no “exercício de reflexividade antropológica” da amazonense Flávia Melo (2019, p. 600) que encontrei um caminho preparado por uma outra ancestralidade teórica, fecunda em problematizações éticas sobre fronteiras coloniais. Situada em outra fronteira “amazônica” e através de relações familiares, afetivas e profissionais radicalmente distintas das minhas, Melo também reflete sobre sua própria experiência em meio à recente expansão universitária na região, construindo uma “biografia generificada das fronteiras vividas, rememoradas e transformadas” (Melo, 2019, p. 601). Seu ensaio expressa bem uma perspectiva na qual “a fronteira é mais do que um lugar, uma frente ou um limite, é principalmente uma perspectiva teórica e metodológica de reflexão” (Cardin; Albuquerque, 2018, p. 122). O que está em jogo nessa perspectiva é a própria conceituação da *relação* como princípio de *diferenciação*.

Nesse outro caminho, apareceram os estudos pós-coloniais e de(s)coloniais, cuja apropriação pelas ciências humanas brasileiras tem sido curiosamente lenta¹³. Um outro campo de alianças, do

¹³ Apropriação que vem se acelerando nos últimos anos entre os estudos raciais e de gênero. Como um bom exemplo, ver o dossiê de Reinhardt e Cesarino (2017). Nele, Cesarino analisa a parca apropriação do conceito de “colonialismo interno” pela antropologia brasileira, associando-o à centralidade do tema da “construção da nação”, que “parte de um divisor que superestima a ruptura pós-colonial” e mantém “uma ressonância forte com o ponto de vista dos ‘vencedores’” (Cesarino, 2017, p. 76). Há uma

qual, mais do que teorias sobre “racionalidades” coloniais, aproveitei algumas análises atentas ao universo afetivo. Por exemplo quando, em seu primeiro livro, Fanon afirma que “aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica” (Fanon, 2008, p. 104), seguindo-se uma minuciosa exposição do drama de enfrentar – indefinidamente e movendo-se entre a Martinica e a França – as armadilhas dos sucessivos deslocamentos da fronteira racial/nacional colonial. Nenhuma diferença estável parece-lhe servir para escapar de uma vida aprisionada pelo jogo colonial das alteridades, o que provoca os mesmos afetos que percebi no agenciamento “d’Aqui” sobre o “Sul”: a inferioridade, o medo, o ressentimento e a raiva. “Eu sempre recomeçava um jogo previamente perdido (...) apenas um polo na dialética”; “ainda sem ser branco, já não mais negro, eu era um condenado” (Fanon, 2008, p. 120). Assim, através de uma exposição dolorosa das armadilhas coloniais, Fanon elaborou aquilo que Velho – situado numa outra fronteira, entre ciências e religiões – definiu como um “discurso oposto” ao da alteridade: “*o das semelhanças e das aproximações contingentes*” (Velho, 2007, p. 268, grifo no original), ou seja, de uma semelhança que não é “nem oposição, nem identificação, mas uma *proximidade* – construída – que tanto pode ser fonte de desconforto quanto de iluminação” (Velho, 2007, p. 251, grifo do autor)¹⁴.

Como a mestiza, personagem de Glória Anzaldúa, “norteada por todas las voces que me hablan simultáneamente” – sejam chicanas, queers, indígenas, negras, trabalhadoras e feministas, sejam

variação sociológica para essa discussão no “pensamento social brasileiro”.

¹⁴ Trata-se de uma reflexão que coloca uma questão indigesta para a antropologia e sua paixão – por mim compartilhada – pelas potências da alteridade. Seriam os esforços contemporâneos de radicalização da diferença – das “culturas” às “ontologias” – um deslocamento de fronteira capaz de superar essa condenação descrita por Fanon? Não haveria nesse “exotismo estratégico” (Viveiros de Castro, 2012, p.155) uma ambivalência a ser cuidadosamente discutida?

brancas e privilegiadas. Diante das relações de diferença e poder, a mestiza não perdoa opressões nem reivindica a velha miscigenação física e cultural como superação do racismo. Mas, ao mesmo tempo, só aceita o “contrapositionamento” como “um passo”, recusando-o como “meio de vida”. “Sacerdotisa mor nas encruzilhadas”, ela aprende a praticar um “pensamento divergente”, tolerante às contradições, ambiguidades e ambivalências. Exercício pelo qual “nada é posto de lado, o bom, o ruim e o feio, nada é rejeitado, nada abandonado”. Um aprendizado difícil, “uma luta de fronteiras, uma guerra interior”, enfim, “uma fonte de dor intensa”, que exige trabalhar de maneira cuidadosa sobre si mesma para tentar cicatrizar antigas feridas (Anzaldúa, 2005, p. 704-7)¹⁵.

Há aí uma perspectiva que coloca questões para a discussão contemporânea sobre a “diplomacia” como prática antropológica, defendida por Velho (2007) e por outros/as¹⁶. Afinal, por um lado, o problema que conduz Anzaldúa à elaboração do conceito de

¹⁵ De maneira semelhante, na Bolívia, Rivera Cusicanqui propõe, contra a noção de hibridez, o conceito aymara de *ch'ix*, que “plantea la co-existencia en paralelo de múltiples diferencias culturales que no se funden, sino que antagonizan o se complementan. Cada una se reproduce a sí misma desde la profundidad del pasado y se relaciona con las otras de forma contenciosa” (Cusicanqui, 2010, p. 69-70). Com sua ciborgue, Haraway também propõe uma “experiência íntima sobre fronteiras – sobre sua construção e desconstrução” (Haraway, 2009, p. 98). E ao analisar o famoso discurso de Sojourner Truth, a compara à mestiza de Anzaldúa, “falando as irreconhecidas linguagens hifenizadas, vivendo nas fronteiras da história e da consciência, onde jamais as travessias são seguras nem os nomes originais” (Haraway, 1993, p. 291).

¹⁶ Encontro outra inspiração para essa discussão nos escritos recentes de Marques que, diante do debate brasileiro sobre “violência”, propôs-se a trabalhar através de uma “esquizofrenia forte”, “capaz de nos impedir de escolher” entre etiologias distintas (Marques, 2018, p. 220); ou ainda, “a busca de uma maneira comum de aumentar nossas potências de agir”, definindo um “nós” carregado de ambivalências, reunido somente pelos perigos de uma contemporaneidade partilhada (Marques, 2017, p. 214-5).

“consciência *mestiza*” é, precisamente, a dificuldade – ou, mesmo, a impossibilidade – de representar algum dos muitos “lados” de suas fronteiras. É nessa chave que Melo elabora uma “teoria etnográfica *mestiza*” (Melo, 2019) e uma “antropologia impura” (Melo, 2020). Por outro lado – e, certamente, não por acaso – o único momento em que Anzaldúa desliza para uma posição *próxima* à diplomática é quando se situa sobre a fronteira colonial mais dura, entre “mulheres e homens de cor” e “pessoas brancas” ou, simplesmente, “gringos”. É justamente aí que ela se propõe a ser uma “mediadora” que, se não fala *por*, fala *como* um dos lados dessa relação. Dessa posição, defende que é preciso “*permitir* que as/os brancas/os sejam nossas/os aliadas/os”, ao mesmo tempo em que assume a tarefa de dizer a “elas/es” as condições disso. Anzaldúa explica de maneira direta: supõe que as/os gringas/os também exerçam sobre si mesmas/os um pensamento divergente; que “aceitem o duplo [*doppelgänger*] em suas psiques”, “suas sombras coletivas”; que percebam “que têm medo de nós”, “que nos desconhecem, que suas consciências duplas separam partes de vocês, transferindo o lado ‘negativo’ para nós”. Enfim, por essa via, “entenderão que não estão nos ajudando, mas seguindo a nossa liderança” (Anzaldúa, 2005, p. 712-13)¹⁷.

A mediação de Anzaldúa não convida a um consenso, muito menos à construção de uma síntese igualitária que superaria a diferença produzida pelo processo colonial. Antes, com a cicatrização interna nas duas psiques, brancas e de cor, das feridas abertas pelo processo colonial, propõe um processo de reversão da relação de poder. Não uma reversão simétrica, na qual os dois lados inverteriam seus papéis, nem mesmo uma nova relação igualitária. Seu pensamento divergente – ou fronteiriço – *diferencia a diferen-*

¹⁷ A tradução foi cotejada com o original (Anzaldúa 1987, p. 85-6) e ligeiramente alterada.

ça e vai *na direção de* uma outra relação, em que o outro já não se encontra “reduzido ao *alheio*” (Velho, 2007, p. 269) – inclusive o/a “branco/a” *dentro* das pessoas de cor. Outra diferença, outra mistura. Alteridade e semelhança. Abertura às distâncias e proximidades, contingentes e duradouras.

Nessas problematizações éticas e contracoloniais de Melo, Fanon, Velho e Anzaldúa – mesmo que nascidas de vivências diferentes da minha, além de muito distantes entre si – há uma via teórica e ética para lidar positivamente com a impossibilidade mem-miniana. Sem cair na armadilha simétrica à vivida pelos/as negros/as de Fanon, ou seja, sem almejar uma superação de uma origem colonizadora, cravada no corpo, percebo a possibilidade simultânea de *aceitação dessa condição* e de *deslocamento na direção da própria fronteira*, não para negá-la, mas *para habitá-la assim mesmo, como um estrangeiro branco*. Isso implica percorrer os caminhos duplos dessa fronteira, enfrentar suas armadilhas e encruzilhadas *sem negar ambivalências*, deixar-se alimentar por todas as suas ancestralidades e ajudar a cuidar dela, a cicatrizá-la enquanto ferida interna e externa, intensiva e extensiva, ainda que *não* esteja no horizonte – e nem sequer seja interessante – o seu apagamento e esquecimento.

* * *

A primeira elaboração escrita desse processo foi feita para responder à provocação de uma sessão do Seminário Permanente Gênero e Territórios de Fronteira na Unicamp: “‘La frontera no existe’. 1, 3, múltiplo, impossível: relações e cosmografias de contra-fronteirização”. Uma outra parte foi apresentada na continuação internacional desse evento. Agradeço aos coordenadores dos dois encontros, José Miguel Olivar e Flávia Melo, pelos convites e, mais ainda, pelas leituras atentas e exigentes de uma versão

deste ensaio. Agradeço também a Lindomar Albuquerque pelo convite para as Quartas Sociais, na Unifesp, em abril de 2018; a Ernesto Belo pelo convite para falar numa “(des)conferência” do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena, na UFAM, em Manaus; e a José-Luis Anta Félez e Almudena García Manso pela possibilidade de apresentar outra versão no 56º Congresso Internacional de Americanistas, na Universidad de Salamanca, em julho de 2018. Agradeço muito, também, a Otávio Velho, Adalton Marques, Natália Mello, Caio Pompeia, Talita Dal Bó e Luíza Dias Flores pela leitura de versões iniciais e avançadas. Por fim, este texto é um dos resultados do projeto que coordenei entre 2015 e 2017, com apoio financeiro do CNPq (“Regimes de mobilidade espacial na Amazônia urbana”) e em parceria com o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (Ufam/MEC/SESu), tendo sido finalizado durante um estágio pós-doutoral realizado na Universidad Complutense de Madrid (Espanha), em colaboração com María Lois (a quem também agradeço imensamente pela contribuição) e junto ao Grupo de Investigación Espacio y Poder.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar; PAIVA, Luiz Fábio. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). *Ambivalências*, v. 3, n. 5, p. 85-114, 2015. <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v3n5p115-148>. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view/3927>.

Acesso em: 18 dez. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. *La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciencia*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fl7SmwjzjDJQ5WQZbvYzcbz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BASTOS, Élide; PINTO, E.; RENAN, M. F. (Orgs.). *Vozes da Amazônia III*. Manaus: EDUA, 2016.

CANDOTTI, Fabio M.; MELO DA CUNHA, Flávia; SIQUEIRA, Ítalo L. A Grande Narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado. In: MALLART, Fabio; GODOI, Rafael (Orgs.). *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta/Le Monde Diplomatique, 2017.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar. Fronteiras e deslocamentos. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 114-131, 2018. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.236>. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/350/200>. Acesso em: 18 dez. 2020.

CESARINO, Letícia. Colonialidade interna, cultura e mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. *Revista Ilha*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p.73-105, 2017. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p73>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2017v19n2p73/36005>. Acesso em: 18 dez. 2020.

CHAVES, Margarita. Jerarquías de color y mestizaje en la Amazonia occidental colombiana. *Revista Colombiana de Antropología*, Bogotá, n. 38, p. 189-216, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105015289008>. Acesso em: 18 dez. 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. 1933. Micropolítica e segmentaridade. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. (Coleção TRANS)

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, p. 155-161, 2005. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernos-decampo/article/view/50263/54376>. Acesso em: 18 dez. 2020.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: WARE, Vron (Org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GLICK SCHILLER, Nina; SALAZAR, Noel. Regimes of mobility across the globe. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, London, v. 39, n. 2, p. 183-200, 2013. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2013.723253>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1369183X.2013.723253?needAccess=true>. Acesso em: 18 dez. 2020.

GOLDMAN, Marcio. “Quinhentos anos de contato”: por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 641-659, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p641>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/jx8sncmRW8pbDPVcczXNKqJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2020.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomás (Org.). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARAWAY, Donna. O humano numa paisagem pós-humanista. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 2, p. 227-292, 1993. <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16064>. Acesso em: 18 dez. 2020.

HATOUM, Milton. *Relato de um certo Oriente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York: Routledge, 2011.

LATOUR, Bruno; MIRANDA, Carolina. A Dialog About a New Meaning of Symmetric Anthropology. In: CHARBONNIER, P. et al. (Org.). *Comparative Metaphysics – Ontology after Anthropology*. London: Rowman & Littlefield, 2007.

LOIS, María. Apuntes sobre los Márgenes: fronteras, fronterizaciones, órdenes socioterritoriales. In: COLOGNESE, Silvio; CARDIN, Eric Gustavo (Orgs.). *As ciências sociais nas fronteiras*. Cascavel: JB, 2014.

LUCIANI, José Antonio Kelly. *Sobre a antimestiçagem*. Curitiba/Florianópolis: Species/Núcleo de Antropologia Especulativa/Cultura e Barbárie, 2016.

MARQUES, Adalton. 2018. *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. São Paulo: IBCCRIM, 2018.

MARQUES, Adalton. O que fazer com os nômades do norte? Notas sobre imagísticas sociológicas da violência e democracia. In: Comerford, J. Et al. (Orgs.). *Questões e dimensões da política*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017. Disponível em: <http://nuap.etc.br/outros-livros/questoes-e-dimensoes-da-politica/>. Acesso em: 18 dez. 2020.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, Flávia. *Cadastrar, incluir e proteger*. As malhas da assistência social na fronteira Amazônia. 2020. 316p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2020. <https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-19042021-132559>. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-19042021-132559/pt-br.php>. Acesso em: 18 dez. 2020.

MELO, Flávia. Mover-se nas fronteiras: percursos, políticas e saberes transfronteiriços. *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 11, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2019/10/29.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

MELO, Flávia. Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 201-242, nov. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/32320>. Acesso em: 18 dez. 2020.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

NASCIMENTO, Silvana. Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries. *Vibrant*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.1-19, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412018v15n1a501>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/dn5rwywvsswTNSsWtCSHFg/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 18 dez. 2020.

OLIVAR, Jose Miguel. “O que eu quero para minha filha”: rumos da (in)definição da exploração sexual no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 435-468, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442016v22n2p435>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132016000200435. Acesso em: 18 dez. 2020.

OLIVAR, Jose Miguel. Género, dinero y fronteras amazónicas: la “prostitución” en la ciudad transfronteriza de Brasil, Colombia y Perú. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 51, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pDnxZTkK-MghnBtSmKfCrXBM/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 18 dez. 2020.

OLIVAR, Jose Miguel; MELO DA CUNHA, Flávia; ROSA, Patrícia. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. *Revista TOMO*, Sergipe, v. 26, p. 123-163, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5269088>. Acesso em: 18 dez. 2020.

OLIVAR, Jose Miguel; MELO, Flávia. Gender, Narratives and Perspectives: Notes toward an Anthropological Understanding of Government on the Border between Brazil, Peru and Colombia. *Eurasia Border Review*, Sapporo, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: https://eprints.lib.hokudai.ac.jp/dspace/bitstream/2115/83521/3/8-1_07_Jos%c3%a9_Miguel_Nieto_Oli-var_and_Fl%c3%a1via_Melo_Cunha.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.

PINTO, E.; RENAN, M. F. Geografias do exótico. *Leituras da Amazônia: Revista Internacional de Arte e Cultura*, v. 1, n. 1, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

REINHARDT, Bruno; CESARINO, Letícia. Apresentação: Antropologia e Crítica Pós-Colonial. *Revista Ilha*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 9-35, 2017. Apresentação. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p9>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2017v19n2p9/36081>. Acesso em: 18 dez. 2020.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMPAIO, Patrícia M. (Org.). *O fim do silêncio – presença negra na Amazônia*. Belém: Açaí/CNPq, 2011.

SANTOS, Luiz Fernando S. *O panóptico verde: a invenção ambiental da Amazônia*. Manaus: Valer/FAPEAM, 2014.

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2002.

VELHO, Otávio. *Mais realistas do que o rei: ocidentalismo, religião e modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 151-171, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132012000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/GNFYDzH8dn9XWW4S-f9VjSpH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; GOLDMAN, Marcio. Introduction to Post-Social Anthropology: networks, multiplicities, and symmetrizations. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 2, n. 1, p. 421-433, 2012. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/full/10.14318/hau2.1.018>. Acesso em: 18 dez. 2020.

WEAVER, Jace. *The Red Atlantic*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.

África em movimento no passado e no presente: alguns apontamentos

Claudelir Correa Clemente¹

Em qualquer lado onde apareça, o Negro liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que têm abalado o próprio sistema racional.
(Mbembe, 2017, p. 11)

Este capítulo busca refletir sobre algumas formas de mobilidade dos povos africanos, visando compreender, numa perspectiva socioantropológica, as singularidades existentes no que denominamos migrações africanas, realçando a dimensão cultural e simbólica das mobilidades. Para tanto, os deslocamentos analisados serão os internos ao continente e os transcontinentais, para os países europeus membros da OCDE,² enfatizando a França.

¹ Professora de Antropologia da Universidade Federal de Uberlândia, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, coordenadora do grupo de pesquisa Mobilidades, Vínculos Sociais, Território e Etnicidade (Movite).

² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, composta em 2020 pelos seguintes países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha,

Entre os motivos que me levaram a escrever este texto e expor uma pesquisa ainda inicial sobre mobilidade africana, estão as inspirações advindas da leitura do artigo *A ideia de um mundo sem fronteiras*, de Achille Mbembe, publicado em 2019 na revista *Serrote*. Nele, o autor reflete acerca de temas complexos que, a cada leitura, instigaram-me a querer compreender os africanos em movimento para além dos dados quantitativos das estatísticas de migração e das notícias alarmantes e preconceituosas em torno dessa questão. Nesse processo, estabeleço conexões com outros artigos do mesmo autor, agrego reflexões sociológicas de pesquisadores da migração africana e análises e etnografias de antropólogos que se dedicam a compreender a mobilidade como um fenômeno pleno de significados e práticas culturais.

A migração africana ocupa um lugar importante na imprensa e nas políticas migratórias. É comum assistirmos nos telejornais a notícias sobre tentativas de migrantes de ultrapassar as fronteiras que separam a África dos enclaves europeus, Ceuta e Melilla (Espanha) e Lampedusa (Itália). São imagens muito tristes, de pessoas exaustas, desnutridas e combalidas pelos riscos do trajeto, pela fome, pela ação violenta de coitotes. Em meio às imagens, quando prestamos atenção ao discurso midiático, ressoam os alardes da Europa fechada à África e os ecos de suas leis de imigração.

As retenções de migrantes nas fronteiras de Ceuta, Lampedusa e Melilla demonstram de forma contundente a intensificação de restrições da mobilidade de negros e de pobres. Sobre isso, reflete Mbembe:

Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

A capacidade de decidir quem pode se mover, quem pode se estabelecer onde e sob quais condições, ocupa cada vez mais o centro de lutas políticas por soberania, nacionalismo, cidadania, segurança e liberdade. Com a expansão colonial do ocidente, e de modo mais decisivo com o advento do capitalismo, a *raison d'être* da fronteira se relaciona a questões-chave como: a quem pertence a terra? Quem tem o direito de reivindicar partes dela e os vários seres que nela habitam? Quem determina sua distribuição ou divisão? Ao enquadrar a questão da fronteira dessa forma, estou tentando mostrar que o poder da fronteira está em sua capacidade de regular as múltiplas distribuições das populações – humanas e não humanas – sobre o corpo da terra, e, assim, de afetar as forças vitais de todos os tipos de seres (Mbembe, 2019).

Para os povos africanos, no processo de colonização, as concepções de movimento do mundo ocidental erigidas em seus territórios e suas comunidades buscaram corroer culturas milenares de movimento. E, na maioria dos casos, alteraram ou eliminaram práticas culturais ligadas à livre circulação vivenciadas na África Pré-Colonial.

O livre deslocar-se de um lugar a outro sempre foi algo importante para os povos africanos. Isso não significa culturas sem fronteiras, sejam elas físicas ou simbólicas. Praticado desde tempos imemoriais, o cultivo da mobilidade é um dos preceitos que norteiam as experiências socioculturais do continente. A respeito dessa importância, Mbembe argumenta:

O veículo mais importante para a transformação e a mudança era a mobilidade. Não era a luta de classes, no sentido em que a compreendemos. A mobilidade era o motor de qual-

quer tipo de transformação social, econômica ou política. Aliás, era o princípio indutor por trás da delimitação e da organização do espaço e dos territórios. Assim, o princípio primordial da organização espacial era o movimento contínuo. E isso ainda é parte da cultura hoje (Mbembe, 2019).

Apesar de todo o reforço do que Mbembe (2019) chama de *restrições de movimento*, uma ação que reproduz e intensifica a vulnerabilidade de grupos estigmatizados e marcados racialmente, práticas culturais que cultivam a mobilidade ainda estão muito presentes na África. As atuais migrações internas ao continente podem ser uma pista para entendermos as motivações culturais desse movimento, pois reúnem um contingente populacional mais significativo do que aquele que compõe os fluxos migratórios transcontinentais. Inclusive, supera os fluxos que se dirigem aos países da OCDE. Em 2015, dos 32 milhões de migrantes internacionais africanos, 50% deslocavam-se entre países do próprio continente.

Estudos anteriores ao ano de 2015, especialmente de Bocquier (1998) e Bocquier e Traoré (2000), já indicavam que africanos migram menos para a Europa e mais para países da própria África, tendência que se manteve no final desta década. Segundo o *Le Monde* (Baumard, 2019), dos 5,3 milhões de migrantes internacionais instalados em países da OCDE, em 2018, apenas 300 mil eram africanos. Naquele ano, de acordo com o jornal francês, a China ocupava o primeiro lugar no ranking de país de origem dos imigrantes em territórios vinculados à OCDE, seguida de nações como Romênia, Índia, Polônia, Vietnã, México, Síria e Filipinas. O primeiro país africano a aparecer é o Marrocos, em 18º lugar, com um contingente de 71 mil migrantes, apenas 4% do total de ingresso.

Nesse sentido, os dados ilustram algo que é tradicional entre as populações da África, o interesse em migrar dentro do seu próprio continente. Esse movimento tem motivações variadas, políticas, econômicas, matrimoniais e, sobretudo, embasadas em culturas milenares.

Culturas do movimento

A África é um continente em movimento, como já dito, algo que remonta a tempos imemoriais. Entre os deslocamentos mais significativos da história social das populações africanas e que contribuíram para o povoamento desse território, está sem dúvida a dispersão do povo banto³, que se movimentou, por um longo período, da África Subsaariana para a Austral. Essa dispersão teve início em torno de 3.000 a.C, mantendo-se em curso durante todo o processo de colonização.

No primeiro milênio da Era Cristã, os bantos tornaram-se exemplares agricultores e já possuíam certo domínio da manufatura de metais: “[...] dependiam do ferro e eram considerados como o povo que detinha o segredo de sua metalurgia” (Ki- Zerbo, 2010, p. 640). Conforme se deslocavam, os bantos disseminavam suas tecnologias em outras regiões africanas.

A expansão principal dos Bantu foi ampla e rápida, não tendo ocorrido através de fases progressivas, como afirmaram alguns autores. Mas também não se tratou de uma perambulação de nômades errantes nem de uma conquista militar organizada. Foi um processo notável de colonização – no verdadeiro sentido da palavra – a exploração de terras to-

³ Alguns estudos afirmam que o banto é somente um tronco linguístico, porém outros, sobretudo os de filiação antropológica, historiográfica e sociológica, que também é um povo, apesar de não ter uma unidade.

talmente desocupadas (Sutton, 2010, p. 640).

A dispersão banto nos faz pensar que era preciso deslocar-se para ampliar o conhecimento através da experimentação de naturezas e espaços diferentes, com isso crescendo em termos de conhecimento e de domínio de técnicas para sobreviver a situações adversas. Esse pensar inquieto entre os bantos⁴ faz suas práticas migratórias um modo de circulação de pessoas, saberes, técnicas e bens. Com esses deslocamentos, o continente africano experimentou um primeiro tipo de migração de povoamento.

Na África Subsaariana, a cultura Soninké, presente nos vilarejos banhados pelo rio Senegal, onde está localizada atualmente a tríplice fronteira entre Senegal, Mali e Mauritânia, é outro exemplo de cultura do movimento. Milenariamente conhecidos pela excelência na agricultura e pelas habilidades de navegação, os Soninké desfrutavam de grande prestígio na África Pré-Colonial. Comercializavam com povos sudano-sahelianos, enquanto agricultores dessa região deslocavam-se para terras do vale do rio Senegal. Essas rotas sofreriam alterações durante a colonização francesa, mas não a ponto de eliminar as relações entre a população rural e as populações litorâneas (Chastanet, 1999).

Desde a colonização até hoje, são significativos os deslocamentos para trabalho rural e, sobretudo, de comerciantes em direção às cidades da costa atlântica africana, atualmente áreas urbanas de países como Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Togo. No contexto colonial, esse movimento formou bairros de migrantes nas

⁴ Ainda sobre os usos do termo banto, Reginaldo Prandi (2000, p. 54) afirma: “Os bantos, povos da África Meridional, estão representados por povos que falam entre 700 e 2 mil línguas e dialetos aparentados, estendendo-se para o sul, logo abaixo dos limites sudaneses, compreendendo as terras que vão do Atlântico ao Índico até o cabo da Boa Esperança. O termo “banto” foi criado, em 1862, pelo filólogo alemão Willelm Bleek e significa “o povo”, não existindo propriamente uma unidade banto na África”.

áreas urbanas, chamados de “zongo”, semelhantes ao bairro Zongo de Lomé, em Togo, constituído de estrangeiros haussas, no fim do século XIX, conforme Michel Agier (1983).

Pré-colonial, esse tipo de mobilidade ligada ao comércio está entre as mais antigas na África. Desde esse período, fluxos compostos majoritariamente por homens circulam nas cidades, vendendo especiarias, vestimentas, calçados e toda espécie de utensílio. Paulatinamente, também as mulheres passaram a integrar esse circuito comercial.

Como demonstram as já citadas etnografias de Agier (1983), Togo foi e é um dos principais palcos dessas atividades comerciais, tendo ampliado a notoriedade das suas pesquisas justamente por revelar toda a movimentação feminina na África Subsaariana para a venda de tecidos, setor liderado pelas mulheres.

De acordo com a antropóloga Rita Cordonnier (1982, p. 185), desde a época pré-colonial, as mulheres oeste-africanas são ativas no comércio. Para tanto, elas atravessam longas distâncias, integrando o circuito comercial inter-regional nos limites de seu status de esposa. Os ganhos das transações são entregues aos esposos ou ao líder de sua linhagem, mas uma parte é gerida diretamente por elas. Esse é um exemplo que ilustra uma longa tradição de comércio feminino e envolve mulheres de diferentes grupos étnicos africanos, Mina do Togo, Ioruba da Nigéria e do Benin.

Contemporaneamente, essas mulheres fizeram sucessoras, denominadas em muitos mercados da África como “Nana Benz”⁵. Atualmente, no Senegal, essas vendedoras de tecido, que também comercializam produtos de beleza, chegam a viajar para Dubai,

⁵ É muito instigante a “genealogia” desse termo. Ele foi forjado após a independência do Togo e está associado ao segmento de vendedoras de tecido ligadas à burguesia local, que eram proprietárias de carros da Mercedes Benz. O termo se popularizou e, atualmente, muitas vendedoras de classes populares também recebem a alcunha.

China e outros mercados asiáticos à procura de novidades para seus/suas clientes.

Nesse sentido, a livre circulação dá às populações africanas a possibilidade de fomentar redes, de criar laços sociais e de constituir suas cidades, como bem relata Agier nesta entrevista:

[...] partindo da África, digamos, e daqueles pequenos bairros, como aquele bairro de estrangeiros no Togo que eu estudei faz tempo, podemos dizer que sempre se repete o mesmo processo: o pessoal chega negociando como comerciante estrangeiro, ambulante, etc.; chega de um outro lugar e as pessoas da cidade dizem para eles: “Fiquem aí!” O espaço se torna o acampamento dos estrangeiros, chamado “zongo” na língua haoussa. E se amplifica assim, depois de anos e décadas, se torna um polo urbano importante (Damasceno et al., 2010, p. 825).

Assim, a seu modo, mesmo imersos num continente plural culturalmente, os povos africanos realizam o desenvolvimento de suas regiões através de economias e sociabilidades assentes na liberdade do movimento.

Ao longo da história do continente, contudo, não tem sido fácil manter a livre circulação. Tanto no passado quanto no presente, acirram-se os cerceamentos da mobilidade africana: “Ganha força a crença de que o mundo seria mais seguro se ao menos os riscos, as ambiguidades e as incertezas pudessem ser controladas, se ao menos as identidades pudessem ser fixadas de uma vez por todas” (Mbembe, 2019).

Deslocamentos derivados da colonização e da escravização

Do início da Idade Moderna até o século XIX, as populações africanas conheceriam a perversidade da colonização europeia que as racializou como negras, as escravizou e as lançou além-mar, em navios negreiros, sequestrando-as majoritariamente para as Américas:

[...] em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objecto, homens-mercadorias e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando de ter nome ou língua própria (Mbembe, 2017, p. 12).

O projeto *Slaves Voyages*, um banco de dados sobre o tráfico de escravos transatlântico, estima que mais de 12 milhões de africanos (*Slave Voyages*, s./d.) foram transportados em condições desumanas pelo Atlântico. De forma perversa e subalterna, isso inscreveu a África numa primeira migração transnacional. De acordo com o historiador José Antônio dos Santos:

A diáspora ou a dispersão dos povos africanos pela Europa, Ásia e América se produziu em escala massiva durante o período do tráfico de escravos entre os séculos XV e XIX. Esse é um dos movimentos migratórios mais espetaculares da História moderna, sendo que os cálculos da travessia forçada pelo Oceano Atlântico oscilam de dez a cinco milhões de pessoas que teriam sido arrancadas da África e trazidas para as Américas. Sem dúvida, houve presença africana em praticamente todo o mundo conhecido anterior ao início do tráfico internacional no século XVI (Santos, 2008, p. 182).

E é no Brasil que se encontra a maior diáspora africana do mundo, e onde mais de 4,5 milhões de pessoas desembarcaram na condição de escravizadas. No seu trabalho escravo, milhares de africanos incrementaram a economia brasileira, mas sobretudo a economia mundial, propiciando a acumulação de riquezas na Europa, contribuindo para alavancar o processo de industrialização na Inglaterra e solidificando o capitalismo.

A colonização inaugurou um processo marcado pelo racismo, pelo controle e pelas interdições do movimento das populações africanas e descendentes da diáspora. E, ainda hoje, as atrocidades do sistema colonial impactam profundamente a realidade social dos povos africanos e de seus descendentes que vivem na África e fora dela.

Sabe-se que, concomitantemente à escravização das populações negras nas Américas, o domínio europeu colonizava os territórios africanos, espoliando-os, submetendo-os aos seus interesses econômicos. Mesmo após a independência dos países do continente, o vínculo perverso entre colonizador e colonizado permaneceu, gerando outras formas de exploração que adentraram o século XX.

O caso da França e de suas ex-colônias, em especial as da África Subsaariana, nos apresenta alguns aspectos significativos para a nossa reflexão.

A diáspora africana na França: alguns apontamentos

“Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital”

(Mbembe, 2017, p. 19)

Na África Subsaariana, nos vilarejos atravessados pelo rio Senegal, destacamos neste capítulo que a cultura Soninké desfrutou de grande prestígio no período pré-colonial. A riqueza desse grupo étnico advinha de sua agricultura comercial, de sua inteligência para os negócios e de sua arte em navegação. Com a colonização, boa parte desses conhecimentos e habilidades Soninké foi utilizada em prol do poder colonial, tanto na realização de atividades comerciais locais quanto no território francês.

Nas etnografias de Christophe Daum (1993), os Soninkés, da região de Kayes, no Mali, e os senegaleses destacam-se pelo pioneirismo na imigração negra para a França. Compuseram o contingente laboral de estivadores e navegadores que atuavam nos grandes portos de Havre e Marselha. Estes acolheram também os primeiros migrantes malês na França, após a independência do Mali. Além dos trabalhos nos portos, essas populações da região do rio Senegal incrementaram a indústria francesa da construção. Os senegaleses foram recrutados massivamente, ainda, pela indústria automobilística daquele país.

A migração subsaariana para a França data do período colonial e se mantém até hoje, a despeito da redução significativa no número de migrantes africanos. No entanto, seu auge ocorreu nos anos de 1960, constituída basicamente de homens solteiros na faixa etária entre 30 e 50 anos, que migravam para o território francês, notadamente para seus vilarejos, em busca de melhores condições de vida para suas famílias. Nesse sentido, a migração era, e ainda é, uma forma de enviar recursos para a África.

Entre os ambientes cujas práticas culturais nos fornecem dados sobre a experiência da migração das populações subsaarianas na França estão os *foyers*, abrigos que servem como moradias coletivas destinadas a migrantes.

De acordo com Michel Fievet, esses migrantes africanos

[...] são encontrados amontados nos cortiços, porões e sótãos de Paris, de Clichy, de Saint-Denis ou Montreuil. Segundo dados oficiais, 40% dos imigrantes africanos vêm do vale do rio Senegal e 35% deles nunca foram à escola. Eles geralmente pertencem a redes migratórias com base em estruturas das aldeias rurais (em torno de 80%), se instalam em *foyers* e favorecem a entrada de outros imigrantes rurais oriundos de suas aldeias e pequenas vilas (Fievet apud Silva, 2014, p. 79).

Os *foyers* estão espalhados por toda a França, sendo predominantemente masculinos. É comum encontramos neles vários membros de uma família ou compatriotas que viviam no mesmo vilarejo na África, mas migraram para o país europeu em períodos diferentes.

Os moradores dos *foyers* vivem juntos e fazem suas preces juntos; alimentam-se juntos, muitas vezes vários compartilham o mesmo prato, uma prática vivida nas comunidades de origem e que continua no cotidiano dos abrigos. Eles conversam muito, estão sempre juntos partilhando os problemas locais e das suas cidades. Quando um está desempregado é sustentado por todos, mas quando consegue trabalho também deverá contribuir (Silva, 2014, p. 83).

Além das dificuldades com a sobrevivência, afetam-lhes também as restrições impostas pela política imigratória francesa.

Desde os anos 1970, com a Circular Ministerial de 5 de julho de 1974, que pôs fim à imigração de trabalho na França, observou-se o aumento de trabalhadores migrantes na condição ilegal. A

crise do Estado de Bem-Estar Social e o aumento do desemprego levaram a maioria da população francesa a ir contra a presença de migrantes no país. Nesse sentido, as circulares ministeriais foram uma forma de restringir a entrada de africanos no território francês. Assim, descreve Gokalp:

A imigração de trabalhadores originários da África negra era regida por acordos bilaterais que permitiam o livre exercício de uma atividade profissional na França. As circulares ministeriais do fim de 1974 colocam fim a esse regime e tornam obrigatório para os africanos a necessidade de uma *carte de séjour* (Gokalp, 1975, p. 894).⁶

O passar dos anos não foi garantia de relações mais amenas entre os migrantes e os legisladores franceses. Após a criação da Comunidade Europeia, na década de 1990, da qual a França é membro, e a com criação da Frontex, agência de segurança de fronteiras exteriores, os migrantes oriundos da África sentiriam o acirramento de medidas de restrição ao seu deslocamento para países europeus.

Imigração africana e políticas imigratórias europeias a partir do século XXI

O ano de 2005 foi o estopim de uma sequência de atos institucionais por parte da União Europeia com vistas a normatizar as migrações africanas. Naquele momento, vários africanos subsarianos perderam a vida ao tentar atravessar as cercas de arame farpado nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla. E, então, a África Subsaariana voltou a ocupar os jornais europeus.

⁶ É o documento de identidade do estrangeiro na França, que pode ser em forma de carteira ou adesivo no passaporte. É renovável de acordo com regras da política imigratória francesa.

A Comissão Europeia iniciou uma série de reuniões para discutir a questão migratória, reuniões essas que perdurariam por muitos anos. Sobre uma delas, o jornal *Deutsche Welle* relata:

A imigração ilegal merece grande destaque na agenda da União Europeia no momento. O encontro dos ministros do Interior de seis países da UE, iniciado nesta quarta-feira (22/03), em Heiligendamm, transcorre sob o signo do drama dos refugiados da Mauritânia, nas Ilhas Canárias. A conferência naquela cidade alemã à beira do Mar Báltico durará dois dias. Dela participam Alemanha, Espanha, França, Itália, Polônia e Reino Unido. A pedido do governo espanhol, o tema migração também será debatido no encontro de cúpula dos chefes de Estado e de governo da UE, nos dias 23 e 24 de março (Leidel, 2006).

No decorrer da primeira década dos anos 2000, muitos acordos foram assinados entre os Estados-membros da União Europeia com vistas à gestão dos fluxos migratórios africanos. E as fronteiras com a Europa foram reforçadas pelas polícias de cada país da comunidade e com apoio da agência Frontex. De acordo com alguns analistas da situação (Fouteau, 2006; Fresia, 2009), foram muitos os investimentos políticos, policiais e diplomáticos para conter as migrações africanas, algo sem paralelo com outras regiões do mundo.

Passados dez anos, em 2015, a Europa se viu novamente às voltas com as questões migratórias, dessa vez em razão da crise humanitária na Síria. Isso, contudo, não ofuscaria a presença de imigrantes oriundos da África nas fronteiras europeias de Lampedusa, na Itália. Numa frase emblemática, o *Le Monde* disparou: “A trop se focaliser sur le Moyen-Orient, on n’a pas vraiment vu

venir l'Afrique" (Baumard e Leparmentier, 2017, 1º parág).⁷

A África, quando chega, "[...] liberta dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional [...]", acentua a epígrafe de Mbembe (2019), que inicia este capítulo. E volto ao começo para apresentar as breves reflexões finais que se seguem.

Ao longo da escrita deste texto, inspirada pelas leituras de Achille Mbembe e na minha pesquisa ainda inicial sobre migrações africanas, procurei realçar uma África de culturas do movimento. Mesmo que soe como utopia, indiquei, na mesma direção do pensador camaronês, as possibilidades de convivência em um mundo sem fronteiras. Concomitantemente, a escrita mergulhou em reflexões que apontam o acirramento de formas de controle do movimento dos povos africanos, remontando ao período colonial, onde se assentam as bases de um mundo que estigmatiza e exclui africanos e seus descendentes.

Nesse espírito reflexivo, volto a Mbembe:

[...] a ideia de um mundo sem fronteiras pode ser um recurso poderoso, embora problemático, para o social, o político e até mesmo para a imaginação estética. Por causa da atual atrofia da imaginação utópica, o espírito do nosso tempo foi colonizado por imaginários apocalípticos e narrativas de desastres cataclísmicos e futuros desconhecidos. Mas que política as visões do apocalipse e da catástrofe engendram, se não uma política da separação, em vez de uma política da humanidade, de espécies começando a existir plenamente? Porque nós herdamos uma história em que a norma é o sacrifício recorrente de algumas vidas para a melhoria de outras, e porque estes são tempos de medos profundamente

⁷ Em tradução nossa: "Focalizamos demais no Oriente Médio e não vimos a África chegar".

te enraizados, incluindo o medo de um planeta dominado por outras pessoas de raças diferentes; por tudo isso, a violência racial está amplamente codificada na linguagem da fronteira e da segurança (Mbembe, 2019).

Referências

AGIER, Michel. Commerce et sociabilité. Les négociants soudanais du quartier Zongo de Lomé (Togo). Paris : Editions de l'ORSTOM, 1983.

BAUMARD, Maryline. Six leçons sur les migrations africaines. *Le Monde*, [s.l.], 18 sept. 2019. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2019/09/18/six-lecons-sur-les-migrations-africaines_5511874_3212.html. Acesso em: 27 nov. 2020.

BAUMARD, Maryline; LEPARMENTIER, Arnaud. Migrations africaines, le défi de demain. *Le Monde*, [s.l.], 16 jan. 2017. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2017/01/16/migrations-africaines-le-defi-de-demain_5063273_3210.html. Acesso em: 12 dez. 2020.

BOCQUIER, Philippe ; TRAORÉ, Sadio. *Urbanisation et dynamique migratoire en Afrique de l'Ouest: la croissance urbaine en panne*. Paris : L'Harmattan, 2000.

BOCQUIER, Philippe. L'immigration ouest-africaine en Europe: une dimension politique sans rapport avec son importance démographique. *La chronique du CEPED*, Paris, n. 30, p. 1-3, juil./sept. 1998. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_57-58/010025042.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

CHASTANET, Monique. Les migrations soninkées dans la longue durée : stratégies et identités. *Cahiers d'études africaines*, France, v. 39, n. 153, p. 169-177, 1999. <https://doi.org/10.3406/cea.1999.1970>. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00717953/document>. Acesso em: 27 nov. 2020.

CORDONNIER, Rita. *Femmes africaines et commerce: les revendeuses de tissu de la ville de Lomé (Togo)*. Paris : Orstom, 1982. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers11-03/02920.pdf. Acesso em 27 Nov. 2020.

DAMASCENO, Janaína; SILVA, Isabela. O. P. da; FAZZIONI, Natalia. H.; ADERALDO, Guilherme A.; FRÚGOLI JR, Heitor. As cidades da antropologia: entrevista com Michel Agier. *Revista de Antropologia*, [s.l.], v. 53, n. 2, 2012. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2010.37397>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37397>. Acesso em: 27 nov. 2020.

DAUM, C. Christophe. Migration, retour, non-retour et changement social dans le pays d'origine. In: PETIT, Véronique (Ed.). *Migrations internationales de retour et pays d'origine*. Paris : CEPED, 2007.

DAUM, C. Christophe. Quand les immigrés construisent leur pays. *Hommes et Migrations*, n. 1165, mai. 1993.

FARIAS, Juliana. B. “Não há cativo que não queira ser livre!”: significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 36, n. 71, ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-87752020000200006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752020000200395&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 nov. 2020.

FIEVET, Michel. *Le livre Blanc des travailleurs immigrés des Foyers*. Du non-droit au droit. Paris : L'Harmattan, 1999.

FOUTEAU, Carine. Les nouveaux visages de l'immigration. *Les Echos*, [s.l.], 23 jan. 2006.

FRESIA, Marion. *Les Mauritaniens réfugiés au Sénégal*. Une anthropologie critique de l'asile et de l'aide humanitaire. Paris : L'Harmattan, Collection Connaissances des hommes, 2009.

LEIDEL, Steffen. UE discute imigração ilegal. *DW – Made for Minds*, [s.l.], 22 mar. 2006. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ue-discute-imigra%C3%A7%C3%A3o-ilegal/a-1941552>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. *Revista Serrote*, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://revistaserrote.com.br/2019/05/a-ideia-de-um-mundo-sem-fronteiras-por-achille-mbembe/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2017.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 52-65, jun./ago. 2000. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i46p52-65>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32879>. Acesso em: 15 dez. 2020.

SANTOS, José Antônio. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR. (Org.). *Desvendando a história da África* [on-line]. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. Diversidades series, 2008. <https://doi.org/10.7476/9788538603832>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-13.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SILVA, Maria Nilza. Racismo e segregação: os trabalhadores africanos moradores em habitações coletivas na região parisiense. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 69-85, jul. 2014. Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/26992/14735>. Acesso em: 7 dez. 2020.

SLAVE VOYAGES. Tráfico transatlântico de escravos. S./d. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 7 dez. 2020.

SUTTON, J. E. G. A África oriental antes do século VII. In: MOKHTAR, G. *História geral da África, II: África antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

Terceiro volume da Coleção Observatório Etnográfico, o livro *Fronteiras, deslocamentos e dinâmicas sociais* é composto por estudos de diferentes abordagens das experiências de pesquisa nas tríplices fronteiras Brasil-Argentina-Paraguai e Brasil-Colômbia-Peru.

Organizado em três partes (Estudar e ensinar nas cidades de fronteira, Fronteiras agrícolas e extrativistas e Viagens e deslocamentos entre fronteiras), os textos procuram aproximar as distintas regiões, evidenciando as aproximações e distanciamentos existentes nestes estudos, fruto dos diálogos e parceria dos grupos de investigação Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Fronteiras, Estado e Relações Sociais (Lafront/Unioeste), Laboratório de Investigação em Migração, Nação e Região de Fronteira (Liminar/Unifesp), Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC), Grupo Ilhargas – Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia (Ufam), Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (MEC/Se-su/Ufam) e Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam/UEA).

Editora filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Editora da Universidade
Federal de Uberlândia

www.edufu.ufu.br